

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	15
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	32
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	35
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	41
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	45
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	45
8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	46
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	47
10. CRÉDITOS DE PIS/PASEP E COFINS SOBRE ICMS – AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO	48
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	50
12. FUNDOS VINCULADOS	52
13. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	53
14. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	54
15. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	54
16. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	55
17. ATIVOS DE CONTRATO.....	61
18. INVESTIMENTOS	64
19. IMOBILIZADO	83
20. INTANGÍVEIS	85
21. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	88
22. FORNECEDORES	90
23. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES	90
24. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	92
25. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	97
26. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	97
27. PROVISÕES.....	103
28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	113
29. RECEITA	121
30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	125
31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	128
32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	128
33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	133
34. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS.....	147
35. SEGUROS	150
36. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	151
37. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL DA CEMIG D	152
38. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	152
39. EVENTOS SUBSEQUENTES	153

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	535.757	890.804	64.356	54.330
Títulos e valores mobiliários	7	740.339	703.551	185.211	80.781
Consumidores, revendedores e concessionários – Transporte de energia	8	4.523.540	4.091.722	194	5.813
Ativos financeiros e setoriais da concessão	16	1.079.743	1.070.384	-	-
Ativos de contrato	17	171.849	130.951	-	-
Tributos compensáveis	9	98.804	124.183	248	3.020
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11a	621.302	386.668	-	41.274
Dividendos a receber	18	185.998	119.743	1.726.895	945.584
Fundos vinculados	12	12.337	90.993	129	129
Estoques		39.352	35.619	10	10
Contribuição de iluminação pública		164.971	149.098	-	-
Adiantamento a fornecedores		40.081	6.785	-	-
Reembolso de subsídios tarifários	15	96.776	90.845	-	-
Subvenção baixa renda		29.582	30.232	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33b	234.766	69.643	-	-
Outros		304.100	358.820	15.737	13.801
		8.879.297	8.350.041	1.992.780	1.144.742
Ativos classificados como mantidos para venda	34	1.258.111	19.446.033	1.258.111	1.573.967
TOTAL DO CIRCULANTE		10.137.408	27.796.074	3.250.891	2.718.709
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	7	13.342	108.683	454	10.691
Adiantamento a fornecedores		-	87.285	-	-
Consumidores, revendedores e concessionários – Transporte de energia	8	77.065	80.889	-	-
Tributos compensáveis	9	6.349.352	242.356	491.487	3.672
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11a	227.913	5.516	224.846	2.401
Impostos de renda e contribuição social diferidos	11c	2.429.789	2.146.863	680.731	809.270
Depósitos vinculados a litígios	14	2.540.239	2.501.512	310.065	326.345
Instrumentos financeiros derivativos	33b	1.456.178	743.692	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	13	115.202	245.566	115.202	245.566
Ativos financeiros e setoriais da concessão	16	4.850.315	4.927.498	-	-
Ativos de contrato	17	1.832.380	1.597.996	-	-
Investimentos	18	5.399.391	5.234.578	12.631.091	12.405.706
Imobilizado	19	2.450.125	2.661.585	1.546	2.250
Intangível	20	11.624.471	10.777.191	4.175	6.125
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	21a	276.824	-	3.330	-
Outros		147.058	697.389	38.407	35.756
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		39.789.644	32.058.599	14.501.334	13.847.782
TOTAL DO ATIVO		49.927.052	59.854.673	17.752.225	16.566.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE					
Fornecedores	22	2.079.891	1.801.252	2.705	9.285
Encargos regulatórios	25	456.771	514.412	4.624	5.671
Participação dos empregados e administradores no resultado		212.220	78.759	10.235	4.813
Impostos, taxas e contribuições	23	358.847	409.825	92.640	45.014
Imposto de renda e contribuição social	11b	133.868	112.063	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	28f	744.591	863.703	742.519	861.420
Empréstimos, financiamentos e debêntures	24	2.746.249	2.197.566	-	-
Salários e contribuições sociais		200.044	283.730	10.662	17.446
Contribuição de iluminação pública		251.809	281.362	-	-
Obrigações pós-emprego	26	287.538	252.688	23.747	13.774
Operações de arrendamento mercantil	21b	85.000	-	1.646	-
Adiantamento de clientes	8	-	79.405	-	-
Valores a pagar a partes relacionadas		8.395	-	6.418	408.114
Outras obrigações		347.228	246.580	5.078	12.084
		7.912.451	7.121.345	900.274	1.377.621
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	34	-	16.272.239	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		7.912.451	23.393.584	900.274	1.377.621
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	25	147.266	178.525	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	24	12.029.782	12.574.262	48.252	45.081
Impostos, taxas e contribuições	23	883	29.396	91	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11c	661.057	728.419	-	-
Provisões	27	1.888.064	640.671	223.427	64.204
Obrigações pós-emprego	26	6.421.156	4.735.656	689.761	495.677
PLS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	23	4.193.329	1.123.680	-	-
Instrumentos financeiros derivativos – opções	33b	482.841	419.148	-	-
Operações de arrendamento mercantil	21b	202.747	-	1.833	-
Outras obrigações		96.611	92.005	1.972	5.189
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		26.123.736	20.521.762	965.336	610.151
TOTAL DO PASSIVO		34.036.187	43.915.346	1.865.610	1.987.772
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28				
Capital social		7.293.763	7.293.763	7.293.763	7.293.763
Reservas de capital		2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721
Reservas de lucros		8.750.051	6.362.022	8.750.051	6.362.022
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.406.920)	(1.326.787)	(2.406.920)	(1.326.787)
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		15.886.615	14.578.719	15.886.615	14.578.719
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR	28	4.250	1.360.608	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.890.865	15.939.327	15.886.615	14.578.719
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		49.927.052	59.854.673	17.752.225	16.566.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA LÍQUIDA	29	25.390.306	22.266.217	186.467	3.862
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	30				
Energia elétrica comprada para revenda		(11.286.174)	(11.084.194)	-	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.426.278)	(1.479.414)	-	-
Gás comprado para revenda		(1.435.728)	(1.238.085)	-	-
		(14.148.180)	(13.801.693)	-	-
OUTROS CUSTOS	30				
Pessoal e administradores		(1.001.762)	(1.098.250)	-	-
Materiais		(73.872)	(81.414)	-	-
Serviços de terceiros		(1.042.989)	(912.647)	-	-
Depreciação e amortização		(814.783)	(760.720)	-	-
Provisões operacionais		(1.213.759)	(40.054)	-	-
Custo de construção de infraestrutura		(1.199.698)	(897.490)	-	-
Outros		(103.630)	(84.924)	-	-
		(5.450.493)	(3.875.499)	-	-
CUSTO TOTAL		(19.598.673)	(17.677.192)	-	-
LUCRO BRUTO		5.791.633	4.589.025	186.467	3.862
DESPESAS OPERACIONAIS	30				
Despesas com Vendas		(237.733)	(264.416)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(641.810)	(671.923)	(72.715)	(78.996)
Despesas com Provisões Operacionais		(949.614)	(167.232)	(188.461)	(59.677)
Outras Despesas Operacionais, líquidas		(1.051.181)	(639.464)	(66.084)	(62.502)
		(2.880.338)	(1.743.035)	(327.260)	(201.175)
Resultado de Equivalência Patrimonial	18	125.351	(103.549)	2.834.411	1.719.540
Dividendos declarados por investida classificada como ativo não circulante mantido para venda	34	72.738	-	72.738	
Remensuração da participação anterior de controladas adquiridas	18	-	(119.117)	-	(198.811)
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	18	-	(127.427)	-	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		3.109.384	2.495.897	2.766.356	1.323.416
Receitas Financeiras	31	3.206.850	1.705.679	272.753	9.548
Despesas Financeiras	31	(1.846.573)	(2.224.161)	(26.690)	(22.965)
Resultado antes dos impostos		4.469.661	1.977.415	3.012.419	1.309.999
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	11d	(1.454.341)	(583.273)	(5.707)	39.432
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11d	(111.314)	(15.851)	(103.381)	43.191
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade		2.904.006	1.378.291	2.903.331	1.392.622
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas	34	224.067	363.422	224.067	307.477
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		3.128.073	1.741.713	3.127.398	1.700.099
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores					
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade		2.903.331	1.377.530	2.903.331	1.392.622
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas	34	224.067	322.569	224.067	307.477
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores		3.127.398	1.700.099	3.127.398	1.700.099
Participação dos acionistas não-controladores					
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade	28	675	761	-	-
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas		-	40.853	-	-
		3.128.073	1.741.713	3.127.398	1.700.099
Lucro básico e diluído por ação preferencial	28	2,14	1,17	2,14	1,17
Lucro básico e diluído por ação ordinária	28	2,14	1,17	2,14	1,17
Lucro básico e diluído por ação preferencial oriundo das operações em continuidade	28	1,99	0,95	1,99	0,95



	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
Lucro básico e diluído por ação ordinária oriundo das operações em continuade	28	1,99	0,95	1,99	0,95
Lucro básico e diluído por ação preferencial oriundo das operações descontinuadas	28	0,15	0,22	0,15	0,21
Lucro básico e diluído por ação ordinária oriundo das operações descontinuadas	28	0,15	0,22	0,15	0,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.128.073	1.741.713	3.127.398	1.700.099
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em exercícios subsequentes				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	(1.599.049)	(702.153)	(176.235)	(22.422)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos	543.676	239.390	59.919	7.624
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	(939.057)	(447.965)
Outros	48	-	52	-
	(1.055.325)	(462.763)	(1.055.321)	(462.763)
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto referente à conversão de operações no exterior	-	-	-	(175)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	(175)	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.072.748	1.278.775	2.072.077	1.237.161
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	2.072.077	1.237.161	2.072.077	1.237.161
Participação dos acionistas não-controladores	671	41.614	-	-
	2.072.748	1.278.775	2.072.077	1.237.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	7.293.763	2.249.721	6.362.022	(1.326.787)	-	14.578.719	1.360.608	15.939.327
Participação de não controladores (nota 28)	-	-	-	-	-	-	(1.356.791)	(1.356.791)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	3.127.398	3.127.398	675	3.128.073
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(1.055.321)	-	(1.055.321)	(4)	(1.055.325)
Realização do custo atribuído	-	-	-	(24.812)	24.812	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício								
Reservas de Incentivos Fiscais	-	-	18.256	-	(18.256)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio propostos (R\$0,52 por ação)	-	-	-	-	(764.181)	(764.181)	(238)	(764.419)
Reserva de lucros a realizar	-	-	834.603	-	(834.603)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	1.535.170	-	(1.535.170)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	7.293.763	2.249.721	8.750.051	(2.406.920)	-	15.886.615	4.250	15.890.865

	Capital Social	Subscrição de ações a capitalizar	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6.294.208	1.215.223	1.924.503	5.728.574	(836.522)	-	14.325.986	4.150	14.330.136
Dividendos propostos de exercícios anteriores	-	-	-	(126.996)	-	-	(126.996)	-	(126.996)
Dividendos de exercícios anteriores prescritos	-	-	-	-	-	42.464	42.464	-	42.464
Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 e CPC 47/ IFRS 15	-	-	-	-	-	(157.266)	(157.266)	-	(157.266)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	6.294.208	1.215.223	1.924.503	5.601.578	(836.522)	(114.802)	14.084.188	4.150	14.088.338
Subscrição de ações a capitalizar	-	109.550	-	-	-	-	109.550	-	109.550
Integralização de capital	999.555	(999.555)	-	-	-	-	-	-	-
Ágio na subscrição de ações	-	(325.218)	325.218	-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	1.315.195	1.315.195
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.700.099	1.700.099	41.614	1.741.713
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(462.938)	-	(462.938)	-	(462.938)
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(27.327)	42.497	15.170	-	15.170
Destinação do lucro líquido do exercício									
Reservas de Incentivos Fiscais	-	-	-	9.237	-	(9.237)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio propostos (R\$0,59 por ação)	-	-	-	-	-	(867.350)	(867.350)	(351)	(867.701)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	751.207	-	(751.207)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	7.293.763	-	2.249.721	6.362.022	(1.326.787)	-	14.578.719	1.360.608	15.939.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade		2.904.006	1.378.291	2.903.331	1.392.622
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas		224.067	363.422	224.067	307.477
Lucro líquido do exercício		3.128.073	1.741.713	3.127.398	1.700.099
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa					
Lucro líquido do exercício de acionistas não controladores		(675)	(41.614)	-	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	11c	111.314	15.851	103.381	(43.191)
Depreciação e amortização	19, 20 e 21	958.234	849.093	4.525	7.396
Baixa de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível	16, 17, 19 e 20	127.835	62.148	573	468
Perda por redução ao valor recuperável de intangível	20	21.684	-	-	-
Perda por redução ao valor recuperável de ativos de contrato	17	2.665	42.029	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	18	(125.351)	103.549	(2.834.411)	(1.719.540)
Dividendos declarados por investida classificada como mantida para venda	34	(72.738)	-	(72.738)	-
Remensuração da participação anterior de controladas adquiridas		-	119.117	-	198.811
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos		-	127.427	-	-
Receita de Indenização da Geração	16	-	(55.009)	-	-
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	16 e 17	(505.507)	(585.382)	-	-
Juros e variações monetárias		1.189.777	1.206.652	(20.018)	(25.417)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS, incluindo atualização financeira	10	(2.951.789)	-	(481.069)	-
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	24	225.992	582.193	-	-
Amortização de custo de transação de empréstimos e financiamentos	24	37.616	32.907	173	434
Provisões operacionais e perdas estimadas	30d	2.401.106	466.768	188.461	59.677
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos – swap e opções		(997.858)	(893.301)	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	16	(57.988)	(1.973.064)	-	-
Obrigações pós-emprego	26	464.554	405.111	46.796	43.980
Outros		(22.967)	(47.875)	1.845	-
		3.933.977	2.158.313	64.916	222.717
(Aumento) Redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia		(665.727)	(391.152)	5.619	23.454
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	16	362.469	908.604	-	-
Tributos compensáveis		(11.699)	38.407	4.640	(4.839)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(71.267)	614.963	16.698	(3.336)
Depósitos vinculados a litígios		10.975	(109.315)	33.820	(29.657)
Dividendos recebidos	18	282.580	311.471	830.525	801.521
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato	16 e 17	373.332	1.704.007	-	-
Adiantamento a fornecedores		53.989	28.850	-	-
Outros		(28.730)	48.308	(7.709)	7.244
		305.922	3.154.143	883.593	794.387
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		278.639	(553.445)	(6.580)	(79)
Impostos, taxas e contribuições		(162.319)	(291.037)	44.376	39.173
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.432.536	(5.962)	5.707	-
Salários e contribuições sociais		(83.686)	76.639	(6.784)	6.374
Encargos regulatórios		(88.900)	(69.553)	(1.047)	5.671
Adiantamento de clientes		(80.862)	(153.357)	-	-
Obrigações pós-emprego	26	(343.253)	(307.034)	(18.974)	(16.448)
Instrumentos Financeiros Derivativos – Opções de Venda	33	-	(555.590)	-	(555.590)
Outros		6.210	(164.005)	(22.015)	70.051
		958.365	(2.023.344)	(5.317)	(450.848)
Caixa gerado pelas atividades operacionais em continuidade		5.198.264	3.289.112	943.192	566.256
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	24	(1.264.800)	(1.290.348)	-	(894)
Juros sobre mútuo com partes relacionadas pagos		-	-	(24.578)	-
Juros sobre arrendamentos pagos	21	(5.150)	-	(127)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.767.409)	(649.966)	(102.869)	(76.095)
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap), pagos		100.107	37.330	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em continuidade		2.261.012	1.386.128	815.618	489.267
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais descontinuadas	34	(224.067)	(378.316)	(224.067)	(378.316)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.036.945	1.007.812	591.551	110.951

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira		79.030	275.903	(64.919)	(25.775)
Fundos vinculados		78.656	15.234	-	87.746
Em investimentos					
Investimentos – aquisição de participação	18	-	(109.006)	-	(103.788)
Aporte em investidas	18	(38.265)	(240.189)	(19.434)	(1.109.127)
Alienação de investimentos		-	-	-	423.163
Caixa oriundo de incorporação	38	-	69.987	22.444	-
Mútuo com partes relacionadas		(6.418)	-	(6.418)	-
Em imobilizado	19	(70.390)	(76.998)	(45)	(25)
Em intangível e ativos de contrato – infraestrutura de distribuição de energia e gás	17 e 20	(1.856.308)	(800.395)	(13)	(195)
Caixa líquido gerado (consumido em atividades de investimento das operações em continuidade)		(1.813.695)	(865.464)	(68.385)	(728.001)
Caixa líquido gerado em atividades de investimento das operações descontinuadas	18 e 34	625.000	654.461	625.000	654.461
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.188.695)	(211.003)	556.615	(73.540)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos líquidos	24	4.476.722	2.989.753	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	28f	(701.137)	(508.765)	(735.284)	(508.703)
Pagamento de mútuos com partes relacionadas		-	-	(400.000)	400.000
Aumento de capital		-	109.550	-	109.550
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	24	(4.883.218)	(3.526.800)	-	(22.600)
Arrendamentos pagos	21	(95.664)	-	(2.856)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.203.297)	(936.262)	(1.138.140)	(21.753)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(355.047)	(139.453)	10.026	15.658
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	890.804	1.030.257	54.330	38.672
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	6	535.757	890.804	64.356	54.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2019		2018		2019		2018	
RECEITAS								
Venda de energia, gás e serviços	34.607.575		33.052.902		4.485		4.498	
Receita de construção de distribuição	979.308		801.778		-		-	
Receita de construção de transmissão	220.390		95.712		-		-	
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	318.266		321.427		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	17.839		325		-		-	
Receita de indenização de transmissão	155.013		250.375		-		-	
Receita de indenização de geração	-		55.332		-		-	
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (Nota 10)	1.427.786		-		-		-	
Investimento em imobilizado	25.012		42.767		-		-	
Outras receitas, líquidas	71.161		55.299		-		-	
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(237.733)		(264.416)		-		-	
	37.584.617		34.411.501		4.485		4.498	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia elétrica comprada para revenda	(12.311.849)		(12.140.162)		-		-	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.592.178)		(1.649.181)		-		-	
Serviços de terceiros	(1.671.293)		(1.476.357)		(36.586)		(34.536)	
Gás comprado para revenda	(1.823.147)		(1.572.171)		-		-	
Materiais	(691.683)		(501.263)		(3.396)		(1.438)	
Outros custos operacionais	(2.698.149)		(613.830)		(117.963)		(72.029)	
	(20.788.299)		(17.952.964)		(157.945)		(108.003)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	16.796.318		16.458.537		(153.460)		(103.505)	
RETENÇÕES								
Depreciação e amortização	(958.234)		(834.593)		(4.525)		(1.278)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	15.838.084		15.623.944		(157.985)		(104.783)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	224.067		363.422		224.067		307.477	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de equivalência patrimonial	125.351		(103.549)		2.834.411		1.719.540	
Receitas financeiras	3.206.850		1.705.679		272.753		9.548	
Resultado com Combinação de Negócios	-		(119.117)		-		(198.811)	
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	-		(127.427)		-		-	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	19.394.352		17.342.952		3.173.246		1.732.971	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	1.861.767	9,61	1.715.361	9,89	83.362	2,64	76.910	4,44
Remuneração direta	1.218.391	6,29	1.081.833	6,24	32.600	1,03	22.258	1,28
Benefícios de curto prazo e pós emprego	562.075	2,90	479.274	2,76	48.138	1,53	46.372	2,68
FGTS	59.810	0,31	62.992	0,36	1.716	0,05	3.095	0,18
Programa de desligamento voluntário programado	21.491	0,11	91.262	0,53	908	0,03	5.185	0,30
Impostos, taxas e contribuições	12.505.603	64,48	11.534.990	66,51	(66.623)	(2,12)	(72.292)	(4,17)
Federais	6.348.455	32,74	6.050.851	34,89	(68.726)	(2,18)	(73.194)	(4,22)
Estaduais	6.142.683	31,67	5.471.291	31,55	1.357	0,04	606	0,03
Municipais	14.465	0,07	12.848	0,07	746	0,02	296	0,02
Remuneração de capitais de terceiros	1.898.909	9,78	2.350.888	13,56	29.109	0,93	28.254	1,63
Juros	1.872.545	9,64	2.252.619	12,99	26.690	0,85	22.965	1,33
Aluguéis	26.364	0,14	98.269	0,57	2.419	0,08	5.289	0,30
Remuneração de capitais próprios	3.128.073	16,13	1.741.713	10,04	3.127.398	98,55	1.700.099	98,10
Juros sobre Capital Próprio	400.000	2,06	210.000	1,21	400.000	12,60	210.000	12,12
Dividendos	364.181	1,88	657.350	3,79	364.181	11,48	657.350	37,93
Lucros retidos	2.363.217	12,19	832.749	4,80	2.363.217	74,47	832.749	48,05
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	675	-	41.614	0,24	-	-	-	-
	19.394.352	100,00	17.342.952	100,00	3.173.246	100,00	1.732.971	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Constituída com o propósito principal de atuar como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Cemig possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligadas cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, distribuição e comercialização de energia elétrica e de gás (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes):

Investimentos	Classificação	Descrição
CONTROLADAS:		
Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”)	Controlada	Subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, que possui participação em 83 usinas (76 usinas hidrelétricas, 1 solar, 1 térmica e 6 eólicas), sendo que dessas usinas, 45 são controladas pela Cemig GT, e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 3.235 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes).
Cemig Baguari	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.
Cemig Ger. Três Marias S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 396 MW de potência instalada e 239 MW médios de garantia física.
Cemig Ger. Salto Grande S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 102 MW de potência instalada e 75 MW médios de garantia física.

Investimentos	Classificação	Descrição
Cemig Ger. Itutinga S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 52 MW de potência instalada e 28 MW médios de garantia física.
Cemig Geração Camargos S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 46 MW de potência instalada e 21 MW médios de garantia física.
Cemig Geração Sul S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW de potência instalada e 27,42 MW médios de garantia física.
Cemig Geração Leste S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW de potência instalada e 18,64 MW médios de garantia física.
Cemig Geração Oeste S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW de potência instalada e 11,21 MW médios de garantia física.
Rosal Energia S.A. ("Rosal")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho.
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina.
Cemig PCH S.A. ("PCH")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim.
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	Controlada	Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos.
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	Controlada	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos.
Cemig Geração Poço Fundo	Controlada	Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec Tubos do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais.
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Central Eólica Praias de Parajuru")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará.
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Central Eólica Volta do Rio")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará.
Cemig Distribuição S.A. ("Cemig D" ou "Cemig Distribuição")	Controlada	Subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, que possui concessão para a exploração de distribuição de energia elétrica por meio de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais.

Investimentos	Classificação	Descrição
Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig")	Controlada	Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais.
Cemig Geração Distribuída	Controlada	Subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo implantar e manter empreendimentos e equipamentos associados à eficiência energética e à micro e minigeração distribuídas. Assim como, prestar consultoria e desenvolver estudos de instalação de empreendimentos e equipamentos de geração distribuída e de adesão de consumidores ao sistema de compensação de energia elétrica, compreendendo análise de viabilidade técnica, regulatória e econômica.
Efficientia S.A. ("Efficientia")	Controlada	Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia.
CONTROLADAS EM CONJUNTO		
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dolores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dolores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis. Todas no Estado de Minas Gerais.
LightGer S.A. ("LightGer")	Controlada em conjunto	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("UHE Itaocara")	Controlada em conjunto	Sociedade anônima, o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig GT e Itaocara Energia (grupo Light), é responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I (UHE Itaocara I).
Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom")	Controlada em conjunto	Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%).
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Cachoeirão")	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais.
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Pipoca")	Controlada em conjunto	Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, nos municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais.
Retiro Baixo Energética S.A. ("RBE")	Controlada em conjunto	A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompéu, Estado de Minas Gerais.
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia")	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig GT, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na participação da Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Aliança Norte Energia Participações S.A. ("Aliança Norte")	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Cemig GT, que detém 49% de participação, e a Vale S.A., que detém os 51% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9% na participação da Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia")	Controlada em conjunto	Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.
Renova Energia S.A. ("Renova Energia")	Controlada em conjunto	Sociedade de capital aberto, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas.
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança")	Controlada em conjunto	Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Cemig GT e Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração elétrica. As duas partes subscreveram suas ações na empresa na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Posteriormente, foi adicionado ao portfólio o Parque Eólico Santo Inácio, que entrou em operação em dezembro/2017. Com esses ativos a controlada em conjunto tem uma capacidade instalada de geração hidrelétrica em operação de 1.257 MW (698 MW médios de capacidade física), entre outros projetos de geração. Vale e Cemig GT, detêm 55% e 45% do capital total, respectivamente.
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA")	Controlada em conjunto	Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 18 Estados do País de forma direta e por meio de participação em investidas.
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste") (1)	Controlada em conjunto	Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta.
COLIGADAS:		
Madeira Energia S.A. ("Madeira")	Coligada	Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio da seguinte sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia.
Ativas Datacenter S.A. ("Ativas")	Coligada	Investida cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações.

Investimentos	Classificação	Descrição
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	Fundo administrado pelo Banco Modal S.A. ("Administrador"), foi constituído sob a forma de condomínio fechado. O objetivo do Fundo é buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição de emissão de companhias, abertas ou fechadas, e/ou outros ativos. O Fundo detinha 83% do Capital Social da SAAG Investimentos S.A. ("SAAG"), cujo objetivo social é a participação no capital social da Madeira Energia S.A. ("MESA").

COLIGADA MANTIDA PARA VENDA:

Light S.A. ("Light")	Coligada	Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.
----------------------	----------	--

- (1) Em 13 de janeiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição da participação societária detida pela Eletrobrás na Centroeste, corresponde a 51% de seu capital social, passando a ser titular da totalidade de suas ações. Para mais informações, ver nota 18 – Investimentos.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Incorporação das subsidiárias integrais Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME") e Luce Empreendimentos e Participações S.A. ("LEPSA")

Em 24 de abril de 2019 a Companhia concluiu a incorporação de suas subsidiárias integrais RME e LEPSA, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção destas e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações.

Com a extinção da RME e da LEPSA, ocorre, também, de forma imediata e automática, a perda de objeto e a extinção das obrigações assumidas no Acordo de Acionistas da Light S.A. ("Light").

A seguir são apresentados os balanços patrimoniais resumidos da RME e LEPSA utilizados para a incorporação na data base de 31 de março de 2019:

	RME	LEPSA		RME	LEPSA
Ativo			Passivo		
Circulante	55.858	10.080	Circulante	-	4.979
Não circulante	377.184	451.003	Não circulante	-	-
			Patrimônio Líquido	433.042	456.104
Total do Ativo	433.042	461.083	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	433.042	461.083

A incorporação foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2019.

Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não houve aumento de capital, nem a necessidade de emissão de novas ações da Companhia. Adicionalmente, a incorporação não alterou a participação da CEMIG já detida no capital da Light naquela data.



Alienação de participação e controle da Light

Em 17 de julho de 2019, a Light S.A. encerrou a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações de sua emissão, ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

No âmbito da Oferta Pública, foram colocadas, pela Light S.A., (i) 100.000.000 de novas Ações (“Oferta Primária”), com o consequente aumento de seu capital social, e (ii) 33.333.333 de Ações de sua emissão e de titularidade da Companhia ao preço por ação de R\$18,75.

Com a liquidação da Oferta Restrita, a participação da Companhia no capital social total da Light S.A. foi reduzida de 49,99%, para 22,58%, o que limitou o seu direito de voto nas assembleias dos acionistas e, consequentemente, a sua capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Assim, nessa data, com a alteração da participação societária da Light, a Companhia perdeu o poder que lhe garantia o controle sobre esta investida. Nessas circunstâncias, em conformidade ao IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas, a investida deixou de se enquadrar no conceito de controlada, passando a não mais ser consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia.

Uma vez que a Companhia mantém o compromisso firme de alienação da participação remanescente na Light, o investimento nesta empresa permaneceu classificado como ativo mantido para venda de acordo com as previsões estabelecidas no CPC 31 / IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Para mais detalhes, consultar nota explicativa nº 34.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (IFRS).

As práticas contábeis adotadas no Brasil para elaboração das demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, uma vez que esta norma passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial para mensuração de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. Assim, estas demonstrações individuais, que são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).



As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 19 de março de 2020, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado nas notas explicativas nº 33 e 34, respectivamente.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 10 – Valores a serem repassados a consumidores
- Nota 11 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 16 – Ativos e passivos financeiros da concessão;
- Nota 17 – Ativos de contrato;
- Nota 18 – Investimentos;
- Nota 19 – Imobilizados e vidas úteis de ativos;
- Nota 20 – Intangíveis e vidas úteis de ativos;
- Nota 21 – Operações de arrendamento mercantil;
- Nota 26 – Obrigações pós-emprego;
- Nota 27 – Provisões;
- Nota 29 – Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 33 – Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo;
- Nota 34 – Mensuração a valor justo de ativos classificados como mantidos para venda.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

2.4 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamentos como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas fizeram a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotaram as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. A Companhia e suas controladas optaram pela adoção do método retrospectivo modificado e, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não reapresentaram as informações e saldos em base comparativa.

A Companhia e suas controladas avaliaram detalhadamente os impactos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2), identificando os seguintes contratos que contêm arrendamentos:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas consideraram o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2), sendo os impactos desta, em 1º de janeiro de 2019, apresentados a seguir:

	Consolidado	Controladora
Ativo - Direito de uso	342.450	19.844
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(342.450)	(19.844)

IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia e suas controladas adotaram a interpretação a partir dessa data e analisaram os tratamentos tributários que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia e suas controladas a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia e suas controladas tiveram alteração no que se refere à expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

Pronunciamentos técnicos revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019

- (i) IAS 28/CPC 18: aplicação da IFRS 9/CPC 48 à mensuração de outros instrumentos financeiros em coligada, em controlada ou em empreendimento controlado em conjunto, para os quais o método da equivalência patrimonial não é aplicável, bem como prescreve as regras de transição relacionadas à adoção inicial;
- (ii) IAS 12/CPC 32: estabelece as regras para reconhecimento dos efeitos tributários sobre o rendimento dos dividendos distribuíveis. Essa alteração não impacta as demonstrações financeiras da Companhia, tendo em vista a legislação tributária brasileira aplicável a suas transações;
- (iii) IAS 19/CPC 33: altera o momento da remensuração do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido para quando ocorre a determinação do custo do serviço passado ou o ganho ou a perda na liquidação, utilizando-se de valor justo dos ativos do plano e premissas atuariais que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano e os ativos do plano, antes e após a alteração, redução ou liquidação do plano, bem como a utilização da taxa de desconto e do valor do passivo (ativo líquido) após a alteração, redução ou liquidação do plano na determinação dos juros líquidos pelo restante do período de relatório anual. As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não houve nenhuma alteração, restrições ou liquidações no plano durante o exercício.

A Companhia e suas controladas não identificaram impactos significativos decorrentes das demais alterações realizadas em 2019.

2.5 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As principais alterações nas normas foram refletidas nos CPCs por meio da Revisão CPC 14/2019, e estão descritas a seguir:



CPC 15 (R1): As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, e, assim, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

CPC 26 (R1) e IAS 8: Alinham a definição de “omissão material” e “distorção material” e esclarecem alguns aspectos desta definição. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Além das alterações previstas na Revisão CPC 14/2019, o IASB emitiu, em maio de 2017, a IFRS 17 – Contratos de seguro, norma ainda não emitida no Brasil, que tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia e suas controladas.

2.6 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e suas controladas que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, pelos serviços de construção ou melhoria prestados, do poder concedente.

Nesta categoria encontram-se também os equivalentes de caixa, os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas.

Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap e call spread) - A Cemig GT mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda) – as opções de venda, na Cemig GT, de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM), tendo como referência o preço das respectivas opções de venda obtidas pelo modelo BSM avaliadas na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia, adiantamentos a fornecedores, contas a receber do Estado de Minas Gerais, fundos vinculados, depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros, os ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga, indenizações a receber dos ativos de transmissão, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos financiamentos e debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz), concessões a pagar, plano de regularização de créditos tributários– (PRCT) do Estado de Minas Gerais, adiantamento de clientes, ativos e passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, subvenção de baixa renda, reembolso de subsídios tarifários e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros.

b) Consumidores, Revendedores e Concessionários - Transporte de Energia

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários – transporte de energia – são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Para os clientes cativos, a Cemig D adota, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 24 meses do faturamento, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses, considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A Cemig D revisou em 2019 a premissa utilizada para cálculo dos percentuais históricos de inadimplência da matriz de provisão, que passou de 12 para 24 meses, com o objetivo de aprimorar a modelagem de apuração, tendo como base estudos sobre o comportamento da dívida dos seus clientes entre o período de 12 e 24 meses de vencimento, utilizando as ferramentas de cobrança existentes.

A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

Para títulos não faturados, a vencer e/ou vencidos a menos de 12 meses, as provisões para perdas esperadas são mensuradas, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

Para os grandes consumidores, o ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é registrado com base em estimativas da Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia e suas controladas são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

c) Investimentos

A Companhia e suas controladas detêm investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (nesta última com exceção das controladas) e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, e (ii) ágio (goodwill), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e esta diferença representa a expectativa de geração futura de valor. O ágio decorrente da aquisição é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Posteriormente, perdas por desvalorização são reconhecidas no resultado, mediante indicativo de que o valor recuperável do investimento é inferior ao seu valor contábil. As participações em consórcios são contabilizadas de acordo com o CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, reconhecendo-se estes investimentos pela participação da Companhia sobre quaisquer ativos e passivos detidos ou assumidos em conjuntos. O resultado desses investimentos é reconhecido pela participação da Companhia sobre as receitas e despesas da operação em conjunto.

d) Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. A Companhia e suas controladas contabilizam as combinações de negócios por meio do método de aquisição. Assim, no momento da aquisição, a companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores pelo seu valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos, de acordo com os critérios descritos no item (c), acima.

A Companhia entende, em linha com o ICPC 09 (R2), que não se caracteriza como ágio pago por expectativa de rentabilidade futura o valor referente especificamente a direito de concessão, direito de exploração e assemelhados, inclusive quando adquirido em combinação de negócios em que a entidade adquirida seja uma concessionária, cujo direito à concessão tenha prazo conhecido e definido.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de sua aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

e) Ativos Vinculados à Concessão

Atividade de distribuição de energia – Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção equivalentes aos novos ativos são registradas inicialmente como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

Atividade de transmissão – Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de transmissão são classificados como ativos de contrato, considerando que o recebimento da contraprestação pela construção da infraestrutura depende da satisfação de obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão. Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que nada mais além da passagem do tempo é necessário para que a contraprestação seja recebida. Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra realizada, incluindo eventual margem de construção.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

Assim, com base nas características do contrato de concessão, as controladas classificam a contraprestação a ser recebida pela construção da infraestrutura como ativo de contrato, uma vez que, para sua realização, os fluxos financeiros são influenciados por fatores de desempenho operacional, não sendo estes ativos recebíveis apenas pela passagem do tempo, condição precedente para classificação dos direitos como ativo financeiro, de acordo com o CPC 48/IFRS 09.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, parte dos ativos de transmissão das concessões, vinculados à Rede Básica do Sistema Existente - RBSE, foram baixados em 31 de dezembro de 2012, com o reconhecimento de recebível correspondente à indenização estimada a ser recebida no período de 8 anos.

Contudo, em 2018, a partir da vigência do CPC 47/IFRS15, parte desses ativos foram reclassificados para ativos de contrato, com fundamento nos regulamentos da Aneel e Ministério de Minas e Energia – MME. Assim, a parcela econômica da RAP referente às instalações da RBSE consubstanciada na quota de reintegração regulatória, incorporada à base de remuneração, é classificada como ativo de contrato à medida que a satisfação da obrigação de performance vinculada à construção desses ativos ocorre durante a sua vida útil (disponibilidade da rede).

Por outro lado, a parcela não paga desde a prorrogação das concessões, referentes ao período de 1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017, a ser recebida no prazo de 8 anos, considerada componente financeiro, é classificada como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, tendo em vista que não mais envolve a construção de ativos de infraestrutura e representa exclusivamente as parcelas não recebidas no período de 2013 a 2017, atualizadas pelo custo de capital regulatório do negócio de transmissão.

Atividade de geração – Para as usinas cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

Atividade de distribuição de gás – Os novos ativos da infraestrutura da concessão são classificados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

A parcela da infraestrutura da concessão que será integralmente amortizada durante a vigência da concessão é registrada como um Ativo Intangível. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear.

A parcela dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão é classificada como ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Esses ativos são avaliados com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária. O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício, sendo considerado pelo regulador no ciclo de revisão tarifária subsequente.

f) Ativos Intangíveis

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

g) Imobilizado

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações, ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem. As principais taxas estão demonstradas na nota explicativa nº 19 das demonstrações financeiras.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

h) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

i) Benefícios a empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes.

Benefícios de curto prazo a empregados – A participação nos lucros e resultados prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao Acordo Coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica participação dos empregados e administradores no resultado.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

k) Subvenções governamentais

As controladas Cemig D e Cemig GT possuem empreendimentos na área incentivada da SUDENE, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros).

Adicionalmente, as controladas Cemig D e Cemig GT recebem valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los.

l) Ativos classificados como mantidos para venda e operações descontinuadas

A Companhia e suas controladas classificam um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. São mensurados pelo menor preço entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados enquanto estiverem classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial, em atendimento ao CPC 31 / IFRS 05.

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Divulgações adicionais são apresentadas na nota explicativa nº 34. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

m) Receita operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia e suas controladas no setor elétrico, gás e outros, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. No caso do contrato de concessão de distribuição, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período. O faturamento é feito em bases mensais, a partir da medição de energia, realizada de acordo com o calendário de leitura, em conformidade à regulamentação do setor. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e representam, basicamente, por:

- Receita de construção - Corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero;
- Receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção;

- Receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos registrada sob a rubrica Receita de Concessão da Transmissão na receita bruta.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês em que a rede é disponibilizada para uso do cliente. A receita não faturada de uso dos sistemas elétricos de distribuição, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior e contabilizada no final do mês. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e os realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A receita de CVA e outros componentes financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 16.

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade de distribuição.

n) Tributos sobre vendas

As despesas e ativos não circulantes adquiridos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre venda quando estes forem recuperáveis junto às autoridades fiscais.

o) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros setoriais da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

p) Distribuição de lucros

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

q) Informação por segmento

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de ativo financeiro e de contrato da concessão, intangível e imobilizado.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas e indiretas nas controladas, incluídas na consolidação, são como segue:

Sociedades Controladas	31/12/2019			31/12/2018		
	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Gasmig	Consolidação	99,57	-	Consolidação	99,57	-
Cemig Geração Distribuída (Usina Térmica Ipatinga)	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Efficientia	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Luce Empreendimentos e Participações S.A. (1)	-	-	-	Consolidação	100,00	-
Rio Minas Energia e Participações (1)	-	-	-	Consolidação	100,00	-
Light (2)	Ativo mantido para venda	22,58	-	Consolidação	26,06	23,93
LightGer (3)	Equivalência patrimonial	-	49,00	Consolidação	-	74,49
Guanhães (3)	Equivalência patrimonial	-	49,00	Consolidação	-	74,49
Axxion (4)	Equivalência patrimonial	49,00	-	Consolidação	49,00	25,49
UHE Itaocara (3)	Equivalência patrimonial	-	49,00	Consolidação	-	74,49

- (1) Empresas incorporadas pela Companhia em 24 de abril de 2019.
- (2) A partir da liquidação da oferta restrita encerrada em 17 de julho de 2019, a participação da Companhia no capital social da Light, que era de 49,99% em 31 de dezembro de 2018, passou a ser de 22,58%. Essa transação resultou em perda de controle da Companhia sobre a investida, que reconheceu o investimento remanescente na Light, no balanço consolidado, como investimento em coligada ou empreendimento controlado em conjunto, de acordo com o CPC 18. Adicionalmente, em atendimento ao CPC 31, o investimento foi transferido para o ativo mantido para venda, considerando que permanece a intenção firme da Companhia de alienar a participação remanescente. Mais informações nas notas explicativas 1, 18 e 34.
- (3) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía participação indireta na LightGer, Guanhães e Itaocara de 74,49%, sendo 49% via Cemig GT e 25,49% via Light. A partir da perda de controle da Light, a Companhia deixou de deter controle sobre essas investidas e a participação indireta remanescente via Cemig GT passou a ser avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras, em conformidade ao CPC 18. Mais informações nas notas explicativas 18 e 34.
- (4) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía participação direta e indireta (via Light) na Axxion de 49% e 25,49%, respectivamente. A partir da perda de controle da Light, a Companhia deixou de deter controle sobre essa investida e a participação direta remanescente passou a ser avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade ao CPC 18. Mais informações nas notas explicativas 18 e 34.

a) Controladas, controladas em conjunto e coligadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas foram consolidados com base no método de consolidação integral. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

A Companhia controla uma investida quando tem poder que lhe garante a direção de suas atividades pertinentes, além de direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com esta investida e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor destes retornos.

Quando a Companhia perde o controle exercido sobre uma controlada, os ativos e passivos desta investida são baixados pelo seu valor contábil na data em que o controle é perdido. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo valor justo na data da perda do controle e ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

As informações financeiras de controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.



b) Consórcio

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação, uma vez que estes investimentos são considerados “*operações em conjunto*”, de acordo com os requerimentos do CPC19/IFRS 11.

c) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização *	Data de Vencimento
GERAÇÃO DE ENERGIA			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	07/2025
Salto Voltão (1)			10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Moraes (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1) (5)	Cemig GT	07/1997	08/2024
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (3)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (3)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO DE ENERGIA			
Rede Básica (4)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (4)	Cemig GT	79/2000	10/2030
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (6)			
	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS (6) (7)			
	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053

* A Companhia possui outorgas para geração hidroelétrica de potencial igual ou inferior a 5MW e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo estas classificadas como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do PROINFA. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica. Apesar do contrato de concessão de distribuição de energia ser segregado entre as quatro regiões do estado de Minas Gerais, este apresenta termos e condições idênticos.
- Em 06 de dezembro de 2019, a Aneel suspendeu, por meio de Despacho, a operação comercial da Usina de Igarapé, mediante pleito da Cemig GT pela extinção antecipada da concessão desta Usina.
- Referem-se a contratos de concessão que estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e cujos ativos de infraestrutura em serviço encontram-se registrados de acordo com o modelo bifurcado em ativo intangível e ativo financeiro, e a infraestrutura em construção é classificada como ativos de contrato, em atendimento ao CPC 47.
- Em 19 de setembro de 2019, foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o qual assegura à Gasmig a extensão do prazo de vigência da sua concessão até o ano de 2053. Mais informações podem ser consultadas na nota explicativa nº 20 – Ativos intangíveis.



Concessões de Geração

No negócio Geração, a Companhia auferir receita da comercialização de energia proveniente de suas usinas no ambiente regulado (ACR), bem como no ambiente livre (ACL). Enquanto no ambiente regulado as transações ocorrem por meios de leilões centralizados e públicos, no ambiente livre as negociações são bilaterais e reservadas às partes interessadas.

Existe também receita proveniente do mercado de curto prazo (MCP), que remunera os agentes pela energia descontratada, que é liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Concessões de Transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia e suas controladas estão autorizadas a cobrar a tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Cemig GT e suas controladas se comprometeram a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Valor nominal em 2019	Valor presente em 2019	Período de vigência da concessão	Índice de atualização
Irapé	33.183	15.436	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	8.190	4.192	01/2004 a 12/2032	IGPM
PCH Salto Morais (1)	-	-	06/2013 a 07/2020	IPCA
PCH Rio de Pedras (1)	-	-	06/2013 a 09/2024	IPCA
Diversas PCH's (*) (1)	-	-	06/2013 a 08/2025	IPCA

(*)PCH's, com potência instalada inferior a 50 MW.: Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão

(1) Conforme RN nº 467 de 2011 da Aneel (Art. 2º e Art. 4º), as usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW devem efetuar os pagamentos à Aneel por cinco anos a partir da data de assinatura do contrato. As usinas Salto Morais, Rio de Pedras, Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo e Xicão tiveram seus contratos assinados em 06/2013, tendo completado cinco anos em 2018, e por isso, não efetuaram pagamentos em 2019.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2019, o valor nominal e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de participação %	Valor pago em 2019	Valor nominal do montante a ser pago em 12 meses	Valor presente do montante a ser pago em 12 meses
Irapé	100,00	2.034	2.168	2.042
Queimado (Consórcio)	82,50	588	630	594

A taxa utilizada pela Cemig GT e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

Concessões de Distribuição de Energia

A Cemig D detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Cemig D não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas no contrato de concessão.

O contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Cemig D tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Cemig D, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Cemig D, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Cemig D.

A Cemig D também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da Aneel, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Cemig D está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, a partir de 2016, sendo que para este reposicionamento tarifário foram aplicadas as regras previstas no contrato de concessão anterior. Para os reposicionamentos tarifários subsequentes serão aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos (DECI e FECI) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 1º de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR¹ (-) juros da dívida² ≥ 0 ;
- LAJIDA³ ≥ 0 (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020);
- [LAJIDA (-) QRR] ≥ 0 (até o término de 2018 e mantida em 2019 e 2020);
- {Dívida líquida⁴ / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (80% da Selic) (até o término de 2019); e,
- {Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (111% da Selic) (até o término de 2020).

1. QRR – Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;

2. Dívida líquida x 111% da Selic;

3. Calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;

4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão da Cemig D foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Concessões para Distribuição de Gás

As concessões para distribuição de gás natural são estaduais e no Estado de Minas Gerais as tarifas de gás natural são fixadas pelo órgão regulador, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), de acordo com as características de consumo dos clientes. As tarifas são compostas por uma parcela de custo de gás e uma parcela relativa à distribuição de gás. A cada trimestre as tarifas são reajustadas para repasse do custo de gás e, uma vez ao ano, para atualização da parcela destinada a cobrir os custos relativos à prestação do serviço de distribuição – remuneração do capital investido e cobrir todas as despesas operacionais, comerciais e administrativas realizadas pela concessionária.

Além destes reajustes, estão previstas revisões tarifárias periódicas. A Primeira Revisão Tarifária Periódica, referente ao ciclo 2018-2022, foi concluída em novembro de 2019. Essas revisões deverão ocorrer a cada 5 (cinco) anos, a partir do final deste 1º ciclo, com o objetivo de avaliar as variações dos custos da Gasmig e adequar às tarifas. No contrato de concessão também é prevista a possibilidade de revisão extraordinária das tarifas se ocorrerem motivações que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.



Em 14 de dezembro de 2018, por meio do Ofício SEDECTES/SMEL nº. 22/2018, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (“SEDECTES” ou “poder concedente” e atualmente denominada “SEDE”) apresentou estudo, elaborado pela FGV, para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da Gasmig, embasado também em consulta efetuada à Advocacia Geral do Estado (AGE). O reequilíbrio pretendido pelo poder concedente consistiu na substituição da obrigação contratual de construção do gasoduto para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN) que seria construída pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, na região do Triângulo Mineiro, pelo pagamento de uma contraprestação ao Estado, a título de bônus de outorga, no valor estimado pela SEDECTES em R\$852 milhões. Diante do estudo, a SEDECTES solicitou a manifestação da Gasmig e iniciou as tratativas para a solução do desequilíbrio apontado, considerando que a prorrogação do contrato de concessão, definida no segundo termo aditivo, permitindo a extensão do prazo de vigência do ano de 2023 para 2053, tinha como condição a execução dos investimentos para a construção do gasoduto. Mais informações podem ser consultadas na nota explicativa nº 20 – Ativos intangíveis.

Em 19 de setembro de 2019, a Companhia celebrou, com o Estado de Minas Gerais, na qualidade de Poder Concedente, o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Exploração Industrial, Institucional e Residencial dos Serviços de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais, o qual representa a conclusão do processo de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, mediante pagamento do bônus de outorga no valor de R\$852 milhões, corrigido desde a sua data base de 1º de janeiro de 2019 até a data do seu pagamento pela taxa DI (Depósitos Interfinanceiros, extra grupo) e assegura à Gasmig a manutenção da extensão do prazo de vigência da sua concessão até o ano de 2053.

Em 26 de setembro de 2019, a Companhia realizou a emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única, perfazendo o valor total de R\$ 850 milhões com prazo de vencimento de 12 meses e juros de 107% da taxa DI, sem quaisquer garantias ou aval. Os recursos provenientes dessa emissão foram integralmente utilizados, em 26 de setembro de 2019, para pagamento do bônus de outorga devido ao Poder Concedente atualizado pela variação da taxa DI desde de 1º de janeiro de 2019 no valor de R\$ 891,2 milhões.

Ainda de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o valor total pago a título de outorga compensatória foi acrescido à base de remuneração de ativos da Companhia e considerado no processo de revisão tarifária pelo poder concedente como um ativo intangível a ser amortizado até o final do contrato de concessão, produzindo efeitos imediatos na fixação e revisão das tarifas.



5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro.

A Companhia também atua no mercado de gás por meio de sua controlada Gasmig e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações. Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

As informações por segmento referentes ao exercício 2019 e 2018 estão apresentadas de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019							
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO				
ATIVOS DO SEGMENTO	14.748.832	4.112.858	25.616.174	2.688.670	3.887.602	(1.127.084)	49.927.052
INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.133.104	1.237.177	-	-	29.110	-	5.399.391
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA	-	-	1.258.111	-	-	-	1.258.111
ADIÇÕES AO SEGMENTO	101.616	220.390	936.332	934.143	9.155	-	2.201.636
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE							
RECEITA LÍQUIDA	6.882.174	713.931	15.918.741	1.858.211	323.934	(306.685)	25.390.306
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS							
Energia elétrica comprada para revenda	(3.841.262)	-	(7.516.878)	-	(6)	71.972	(11.286.174)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(189.901)	-	(1.458.939)	-	-	222.562	(1.426.278)
Gás comprado para revenda	-	-	-	(1.435.728)	-	-	(1.435.728)
Total	(4.031.163)	-	(8.975.817)	(1.435.728)	(6)	294.534	(14.148.180)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS							
Pessoal	(207.422)	(114.837)	(869.289)	(45.913)	(34.057)	-	(1.271.518)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(35.818)	(26.908)	(182.856)	-	(17.426)	-	(263.008)
Obrigações pós-emprego	(49.627)	(38.138)	(276.663)	-	(44.036)	-	(408.464)
Materiais	(16.927)	(6.059)	(62.632)	(2.092)	(3.455)	27	(91.138)
Serviços de terceiros	(125.390)	(44.922)	(1.015.880)	(19.788)	(39.667)	7.097	(1.238.550)
Depreciação e amortização	(209.967)	(5.563)	(652.208)	(85.920)	(4.576)	-	(958.234)
Provisões (reversões) operacionais e ajustes para perdas operacionais	(975.363)	(134.843)	(1.100.647)	(1.793)	(188.460)	-	(2.401.106)
Custos de construção de infraestrutura	-	(220.390)	(936.332)	(42.976)	-	-	(1.199.698)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(174.888)	(20.116)	(298.633)	(10.128)	(377)	5.027	(499.115)
Total do custo de operação	(1.795.402)	(611.776)	(5.395.140)	(208.610)	(332.054)	12.151	(8.330.831)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.826.565)	(611.776)	(14.370.957)	(1.644.338)	(332.060)	306.685	(22.479.011)
Resultado de equivalência patrimonial	(88.279)	214.564	-	-	(934)	-	125.351
Dividendos declarados por investida classificada como ativo não circulante mantido para venda	-	-	72.738	-	-	-	72.738
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	967.330	316.719	1.620.522	213.873	(9.060)	-	3.109.384
Receitas financeiras	1.282.018	97.905	1.534.795	21.103	271.029	-	3.206.850
Despesas financeiras	(1.034.529)	(114.784)	(632.406)	(45.865)	(18.989)	-	(1.846.573)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.214.819	299.840	2.522.911	189.111	242.980	-	4.469.661
Imposto de renda e contribuição social	(550.798)	(36.042)	(805.807)	(47.507)	(125.501)	-	(1.565.655)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade	664.021	263.798	1.717.104	141.604	117.479	-	2.904.006
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS							
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas	-	-	224.067	-	-	-	224.067
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	664.021	263.798	1.941.171	141.604	117.479	-	3.128.073
Participação dos acionistas controladores	664.021	263.798	1.941.171	140.929	117.479	-	3.127.398
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	675	-	-	675
	664.021	263.798	1.941.171	141.604	117.479	-	3.128.073



INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES*	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	14.670.719	3.862.238	37.840.059	1.822.176	9.584	2.606.857	(956.960)	59.854.673
INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.055.190	1.162.879	-	-	-	16.509	-	5.234.578
ADIÇÕES AO SEGMENTO	558.649	95.712	856.315	70.319	8.646	195	-	1.589.836
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE								
RECEITA LÍQUIDA	6.374.319	675.656	13.756.860	1.618.942	-	133.704	(293.264)	22.266.217
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia elétrica comprada para revenda	(3.917.436)	-	(7.237.526)	-	-	(2)	70.770	(11.084.194)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(216.413)	-	(1.463.469)	-	-	-	200.468	(1.479.414)
Gás comprado para revenda	-	-	-	(1.238.085)	-	-	-	(1.238.085)
Total	(4.133.849)	-	(8.700.995)	(1.238.085)	-	(2)	271.238	(13.801.693)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(229.871)	(108.125)	(965.345)	(59.812)	(17.854)	(29.484)	-	(1.410.491)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(10.278)	(6.651)	(50.506)	-	351	(9.677)	-	(76.761)
Obrigações pós-emprego	(45.619)	(26.716)	(224.041)	-	-	(40.629)	-	(337.005)
Materiais	(38.516)	(5.059)	(57.526)	(1.802)	(1.209)	(325)	21	(104.416)
Serviços de terceiros	(123.462)	(40.338)	(880.318)	(20.472)	(8.707)	(29.517)	15.405	(1.087.409)
Depreciação e amortização	(164.158)	-	(594.922)	(73.505)	(1.291)	(717)	-	(834.593)
Provisões (reversões) operacionais	(106.697)	(11.526)	(332.200)	1.516	605	(18.466)	-	(466.768)
Custos de construção	-	(95.712)	(756.964)	(44.814)	-	-	-	(897.490)
Outras despesas operacionais líquidas	(64.961)	(16.906)	(203.352)	(12.884)	(3.218)	(108.878)	6.600	(403.599)
Total	(783.562)	(311.033)	(4.065.174)	(211.773)	(31.323)	(237.693)	22.026	(5.618.532)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.917.411)	(311.033)	(12.766.169)	(1.449.858)	(31.323)	(237.695)	293.264	(19.420.225)
Resultado de equivalência patrimonial	(352.389)	230.406	33.655	-	(763)	(14.458)	-	(103.549)
Remensuração de participação anterior de adquiridas	79.693	-	(52.186)	-	-	(146.624)	-	(119.117)
Ajuste referente à desvalorização em Investimento	(127.427)	-	-	-	-	-	-	(127.427)
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	1.056.785	595.029	972.160	169.084	(32.086)	(265.073)	-	2.495.899
Receitas financeiras	1.112.547	60.959	433.976	83.537	1.223	13.437	-	1.705.679
Despesas financeiras	(1.536.595)	(4.507)	(620.874)	(37.649)	(4.871)	(19.665)	-	(2.224.161)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	632.737	651.481	785.262	214.972	(35.734)	(271.301)	-	1.977.415
Imposto de renda e contribuição social	(276.236)	(122.073)	(216.737)	(53.288)	11.500	57.710	-	(599.124)
RESULTADO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	356.501	529.408	568.525	161.684	(24.234)	(213.591)	-	1.378.293
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS								
Resultado do exercício prov. de op. descontinuadas	12.253	-	61.239	-	289.928	-	-	363.420
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	368.754	529.408	629.764	161.684	265.694	(213.591)	-	1.741.713
Participação dos acionistas controladores	360.938	529.408	598.840	160.923	265.694	(215.704)	-	1.700.099
Participação de acionistas não controladores	7.816	-	30.924	761	-	2.113	-	41.614
Total	368.754	529.408	629.764	161.684	265.694	(213.591)	-	1.741.713

(*) Os ativos e passivos da Cemig Telecom foram incorporados à Cemig Holding em 31/03/2018.

A composição da Receita da Companhia e suas controladas, segregada por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é conforme segue:

2019	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO				
Fornecimento bruto de energia elétrica	7.037.448	-	19.966.951	-	-	(76.840)	26.927.559
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	-	-	2.746.532	-	-	(24.088)	2.722.444
CVA e outros componentes financeiros	-	-	57.988	-	-	-	57.988
Receita de concessão de transmissão	-	702.766	-	-	-	(198.452)	504.314
Receita de construção da transmissão	-	220.390	-	-	-	-	220.390
Receita de indenização de transmissão	-	155.013	-	-	-	-	155.013
Receita de construção de distribuição	-	-	936.332	42.976	-	-	979.308
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	-	17.839	-	-	-	17.839
Receita de atualização financeira de bonificação pela outorga	318.266	-	-	-	-	-	318.266
Transações com energia na CCEE	438.555	-	(6.561)	-	-	-	431.994
Fornecimento de gás	-	-	-	2.298.141	-	(27)	2.298.114
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	-	-	(57.897)	-	-	-	(57.897)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins	413.616	-	830.343	-	183.827	-	1.427.786
Outras receitas operacionais	81.995	27.786	1.468.224	60	152.272	(7.278)	1.723.059
Impostos e encargos incidentes sobre a receita	(1.407.706)	(392.024)	(10.041.010)	(482.966)	(12.165)	-	(12.335.871)
Receita operacional líquida	6.882.174	713.931	15.918.741	1.858.211	323.934	(306.685)	25.390.306

2018	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO				
Fornecimento bruto de energia elétrica	7.064.849	-	17.885.000	-	-	(77.854)	24.871.995
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	-	-	2.066.845	-	-	(22.246)	2.044.599
CVA e outros componentes financeiros	-	-	1.973.064	-	-	-	1.973.064
Receita de concessão de transmissão	-	589.055	-	-	-	(178.203)	410.852
Receita de construção da transmissão	-	95.712	-	-	-	-	95.712
Receita de indenização de transmissão	-	250.375	-	-	-	-	250.375
Receita de indenização da geração	55.332	-	-	-	-	-	55.332
Receita de construção de distribuição	-	-	756.964	44.814	-	-	801.778
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	-	325	-	-	-	325
Receita de atualização financeira de bonificação pela outorga	321.427	-	-	-	-	-	321.427
Transações com energia na CCEE	217.216	-	-	-	2	-	217.218
Fornecimento de gás	-	-	-	1.995.427	-	(21)	1.995.406
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	-	-	(44.326)	-	-	-	(44.326)
Outras receitas operacionais	81.969	28.275	1.344.778	16	143.996	(14.940)	1.584.094
Impostos e encargos incidentes sobre a receita	(1.366.474)	(287.761)	(10.225.790)	(421.315)	(10.294)	-	(12.311.634)
Receita operacional líquida	6.374.319	675.656	13.756.860	1.618.942	133.704	(293.264)	22.266.217

Para detalhes sobre as receitas operacionais, vide nota explicativa nº 29.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Contas bancárias	209.405	107.516	4.437	7.602
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	289.924	555.008	50.854	21.534
Overnight (2)	36.428	228.280	9.065	25.194
	326.352	783.288	59.919	46.728
	535.757	890.804	64.356	54.330

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que variam entre 80% a 106% em 31 de dezembro de 2019 (40% a 106% em 31 de dezembro de 2018) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 4,39% em 31 de dezembro de 2019 (6,39% em 31 de dezembro de 2018) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 33.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (1)	645.119	434.735	160.531	47.979
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	94.184	253.868	23.437	28.018
Debêntures (2)	103	11.292	780	4.129
Outros	933	3.656	463	655
	740.339	703.551	185.211	80.781
Não circulante				
Letras Financeiras (LFs) - Bancos (1)	11.481	108.443	-	10.647
Debêntures	1.825	-	454	-
Outros	36	240	-	44
	13.342	108.683	454	10.691
	753.681	812.234	185.665	91.472

- (1) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 101,95% a 113% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (102% a 111,25% em 31 de dezembro 2018).
- (2) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 108,25% a 113% do CDI em 31 de dezembro 2019 (104,25% a 151% em 31 de dezembro de 2018).

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 32 e 33.

8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	CONSOLIDADO				2019	2018
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias		
Fornecimento de energia faturado	1.396.256	706.611	431.549	595.790	3.130.206	2.988.791
Fornecimento de energia não faturado	1.203.823	-	-	-	1.203.823	1.048.261
Suprimento a outras concessionárias	38	31.867	14.902	489	47.296	46.978
Suprimento a outras concessionárias não faturado	203.386	-	-	-	203.386	281.655
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	-	-	385.558	-	385.558	165.720
Concessionários – transporte de energia faturado	79.363	20.353	5.836	81.358	186.910	180.036
Concessionários – transporte de energia não faturado	253.151	-	-	-	253.151	212.338
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(170.475)	(11.877)	(38.174)	(589.199)	(809.725)	(751.168)
	2.965.542	746.954	799.671	88.438	4.600.605	4.172.611
Ativo Circulante					4.523.540	4.091.722
Ativo não Circulante					77.065	80.889

	CONTROLADORA				2019	2018
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias		
Fornecimento faturado	-	-	38	22.440	22.478	25.843
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	2.254
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(22.284)	(22.284)	(22.284)
	-	-	38	156	194	5.813
Ativo Circulante					194	5.813

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 33.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Consolidado	2019	2018
Residencial	131.011	136.866
Industrial	197.229	171.732
Comércio, serviços e outras	161.141	188.819
Rural	31.919	33.517
Poder público	200.530	119.571
Iluminação pública	2.045	5.615
Serviço público	31.063	27.318
Encargos de uso de rede – TUSD	54.787	67.730
	809.725	751.168

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

Consolidado	2019	2018
Saldos iniciais	751.168	567.956
Adoção inicial IFRS 9 / CPC 48	-	150.114
Constituições líquidas (nota 30 d)	237.733	264.416
Baixas	(179.176)	(231.318)
Saldos finais	809.725	751.168

Em 2019, como resultado da alteração das premissas para cálculo da PCLD apresentadas na nota explicativa nº 2.7 b), o percentual das perdas em relação ao fornecimento bruto de energia elétrica da Cemig D reduziu, gerando um impacto de R\$46 milhões no saldo da provisão em 31 de dezembro de 2019.

Adiantamentos de clientes

A Cemig GT e Cemig D recebem de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que o saldo da obrigação referente à energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

	2019	2018
Saldos iniciais	79.405	232.762
Adição	-	50.000
Baixa	(80.862)	(214.445)
Atualização financeira (nota 31)	1.457	11.088
Saldos finais	-	79.405

A receita de venda de energia antecipada foi reconhecida no resultado na efetiva entrega, quando as obrigações de desempenho foram cumpridas.

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
ICMS a recuperar	65.139	79.956	-	2.778
PIS/Pasep	2.937	4.150	24	20
Cofins	7.359	21.463	120	125
Outros	23.369	18.614	104	97
	98.804	124.183	248	3.020
Não circulante				
ICMS a recuperar	276.851	239.789	-	1.862
PIS/Pasep	1.102.460	3	106.946	3
Cofins	4.967.814	12	382.745	12
Outros	2.227	2.552	1.796	1.795
	6.349.352	242.356	491.487	3.672
	6.448.156	366.539	491.735	6.692

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após dezembro de 2020.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins registrados no ativo não circulante são referentes aos valores pagos dessas contribuições incluindo o ICMS à sua base de cálculo. Mais informações na nota explicativa nº 10.



10. CRÉDITOS DE PIS/PASEP E COFINS SOBRE ICMS – AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO

Em 16 de julho de 2008, a Cemig, Cemig GT e Cemig D ajuizaram Ação Ordinária requerendo a declaração da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic.

Em julho de 2008, a Companhia e suas controladas mencionadas acima obtiveram liminar e passaram a realizar depósitos judiciais relativos à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. A Companhia e suas controladas mantiveram esse procedimento de agosto de 2008 até agosto de 2011 e, a partir dessa data, apesar de continuarem a questionar judicialmente a base de cálculo, optaram por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Em 2017, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia e suas controladas baixaram os passivos correspondentes aos valores depositados em juízo entre 2008 e 2011, e foi constituído um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores do segmento de distribuição.

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Cemig, Cemig D e Cemig GT, com decisão favorável às autoras, reconhecendo o direito destas empresas excluírem o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Em 11 de junho de 2019, considerando o trânsito em julgado da ação, a Cemig D e a Cemig GT solicitaram a liberação dos seus depósitos judiciais, no montante de R\$1.377.317, em 31 de dezembro de 2019. Em 13 de fevereiro de 2020, a Cemig D e a Cemig GT, como resultado da decisão do juízo da 7ª Vara da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG, levantaram os depósitos nos montantes atualizados de R\$1.186.402 e R\$196.169, respectivamente, totalizando R\$1.382.571. Deste montante, R\$1.155.340 serão restituídos aos consumidores da Cemig D, a partir da definição da Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de ressarcimento.

Adicionalmente, transitaram em julgado, com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Distribuída, Cemig Geração Poço Fundo S.A. (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes Energia S.A..

Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos a serem recebidos pela Cemig D devem ser objeto de restituição aos seus consumidores, considerando um período máximo de 10 anos aplicável ao cálculo de tal devolução. Sendo assim, a Cemig D constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores que compreende o período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização.

Os valores referentes aos créditos da Cemig D que deverão ser restituídos aos consumidores a partir da efetiva compensação dos créditos fiscais, ainda pendentes de habilitação pela Receita Federal, deverão ser objeto de discussão junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de ressarcimento.

A Companhia e suas controladas possuem duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal.

Em relação à Cemig D e Cemig GT, a opção de compensação será priorizada, com o objetivo de acelerar a recuperação dos créditos em questão. Em relação à Companhia, será priorizado o recebimento dos créditos por meio de precatórios, considerando que esta não tem recolhimentos mensais de PIS/Pasep e Cofins que permitam a compensação.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores em 31 de dezembro de 2019:

Créditos de Pasep/Cofins	Cemig	Cemig D	Cemig GT	Demais investidas (4)	Total
Efeitos no balanço patrimonial					
Tributos compensáveis (Jul/2003 a Mai/2019)	489.677	4.926.364	626.019	27.858	6.069.918
Valores a serem restituídos a consumidores (1)	-	(3.037.989)	-	-	(3.037.989)
Impostos, taxas e contribuições (2)	(3.602)	(44.564)	(6.063)	(251)	(54.480)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(165.266)	(626.896)	(210.785)	(9.386)	(1.012.333)
Patrimônio líquido	320.809	1.216.915	409.171	18.221	1.965.116
Efeitos no Resultado do Exercício					
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins – outras receitas operacionais (3)	183.595	830.343	397.301	16.547	1.427.786
Receita financeira (5)	306.082	1.034.352	228.718	11.311	1.580.463
PIS/Pasep e Cofins sobre receita financeira (5)	(3.602)	(20.884)	(6.063)	(251)	(30.800)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(165.266)	(626.896)	(210.785)	(9.386)	(1.012.333)
	320.809	1.216.915	409.171	18.221	1.965.116

- (1) Valores a serem restituídos aos consumidores sobre os créditos de PIS/Pasep e Cofins da Cemig D reconhecidos em 2019. O montante total dessa rubrica, apresentado no balanço consolidado, alcança R\$4.193.329, sendo que a diferença, de R\$1.155.340, se refere ao saldo atualizado do passivo constituído pela reversão da provisão vinculada aos valores depositados em juízo no período entre 2008 e 2011, registrada em 2017.
- (2) PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira de atualização dos créditos tributários reconhecidos. As contribuições incidentes sobre os créditos a serem restituídos a consumidores reduzem o seu saldo, sem efeitos no resultado.
- (3) Refere-se aos créditos reconhecidos no resultado operacional de 2019, no montante de R\$3.826.284, líquidos dos valores a serem restituídos aos consumidores, de R\$2.398.498.
- (4) Refere-se aos créditos reconhecidos pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Distribuída e UTE Barreiro.
- (5) Inclui a atualização financeira desde a data do reconhecimento dos créditos até 31 de dezembro de 2019, líquida de PIS/Pasep e Cofins sobre receita financeira, no montante de R\$25.660 no consolidado e de R\$5.006 na controladora.

No contexto da decisão judicial, o ICMS deixou de compor a base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins nos faturamentos dos clientes da Cemig D a partir de junho de 2019, representando uma redução média de aproximadamente 1% no valor das faturas.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e as antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda	607.719	252.756	191.838	36.023
Contribuição social	241.496	139.428	33.008	7.652
	849.216	392.184	224.846	43.675
Circulante	621.302	386.668	-	41.274
Não circulante	227.914	5.516	224.846	2.401

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, das retenções na fonte sobre a energia vendida no âmbito do Proinfa por empresas optantes pelo lucro presumido, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pelas suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	2019	2018
Circulante		
Imposto de renda	98.712	83.213
Contribuição social	35.156	28.850
	133.868	112.063

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Ativos Fiscais Diferidos				
Prejuízo fiscal/base negativa	116.266	373.413	116.266	118.761
Provisões para contingências	544.015	217.908	67.454	21.829
Perda por redução ao valor recuperável de investimentos	660.204	882.717	382.904	609.159
Provisão PUT SAAG	164.166	142.510	-	-
Provisões operacionais	66.331	39.369	588	1.732
Provisões PLR	71.535	24.586	3.015	1.418
Obrigações pós-emprego	2.089.695	1.476.519	233.090	163.399
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	283.023	278.897	8.532	8.161
Concessão onerosa	8.194	7.683	-	-
Outros	24.187	26.753	52	-
Total	4.027.616	3.470.355	811.901	924.459
Passivos Fiscais Diferidos				
Custo de captação	(15.985)	(25.254)	-	-
Custo atribuído na adoção das IFRS	(231.833)	(239.092)	-	-
Valor justo de participações societárias	(502.503)	(501.311)	(130.282)	(113.673)
Encargos financeiros capitalizados	(166.478)	(167.454)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – lucro presumido	(972)	(4.715)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(761.470)	(804.077)	-	-
Ajuste a valor justo swap – Perda	(574.921)	(276.534)	-	-
Outros	(4.722)	(33.474)	(888)	(1.516)
Total	(2.258.884)	(2.051.911)	(131.170)	(115.189)
Total Líquido	1.768.732	1.418.444	680.731	809.270
Total do Ativo	2.429.789	2.146.863	680.731	809.270
Total do Passivo	(661.057)	(728.419)	-	-

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.136.539	756.739
Efeitos alocados ao resultado provenientes de operações em continuidade	(15.850)	43.191
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	239.390	7.624
Efeitos alocados no Patrimônio Líquido		
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9 - efeitos alocados ao patrimônio líquido	51.038	-
Reversão de custo atribuído	17.547	-
Transferência para ativos mantidos para a venda	(3.405)	667
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	(3.514)	-
Tributos diferidos oriundos de incorporação de controlada	-	1.049
Tributos diferidos oriundos de combinações de negócios	(3.301)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.418.444	809.270
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	543.676	59.919
Efeitos alocados ao resultado proveniente de operações em continuidade	(111.314)	(103.381)
Efeitos alocados ao resultado proveniente de operações descontinuadas (nota 34)	(85.077)	(85.077)
Outros	3.003	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.768.732	680.731

Em 19 de março de 2020, o Conselho de Administração aprovou estudo técnico, elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, referente à projeção de lucros tributáveis futuros da Companhia. O referido estudo foi também submetido ao exame do Conselho Fiscal nesta mesma data.

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido existente em 31 de dezembro de 2019, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2020	658.926	148.400
2021	570.866	128.863
2022	570.540	128.538
2023	572.510	130.509
2024	571.179	129.178
2025 a 2027	658.541	96.234
2028 a 2029	425.054	50.179
	4.027.616	811.901

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na demonstração de resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Resultado das operações em continuidade antes do imposto de renda e contribuição social	4.469.661	1.977.415	3.012.419	1.309.999
Imposto de renda e contribuição social – Despesa Nominal (34%)	(1.519.685)	(672.321)	(1.024.222)	(445.400)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	8.445	(61.473)	749.714	495.704
Contribuições e doações indedutíveis	(12.675)	(5.763)	-	(808)
Incentivo fiscal	65.605	29.053	91	3.097
Diferença entre lucro presumido e lucro real	88.505	89.262	-	-
Multas indedutíveis	(135.492)	(12.041)	(8.585)	(45)
PECLD com partes relacionadas	(233.931)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	136.000	71.400	136.000	71.400
Outros	37.573	(37.241)	37.914	(41.325)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(1.565.655)	(599.124)	(109.088)	82.623
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.454.341)	(583.273)	(5.707)	39.432
Imposto de renda e contribuição social diferido	(111.314)	(15.851)	(103.381)	43.191
	(1.565.655)	(599.124)	(109.088)	82.623
Alíquota efetiva	35,03%	30,30%	3,62%	6,31%

12. FUNDOS VINCULADOS

O valor dos fundos vinculados, no montante de R\$12.337 (R\$90.993 em 31 de dezembro de 2018), refere-se a recursos utilizados como garantias de contratos de compra de energia e outras obrigações regulatórias e financeiras das controladas.



13. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Companhia possui contas a receber junto ao Governo do Estado de Minas Gerais decorrente da devolução de depósito administrativo relativo à discussão quanto ao critério de atualização monetária de AFAC realizada em anos anteriores, que foi objeto de assinatura do Termo de Reconhecimento de Débitos (TRD). O TRD previa pagamento em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo IGP-M até a data do efetivo desembolso, sendo a 1ª parcela com vencimento em 10 de novembro de 2017. Adicionalmente, a Cláusula 3ª do referido Termo prevê que, em caso de mora ou inadimplência por parte do Estado no pagamento das parcelas mensais e consecutivas acordadas, a Cemig está autorizada a proceder a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.

Considerando a previsão mencionada no parágrafo anterior, a Companhia fez a retenção em 28 de junho de 2019 e 27 de dezembro de 2019 dos valores de R\$17.892 e R\$129.906, respectivamente, correspondente aos dividendos que deveriam ser pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais naquelas datas, reduzindo o saldo a receber, que em 31 de dezembro de 2019 é de R\$115.202 (R\$245.566 em 31 de dezembro de 2018) reconhecidos no ativo não circulante, em função dos atrasos nas parcelas vencidas desde janeiro de 2018.

A Administração da Companhia entende que não incorrerá em perdas na realização desses recebíveis, considerando a existência das garantias mencionadas acima, que a Companhia pretende executar em caso de não recebimento do valor acordado no termo de reconhecimento de débitos.

14. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhista	354.859	334.685	41.597	41.015
Fiscais				
Imposto de renda sobre JCP	28.612	27.852	281	265
PIS/Pasep e Cofins (1)	1.447.839	1.402.117	-	-
ITCD	53.045	51.075	52.606	50.635
IPTU	79.055	86.906	58.705	69.242
FINSOCIAL	39.718	38.455	39.718	38.455
IR/INSS - indenização do anuênio (2)	282.071	274.871	13.546	13.200
IRRF sobre lucro inflacionário	8.574	8.438	8.574	8.437
CSLL (3)	18.062	18.062	-	-
Créditos de ICMS sobre ativo fixo	38.740	38.193	-	-
Outros (4)	93.144	117.171	65.887	65.416
	2.088.860	2.063.140	239.317	245.650
Outros				
Regulatório	43.180	52.701	19.760	29.565
Responsabilidade civil	10.515	9.328	3.703	3.568
Relações de consumo	6.874	6.132	1.466	987
Bloqueio judicial	12.180	12.394	2.868	4.148
Outros	23.771	23.132	1.354	1.412
	96.520	103.687	29.151	39.680
	2.540.239	2.501.512	310.065	326.345

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. A Cemig D e a Cemig GT levantaram, em 13 de fevereiro de 2020, os valores depositados a esse título, no montante atualizado total de R\$1.382.571, sendo de R\$1.186.402 e R\$196.169, respectivamente. O depósito judicial das demais controladas é levantado à medida do trânsito em julgado da ação por elas ajuizada. Para maiores detalhes, consultar a nota explicativa nº 10 – Crédito de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS – Ação judicial com trânsito em julgado.
- (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 27 – Provisões (Indenização do anuênio);
- (3) Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e tributos com exigibilidade suspensa.
- (4) Inclui os saldos de depósitos decorrentes de ações relacionadas à INSS e PIS/Pasep e Cofins.

15. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST, são reembolsados por meio dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 31 de dezembro de 2019, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$1.096.826 (R\$953.140 em 31 de dezembro de 2018). Deste valor, a Companhia tem a receber o montante total de R\$96.776, reconhecido no ativo circulante, sendo R\$93.673 (R\$82.470 em dezembro de 2018) pela Cemig D e R\$3.103 (R\$8.375 em dezembro de 2018) pela Cemig GT.

16. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Consolidado	2019	2018
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura		
Concessões de distribuição de energia (16.1)	459.711	395.743
Concessão de distribuição de gás (16.1)	23.663	-
Indenizações a receber – transmissão (16.2)	1.280.652	1.296.314
Indenizações a receber – geração (16.3)	816.202	816.202
Bonificação pela outorga – concessões de geração (16.4)	2.468.216	2.408.930
	5.048.444	4.917.189
Ativos financeiros setoriais		
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (16.5)	881.614	1.080.693
Total	5.930.058	5.997.882
Ativo circulante	1.079.743	1.070.384
Ativo não circulante	4.850.315	4.927.498

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Geração	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.475.838	4.237.892	369.762	-	7.083.492
Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15	(1.092.271)	-	-	-	(1.092.271)
Recebimentos	(249.207)	(1.388.985)	-	-	(1.638.192)
Transferências do ativo imobilizado	-	-	26.695	-	26.695
Outras transferências	-	(532)	(50)	-	(582)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	-	-	325	-	325
Atualização financeira	161.954	376.757	-	-	538.711
Baixas	-	-	(989)	-	(989)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.296.314	3.225.132	395.743	-	4.917.189
Recebimentos	(181.159)	(258.980)	-	-	(440.139)
Transferências do ativo de contrato	44.082	-	48.168	-	92.250
Transferências do ativo intangível	-	-	(1.142)	23.663	22.521
Atualização financeira	121.415	318.266	17.839	-	457.520
Baixas	-	-	(897)	-	(897)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.280.652	3.284.418	459.711	23.663	5.048.444

16.1 Distribuição - Ativos Financeiros Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição de energia elétrica e de gás se enquadram nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.



16.2 Transmissão - Indenização a Receber

Em 20 de abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela Aneel por meio de Despachos, relativos às instalações da Rede Básica do Sistema Elétrico – RBSE, ainda não amortizadas, não depreciadas ou não indenizadas pelo poder concedente, vinculadas aos contratos de concessão renovados nos termos da Lei 12.783/2013, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017. Esse dispositivo determinou o recebimento por meio da Receita Anual Permitida - RAP dos valores relativos à RBSE.

Com fundamento nos regulamentos da Aneel e Ministério de Minas e Energia - MME, especialmente a Portaria MME 120/2016 e Resolução Aneel 762/2017, a parcela dos direitos da Companhia para qual exige-se apenas a passagem do tempo antes do seu pagamento foi classificada como ativo financeiro, em conformidade ao CPC 48.

Assim, a parcela não paga desde a prorrogação das concessões, referentes ao período de 1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017, a ser recebida no prazo de 8 anos, considerada componente financeiro, é classificada como ativo financeiro, tendo em vista que não mais envolve a construção de ativos de infraestrutura e representa exclusivamente as parcelas não pagas no período de 2013 a 2017, atualizadas pelo custo de capital regulatório do negócio de transmissão.

A classificação dessa parcela como ativo financeiro se fundamenta na inexistência de ativos vinculados ao componente financeiro da RBSE para os quais pudesse ser exigida obrigação de performance para o seu recebimento. Nesse contexto, a Companhia tem o direito incondicional ao recebível, previsto no art. 15 da Lei 12.783/2013, bem como nos regulamentos da Aneel, exigindo-se, basicamente, somente a passagem do tempo para o recebimento da contraprestação devida. Considerando que se utiliza o custo de capital regulatório previamente definido pela Aneel, por meio da Resolução 762/2017, para remuneração do ativo financeiro reconhecido, este é classificado como mensurado ao custo amortizado, nos termos da IFRS 09/ CPC 48, pois é mantido em modelo de negócio cujo objetivo é o recebimento dos fluxos de caixa contratuais, que constituem o pagamento de principal e juros sobre o principal em aberto.

Em relação às instalações da RBSE vinculadas ao contrato de concessão da Companhia, a Aneel homologou, por meio do Despacho nº 2.181, em 16 de agosto de 2016, o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização, que foi, assim, registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros definidos nos regulamentos da Aneel, de acordo com suas características.

A indenização a ser recebida, atualizada até 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$1.280.652 (R\$1.296.314 em 31 de dezembro de 2018) é classificada como ativo financeiro, pelo custo amortizado de acordo com a IFRS 9/CPC 48, conforme segue:



Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária de 2017, no valor de R\$832.915 (R\$936.945 em 31 de dezembro de 2018) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela Aneel nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos por meio da RAP, com início em julho de 2017.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando à suspensão dos efeitos sobre as tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R\$447.737 em 31 de dezembro de 2019 (R\$359.369 em 31 de dezembro de 2018), atualizado pela variação do IPCA.

A Aneel, em atendimento à decisão judicial, através da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/ANEEL, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que esta é uma decisão provisória e que o seu direito a receber os valores referentes aos ativos da Rede Básica do Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 31 de dezembro de 2019.

16.3 Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Cemig GT sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Cemig GT a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, estão reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R\$816.202 em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piauí	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joásal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda (1)	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguará (1)	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão (1)	jan/15	1.710	1.762	2.711
		3.601,70	203.545	816.202

(1) Os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da controlada, Cemig GT, não espera perdas na realização desses valores.

Conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Cemig GT, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel e a Companhia e sua controlada não esperam perdas na realização desses ativos.

No ano de 2019 foi aberta a audiência pública 003/2019 para obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, tendo sido divulgada a Nota Técnica nº 096/2019, em 30 de setembro de 2019. Contudo, a Resolução Normativa sobre o assunto ainda não foi votada pela diretoria da Aneel e a Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

16.4 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2018	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2019
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.369.900	171.675	(139.150)	1.402.425
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	429.910	54.131	(43.883)	440.158
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	160.601	22.855	(18.657)	164.799
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	120.452	17.022	(13.889)	123.585
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	157.217	23.815	(19.542)	161.490
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	106.697	17.899	(14.839)	109.757
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	64.153	10.869	(9.020)	66.002
Total		2.408.930	318.266	(258.980)	2.468.216

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2017	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2018
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.330.134	173.892	(134.126)	1.369.900
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	417.393	54.816	(42.299)	429.910
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	155.594	22.990	(17.983)	160.601
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	116.710	17.129	(13.387)	120.452
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	152.170	23.884	(18.837)	157.217
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	103.133	17.867	(14.303)	106.697
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	62.001	10.847	(8.695)	64.153
Total		2.337.135	321.425	(249.630)	2.408.930

A energia das usinas está sendo comercializada, desde janeiro de 2017, na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Ativos e Passivos Setoriais da Concessão

16.5 Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	2019			2018		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	1.286.413	2.144.280	3.430.693	1.184.458	2.545.994	3.730.452
Ativo circulante	1.286.413	1.269.049	2.555.462	1.184.458	1.505.264	2.689.722
Ativo não circulante	-	875.231	875.231	-	1.040.730	1.040.730
Passivo	(882.425)	(1.666.654)	(2.549.079)	(1.140.507)	(1.509.252)	(2.649.759)
Passivo circulante	(882.425)	(1.032.876)	(1.915.301)	(1.140.507)	(902.341)	(2.042.848)
Passivo não circulante	-	(633.778)	(633.778)	-	(606.911)	(606.911)
Total circulante líquido	403.988	236.173	640.161	43.951	602.923	646.874
Total não circulante líquido	-	241.453	241.453	-	433.819	433.819
Total líquido	403.988	477.626	881.614	43.951	1.036.742	1.080.693

Componentes Financeiros	2019			2018		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	118.775	29.398	148.173	1.172	220.016	221.188
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	(18.157)	113.801	95.644	24.263	(5.577)	18.686
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	8.691	16.069	24.760	2.266	15.580	17.846
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	10.542	(5.859)	4.683	3.106	5.154	8.260
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	(161.253)	(135.703)	(296.956)	(246.181)	(287.474)	(533.655)
Energia elétrica comprada para revenda	661.108	631.920	1.293.028	667.149	1.401.917	2.069.066
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	(83.718)	215.508	131.790	(204.056)	(12.920)	(216.976)
Neutralidade da parcela A	(29.697)	(11.915)	(41.612)	53.008	(14.883)	38.125
Outros itens financeiros	(70.219)	(206.481)	(276.700)	(235.964)	(211.525)	(447.489)
Bandeiras tarifárias (2)	-	(102.976)	(102.976)	-	(11.215)	(11.215)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(32.084)	(66.136)	(98.220)	(20.812)	(62.331)	(83.143)
TOTAL	403.988	477.626	881.614	43.951	1.036.742	1.080.693

- (1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender-se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, quando da publicação, pela Aneel, do Despacho que oficialize os valores em questão, não possuindo nenhuma expectativa de perdas em relação a realização desses valores. A Companhia reconhece esse direito, no montante de R\$216.852, como outros componentes financeiros a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários.
- (2) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela Aneel.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(45.790)
Constituição líquida de ativos financeiros	1.638.462
Realização	334.602
Outros – Ressarcimento P&D	(114.782)
Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(793.822)
Atualização Selic (nota 31)	62.023
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.080.693
Constituição líquida de ativos financeiros	723.680
Realização	(665.692)
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(362.469)
Atualização Selic (nota 31)	105.402
Saldo em 31 de dezembro de 2019	881.614

Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No exercício de 2019, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$362.469 (R\$793.822 em 2018) e foram reconhecidos como uma antecipação parcial da CVA constituída.

17. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15, Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho de construção, operação e manutenção, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2019:

	Consolidado	
	2019	2018
Distribuição – ativos de infraestrutura em construção	740.044	518.162
Gás – ativos de infraestrutura em construção	67.951	81.475
Transmissão – Ativos reincorporados à base de remuneração de ativos	347.691	492.405
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	848.543	636.905
	2.004.229	1.728.947
Circulante	171.849	130.951
Não circulante	1.832.380	1.597.996

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-
Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15	1.092.271	531.750	89.497	1.713.518
Adições	95.712	726.713	70.228	892.653
Atualização financeira	88.421	-	-	88.421
Recebimento	(161.527)	-	-	(161.527)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	12.934	-	-	12.934
Transferências para o ativo financeiro	-	(26.695)	-	(26.695)
Transferências para o ativo intangível	-	(671.577)	(78.250)	(749.827)
Transferências do ativo imobilizado	1.499	-	-	1.499
Perda por redução do valor recuperável	-	(42.029)	-	(42.029)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.129.310	518.162	81.475	1.728.947
Adições	220.390	902.421	42.976	1.165.787
Atualização financeira	33.598	-	-	33.598
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	14.389	-	-	14.389
Recebimentos	(153.583)	-	-	(153.583)
Baixa	(3.794)	-	(1.138)	(4.932)
Transferências para o ativo financeiro	(44.082)	(48.168)	-	(92.250)
Transferências para o ativo intangível	-	(629.706)	(55.362)	(685.068)
Transferências do Imobilizado	6	-	-	6
Perda por redução ao valor recuperável	-	(2.665)	-	(2.665)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.196.234	740.044	67.951	2.004.229

Dentre as adições realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, está contemplado R\$20.733 a título de encargos financeiros, conforme apresentado na nota explicativa nº 24.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia registrou complemento da perda por redução ao valor recuperável de determinados ativos em curso à longa data, no montante de R\$28.681 (R\$42.029 em 31 de dezembro de 2018) e reverteu, no segundo trimestre de 2019, perdas provisionadas em exercícios anteriores no montante de R\$26.016. Esses montantes são reconhecidos em outros custos e despesas nas demonstrações de resultados. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável dos demais ativos de contrato, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos de contrato com vida útil indefinida.

Atividades de Distribuição de energia elétrica e gás

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Cemig D e Gasmig de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.



Atividade de Transmissão

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de transmissão são classificados como ativos de contrato, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela construção, operação, manutenção e disponibilidade das linhas de transmissão. Os ativos registrados nesta rubrica são como segue:

Saldo remanescente a ser recebido por meio da RAP - A parcela econômica da RAP referente às instalações da RBSE consubstanciada na quota de reintegração regulatória incorporada à base de remuneração, nos termos da Portaria MME 120/2016 e Resolução Aneel 762/2017, é classificada como ativo de contrato à medida que a satisfação da obrigação de performance vinculada à construção desses ativos ocorre durante a sua vida útil (disponibilidade da rede).

O direito à contraprestação vinculado a esses ativos depende da disponibilidade da rede, uma vez que foram reincorporados à base de remuneração mediante a renovação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, e serão recebidos pelo prazo remanescente de sua vida útil, à medida da prestação dos serviços de operação e manutenção.

Assim, o ativo é reconhecido de acordo com a IFRS 15 / CPC 47, como ativo de contrato, representando o desempenho concluído antes do direito ao recebimento da contraprestação, que ocorrerá durante a utilização da infraestrutura construída, pelo período de sua vida útil, em conformidade à Resolução Aneel 762/2017, concomitantemente à prestação de serviços de operação e manutenção, necessários à disponibilidade da rede.

Esses valores, originados da adesão aos termos da Lei 12.783/13, alcançam o montante de R\$347.691 em 31 de dezembro de 2019 (R\$492.405 em 31 de dezembro de 2018) e estão sendo recuperados por meio da RAP.

Transmissão – Ativos remunerados por tarifa - Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a Aneel calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões, as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a receber é de R\$848.543 (R\$636.905 em 31 de dezembro de 2018).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, concede o direito à contraprestação vinculada à performance de sua finalização e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente à passagem do tempo, sendo o reconhecimento e mensuração da receita e dos custos relacionados à formação deste ativo por meio dos gastos incorridos.

18. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	5.217.692	5.064.127
Hidrelétrica Cachoeirão	Controlada em conjunto	53.728	49.213	-	-
Guanhães Energia (1)	Controlada em conjunto	131.076	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	Controlada em conjunto	30.730	30.629	-	-
Retiro Baixo	Controlada em conjunto	180.043	170.720	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	671.166	663.755	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	Coligada	166.617	270.090	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	384.809	470.022	-	-
Lightger (1)	Controlada em conjunto	127.976	-	-	-
Baguari Energia	Controlada em conjunto	157.499	162.224	-	-
Aliança Geração	Controlada em conjunto	1.191.550	1.216.860	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	1.027.860	1.012.635	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	4.708.208	4.642.358
TAESA	Controlada em conjunto	1.213.193	1.143.189	1.213.193	1.143.189
Ativas Data Center	Coligada	16.114	16.509	16.114	16.509
Gasmig	Controlada	-	-	1.410.950	1.439.005
Cemig Geração Distribuída	Controlada	-	-	10.798	2.741
LEPSA (2)	Controlada	-	-	-	5.099
RME (2)	Controlada	-	-	-	47.155
Efficientia	Controlada	-	-	17.156	17.532
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	Coligada	10.050	9.042	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Controlada em conjunto	23.984	19.690	23.984	19.690
Axiom Soluções Tecnológicas (1)	Controlada em conjunto	12.996	-	12.996	8.301
Total do Investimento		5.399.391	5.234.578	12.631.091	12.405.706
Itaocara – Provisões para perdas (3)	Controlada em conjunto	(21.810)	-	-	-
Total		5.377.581	5.234.578	12.631.091	12.405.706

- (1) Com a perda de controle da Light, a participação remanescente nessas investidas foi reconhecida como investimento em coligada ou empreendimento controlado em conjunto, e mensurada pelo método da equivalência patrimonial, nos termos do IFRS 10 / CPC 36. Mais detalhes, nas notas explicativas nº 1 e 34.
- (2) Em 24 de abril de 2019, a Companhia incorporou suas subsidiárias integrais RME e LEPSA, cujo principal ativo constituía-se de participação no capital da Light. O valor patrimonial considerado na incorporação foi objeto de laudo de avaliação aprovado na AGE de 25 de março de 2019.
- (3) Em 31 de dezembro de 2019, a investida apresentou patrimônio líquido negativo. Após reduzir a zero o saldo contábil da sua participação, a Cemig GT reconheceu uma perda por valor recuperável de investimentos, no valor de R\$21.810, resultante de obrigações contratuais assumidas junto à controlada e os outros acionistas.

As investidas da Companhia não consolidadas são controladas em conjunto, com exceção das coligadas Light, Madeira Energia (Usina de Santo Antônio), UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída e Ativas Data Center. Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia perdeu o controle da Light em 17 de julho de 2019, a partir da conclusão da oferta restrita de distribuição primária e secundária de ações realizadas por esta investida. Em função da manutenção do plano de venda da investida, a Companhia classifica o investimento como mantido para a venda, no ativo circulante, conforme nota explicativa nº 34.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

CONTROLADORA							
Investidas	31/12/2017	Amortização	Baixa	Adição	31/12/2018	Amortização	31/12/2019
Lightger	-	-	-	83.990	83.990	(2.501)	81.489
TAESA	188.745	(9.321)	-	-	179.424	(9.321)	170.103
Light	186.437	(20.499)	(165.938)	-	-	-	-
Gasmig	457.273	(15.257)	-	-	442.016	(15.256)	426.760
RME	43.365	(5.064)	(58.487)	20.186	-	-	-
TOTAL GERAL	875.820	(50.141)	(224.425)	104.176	705.430	(27.078)	678.352

CONSOLIDADO							
Investidas	31/12/2017	Amortização	Baixa	Adição	31/12/2018	Amortização	31/12/2019
Cemig Geração e Transmissão							
Retiro Baixo	28.344	(2.069)	-	5.691	31.966	(1.390)	30.576
Central Eólica Praias de Parajuru (1)	16.503	(1.415)	(15.088)	-	-	-	-
Central Eólica Volta do Rio (1)	11.035	(871)	(10.164)	-	-	-	-
Central Eólica Praias de Morgado (1)	23.956	(1.943)	(22.013)	-	-	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	151.384	(5.957)	(127.427)	-	18.000	(737)	17.263
Lightger	-	-	-	83.990	83.990	(2.501)	81.489
Aliança Geração	402.844	(25.310)	-	-	377.534	(25.309)	352.225
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	54.546	(1.971)	-	-	52.575	(1.972)	50.603
TAESA	188.745	(9.321)	-	-	179.424	(9.321)	170.103
Light	186.437	(20.499)	(165.938)	-	-	-	-
RME	43.365	(5.064)	(58.487)	20.186	-	-	-
TOTAL GERAL	1.107.159	(74.420)	(399.117)	109.867	743.489	(41.230)	702.259

(1) Movimentações decorrentes do descruzamento de ativos entre Cemig GT e Energimp, sendo que a partir de 2018, as investidas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio passaram a ser consolidadas pela controlada Cemig GT.

Movimentação dos Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas:

CONTROLADORA							
Investidas	31/12/2018	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Outros resultados abrangentes)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Outros	31/12/2019
Cemig Geração e Transmissão	5.064.127	832.578	(220.974)	(458.039)	-	-	5.217.692
Cemig Distribuição	4.642.358	1.644.366	(718.083)	(860.433)	-	-	4.708.208
Ativas Data Center	16.509	(395)	-	-	-	-	16.114
Gasmig	1.439.005	141.296	-	(168.486)	-	(865)	1.410.950
Cemig Geração Distribuída	2.741	(1.336)	-	(944)	10.337	-	10.798
LEPSA (1)	5.099	9	-	-	-	(5.108)	-
RME (1)	47.155	6.652	-	-	-	(53.807)	-
Efficientia	17.532	1.080	-	(1.456)	-	-	17.156
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	19.690	4.294	-	-	-	-	23.984
Axiom Soluções Tecnológicas	8.301	(4.402)	-	-	9.097	-	12.996
Taesá	1.143.189	210.269	-	(141.182)	-	917	1.213.193
	12.405.706	2.834.411	(939.057)	(1.630.540)	19.434	(58.863)	12.631.091

(1) A movimentação incluída na coluna de "Outros" decorre da incorporação das subsidiárias integrais RME e LEPSA em abril/2019.

CONTROLADORA										
Investidas	31/12/2017	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Remensuração de participação anterior em controlada adquirida	Equivalência Patrimonial (Outros resultados abrangentes)	Dividendos/ JCP	Aportes/ Aquisição	Baixas	Reclassificação para ativos mantidos para venda	Outros	31/12/2018
Cemig Geração e Transmissão e (5)	4.793.832	590.783	83.990	(101.586)	(302.892)	-	-	-	-	5.064.127
Cemig Distribuição (2)/(6)	3.737.310	534.870	-	(348.311)	(282.435)	1.100.000	-	-	(99.076)	4.642.358
Cemig Telecom (1)	247.313	4.778	-	(416)	-	-	-	-	(251.675)	-
Ativas Data Center (1)	-	(607)	-	-	-	-	-	-	17.116	16.509
Rosal Energia (3)	106.897	15.389	-	-	(16.342)	-	(123.490)	-	17.546	-
Sá Carvalho (3)	102.536	17.703	-	-	(29.722)	-	(90.517)	-	-	-
Gasmig	1.418.271	168.523	-	-	(140.443)	-	-	-	(7.346)	1.439.005
Horizontes Energia (3)	53.165	12.346	-	-	(19.029)	-	(46.482)	-	-	-
Cemig Geração Distribuída	4.932	(1.877)	-	-	(314)	-	-	-	-	2.741
Cemig PCH (3)	96.944	29.134	-	-	(30.747)	-	(95.330)	-	(1)	-
LEPSA (2)	455.861	12.545	(21.569)	-	(7.689)	-	-	(412.474)	(21.575)	5.099
RME (2)	383.233	2.755	(52.186)	-	(1.200)	103.788	-	(335.067)	(54.168)	47.155
Light (2)/(4)	1.083.140	6.416	(209.046)	-	-	-	-	(837.361)	(43.149)	-
UTE Barreiro (3)	17.982	376	-	-	-	-	(18.358)	-	-	-
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica (3)	18.403	48.207	-	-	(44.051)	-	(22.558)	-	(1)	-
Efficientia	7.084	1.609	-	-	(231)	9.070	-	-	-	17.532
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada (3)	2.004	990	-	-	(220)	-	(2.774)	-	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.584	5.128	-	-	(6.022)	-	-	-	-	19.690
Cemig Trading (3)	29.206	49.036	-	-	(54.588)	-	(23.654)	-	-	-
Axiom Soluções Tecnológicas	11.866	(3.565)	-	-	-	-	-	-	-	8.301
Taes (2)	1.101.462	225.278	-	-	(208.131)	-	-	-	24.580	1.143.189
Cemig Overseas	158	(277)	-	-	-	57	-	-	62	-
	13.692.183	1.719.540	(198.811)	(450.313)	(1.144.056)	1.212.915	(423.163)	(1.584.902)	(417.687)	12.405.706

- (1) A movimentação incluída na coluna "Outros" decorre da incorporação da Cemig Telecom em março de 2018. Mais detalhes na nota explicativa nº 1;
- (2) A movimentação incluída na coluna "Outros" decorre da participação reflexa da Companhia nos efeitos da adoção inicial, em 1º de janeiro de 2018, dos novos pronunciamentos contábeis CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 reconhecidos pelas investidas diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício.
- (3) A movimentação incluída na coluna "Baixas" refere-se à transferência das controladas integrais da Companhia para a subsidiária integral Cemig GT.
- (4) Nas colunas "Operações descontinuadas" e "reclassificação para ativos mantidos para venda", estão evidenciados os efeitos da reclassificação do investimento como ativo não circulante mantido para venda, em atendimento ao disposto no pronunciamento contábil CPC 31/IFRS 5;
- (5) A movimentação incluída na coluna "remensuração de participação anterior em controlada adquirida", refere-se a remensuração, decorrente de combinação de negócios, conforme definido no CPC 15 (R1)/IFRS 3, de participação anterior na Lightger.
- (6) O Conselho de Administração da Companhia autorizou a transferência, à Cemig D, do montante de até R\$2.750.000, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC. Foram repassados na forma de AFAC o montante total de R\$2.600.000, sendo R\$1.100.000 em 2018 e o restante em períodos anteriores. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07 de agosto de 2019, foi aprovado o aumento do Capital Social da Cemig D, no montante total repassado, de R\$2.600.000, por meio da integralização de recursos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital-AFACs.

CONSOLIDADO							
Investidas	31/12/2018	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Outros	Remensuração da participação remanescente após perda de controle	31/12/2019
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	19.690	4.294	-	-	-	-	23.984
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	10.473	(5.958)	-	-	-	53.728
Guanhães Energia (1)	-	(184)	-	-	-	131.260	131.076
Hidrelétrica Pipoca	30.629	4.475	(4.374)	-	-	-	30.730
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	270.090	(103.473)	-	-	-	-	166.617
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	470.022	(85.213)	-	-	-	-	384.809
Lightger (1)	-	6	-	-	-	127.970	127.976
Baguari Energia	162.224	22.401	(27.126)	-	-	-	157.499
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	1.012.635	15.098	-	127	-	-	1.027.860
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	663.755	6.458	-	953	-	-	671.166
Ativas Data Center	16.509	(395)	-	-	-	-	16.114
Taes	1.143.189	210.270	(141.183)	-	917	-	1.213.193
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (1) (2)	-	(49.710)	-	23.088	21.810	4.812	-
Aliança Geração	1.216.860	77.723	(103.033)	-	-	-	1.191.550
Retiro Baixo	170.720	12.659	(3.336)	-	-	-	180.043
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	9.042	1.008	-	-	-	-	10.050
Axiom Soluções Tecnológicas (1)	-	(539)	-	9.097	-	4.438	12.996
Total do Investimento	5.234.578	125.351	(285.010)	33.265	22.727	268.480	5.399.391
Itaocara – Provisão para perdas (2)	-	-	-	-	(21.810)	-	(21.810)
Total	5.234.578	125.351	(285.010)	33.265	917	268.480	5.377.581

- (1) Com a perda de controle da Light, a participação remanescente nessas investidas foi reconhecida como investimento em coligada ou empreendimento controlado em conjunto, nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais, nos termos da IFRS 10 / CPC 36. Maiores detalhes, nas notas explicativas nº 1 e 34.
- (2) Em 31 de dezembro de 2019, a investida apresentou patrimônio líquido negativo, sendo o saldo contábil do investimento reduzido a zero. A Cemig GT reconheceu perda por redução ao valor recuperável dos investimentos no valor de R\$21.810 em razão de obrigações contratuais assumidas junto à controlada e os outros acionistas.

CONSOLIDADO									
Investidas	31/12/2017	Equivalência patrimonial (Resultado)	Remensuração de participação anterior em controlada adquirida	Dividendos	Aportes/Aquisição	Baixas	Reclassificação para ativos mantidos para venda	Outros	31/12/2018
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Light (1)	20.584	5.128	-	(6.022)	-	-	-	-	19.690
Axxiom Soluções Tecnológicas RME (1)	1.534.294	18.961	(230.614)	(7.689)	-	-	(1.254.786)	(60.166)	-
Hidrelétrica Cachoeirão	11.866	(7.469)	-	-	-	-	(4.397)	-	-
Guanhães Energia	383.233	2.755	(52.186)	(1.200)	103.788	-	(326.320)	(110.070)	-
Hidrelétrica Pipoca	57.957	10.065	-	(18.809)	-	-	-	-	49.213
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio) (2) (4)	25.018	29.734	-	-	56.811	-	(111.563)	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio) (4)	26.023	6.886	-	(2.280)	-	-	-	-	30.629
Lightger	534.761	(162.564)	-	-	25.320	-	-	(127.427)	270.090
Baguari Energia	582.504	(138.634)	-	-	26.152	-	-	-	470.022
Central Eólica Praias de Parajuru (3)	40.832	2.815	83.990	(1.779)	-	-	(125.858)	-	-
Central Eólica Volta do Rio (3)	148.422	28.411	-	(14.609)	-	-	-	-	162.224
Central Eólica Praias de Morgado (3)	60.101	(6.011)	20.829	-	74.398	(3.437)	-	(145.880)	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	67.725	(15.835)	58.864	-	92.298	(22.076)	-	(180.976)	-
Ativas Data Center	50.569	(15.455)	-	-	-	(11.822)	-	(23.292)	-
Taes (1)	866.554	80.001	-	-	69.157	-	-	(3.077)	1.012.635
Renova	17.450	(1.370)	-	-	-	-	-	429	16.509
Usina Hidrelétrica Itaipava S.A.	1.101.462	225.278	-	(208.131)	-	-	-	24.580	1.143.189
Aliança Geração	282.524	(282.524)	-	-	-	-	-	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	3.699	(3.925)	-	-	5.421	-	(5.195)	-	-
Retiro Baixo	1.242.170	65.354	-	(90.664)	-	-	-	-	1.216.860
UFV Janaúba	576.704	44.483	-	-	42.568	-	-	-	663.755
Geração de Energia Elétrica Distribuída	157.773	10.394	-	(3.138)	5.691	-	-	-	170.720
Total do Investimento	-	(27)	-	-	9.069	-	-	-	9.042
	7.792.225	(103.549)	(119.117)	(354.321)	510.673	(37.335)	(1.828.119)	(625.879)	5.234.578

- (1) A movimentação incluída na coluna "Outros" decorre da participação reflexa da Companhia nos impactos oriundos da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 1º de janeiro de 2018 reconhecidos pelas investidas diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do exercício. A coluna "Operações descontinuadas" evidencia o efeito da reclassificação do investimento na Light como ativo não circulante mantido para venda, em atendimento ao disposto no pronunciamento contábil CPC 31/IFRS 5.
- (2) Em virtude de resultado de análise de indicativo de *impairment*, considerando-se os prejuízos recorrentes apresentados pela Madeira, reconheceu-se provisão para perda de parte do valor residual da mais valia do investimento na Madeira, de forma a limitar o seu saldo ao valor mínimo do excedente dos benefícios econômicos futuros decorrentes da utilização do ativo imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2018, utilizando-se como taxa de desconto o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), nominal, de 9,59%. A provisão está apresentada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 como "ajuste referente à desvalorização em investimentos";
- (3) Movimentações decorrentes da combinação de negócios entre a Companhia e a Energimp. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- (4) Em outubro de 2018, a controlada Cemig GT subscreveu e integralizou aumento de capital na MESA e no Fipe Melbourne de R\$25.320 e R\$26.152, respectivamente. Esses recursos aportados foram totalmente destinados a aportes na Santo Antônio energia S.A. - Usina Santo Antônio "SAESA".



A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	2019		2018	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Saldo inicial	119.743	945.584	76.893	603.049
Proposta de dividendos feitos pelas investidas	285.010	1.630.540	354.321	1.144.056
Proposta de dividendos de investida classificada como mantida para venda	72.738	72.738	-	-
IRRF sobre juros sobre o capital próprio recebido	(8.913)	(95.885)	(6.611)	(37.981)
Recebimentos	(282.580)	(830.525)	(304.860)	(763.540)
Saldos recebidos na incorporação - RME e Luce	-	4.443	-	-
Saldo final	185.998	1.726.895	119.743	945.584

b) As principais informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Investidas	Quantidade de ações	2019			2018		
		Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.600.000	5.136.203	100,00	2.600.000	4.980.136
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	3.704.760	15,51	10.619.786	4.656.593
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	109.649	49,00	35.000	100.434
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	267.503	49,00	396.402	228.242
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	62.715	49,00	41.360	62.509
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	226.984	69,39	186.573	233.793
Central Eólica Praias de Parajuru	71.834.843	100,00	71.835	89.188	100,00	71.835	79.594
Central Eólica Volta do Rio	138.867.440	100,00	138.867	57.901	100,00	138.867	84.355
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	94.871	49,00	79.232	86.105
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.893.675.837	49,00	1.208.071	1.266.453	49,00	1.206.127	1.247.307
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.597.723	74,50	1.322.598	1.379.678	74,50	1.322.428	1.359.243
Aliança Geração	1.291.582	45,00	1.291.488	1.857.905	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	299.532	49,90	222.850	278.065
Renova (1) (2)	41.719.724	36,23	N/D	N/D	36,23	2.919.019	(76.489)
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (6)	69.282.514	49,00	69.283	(44.510)	49,00	22.165	10.470
Cemig Baguari	306.000	100,00	306	19	100,00	306	36
Cemig Ger. Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.407.996	100,00	1.291.423	1.395.614
Cemig Ger. Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	446.318	100,00	405.268	440.083
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	183.617	100,00	151.309	178.544
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	136.140	100,00	113.499	131.570
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	179.275	100,00	148.147	176.424
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	126.802	100,00	100.569	120.686
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	72.648	100,00	60.595	69.898
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	127.994	100,00	46.944	124.897
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	123.929	100,00	36.833	94.447
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	57.397	100,00	39.258	54.953
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	97.731	100,00	45.952	92.987
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (3)	1.402.000	100,00	1.402	3.638	100,00	16.902	18.406
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	28.263	100,00	486	26.755
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	1.000.000	100,00	1.000	3.359	100,00	1.000	2.841
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	31.027	100,00	1.000	28.135
Cemig Distribuição (4)	2.359.113.452	100,00	5.371.998	4.803.771	100,00	2.771.998	4.642.358
Light	303.934.060	22,58	4.051.285	5.983.158	26,06	2.225.821	3.389.492
TAESA	1.033.496.721	21,68	3.042.035	4.926.923	21,68	3.042.034	4.572.051
Ativas Data Center	456.540.718	19,60	182.063	82.212	19,60	182.063	84.232
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	988.441	99,57	665.429	1.001.294
Cemig Geração Distribuída	174.281	100,00	174	10.798	100,00	174	2.741
LEPSA (5)	-	-	-	-	100,00	406.341	446.591
RME (5)	-	-	-	-	100,00	403.040	423.228
Efficientia	15.121.845	100,00	15.122	17.156	100,00	15.122	17.532
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	47.026	51,00	28.000	38.608
Axxiom Soluções Tecnológicas	58.365.000	49,00	58.365	26.522	49,00	46.600	16.943

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

(2) Em 31 de dezembro de 2018, a Cemig GT reduziu a zero o saldo do investimento nesta investida em virtude da apresentação, naquela data, de patrimônio líquido negativo. Adicionalmente, em decorrência dos assuntos descritos nos parágrafos a seguir, especificamente relacionados à controlada em conjunto Renova, esta investida não concluiu suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, motivo pelo qual suas informações contábeis não estão sendo divulgadas.

(3) Foi aprovada, em AGE realizada em 29 de agosto de 2019, reforma do Estatuto Social da investida, alterando sua denominação e seu objeto sociais. Com a alteração, a Usina Termelétrica Barreiro S.A. passou a se denominar Cemig Geração Poço Fundo S.A..

(4) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07 de agosto de 2019, foi aprovado o aumento do Capital Social da Cemig D, no montante de R\$2.600.000, por meio da integralização de recursos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital-AFACs, aportados pela Companhia, sem a emissão de novas ações.

(5) Essas investidas foram incorporadas em 24 de abril de 2019.

(6) Em virtude do patrimônio líquido da Usina Hidrelétrica Itaocara ter se tornado negativo, em 31 de dezembro de 2019, a Cemig GT reduziu a zero o saldo contábil da sua participação e reconheceu uma provisão para perdas, no valor de R\$21.810, resultante de obrigações contratuais assumidas junto à controlada e os outros acionistas.

A Companhia possui, ainda, participações indiretas nas seguintes investidas:

Consolidado	2019		2018	
	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Amazônia	74,50%	5,76%	74,50%	12,46%
Renova (1)	36,23%	-	36,23%	8,39%
LightGer	49,00%	11,52%	49,00%	24,92%
Guanhães	49,00%	11,52%	49,00%	24,92%
Axxion	49,00%	11,52%	49,00%	24,92%
UHE Itaocara	49,00%	11,52%	49,00%	24,92%
Light	22,58%	-	26,06%	22,80%

(1) Em 15 de outubro de 2019, a Light alienou a totalidade das ações na controlada em conjunto Renova para o CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Mais detalhes podem ser consultados na sequência desta nota explicativa.

Os saldos principais das coligadas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2019, são como segue:

2019	Centroeste	Ativas Data Center	Taes	Axxion Soluções Tecnológicas	Lightger
Ativo					
Circulante	28.817	32.979	2.736.401	33.915	86.758
Caixa e equivalentes de caixa	27.110	8.167	155.057	6.509	69.419
Não circulante	35.177	106.668	7.419.245	25.780	124.500
Total do ativo	63.994	139.647	10.155.646	59.695	211.258
Passivo					
Circulante	6.484	24.387	925.980	28.321	53.373
Empréstimos e financiamentos	3.095	12.631	7.941	7.987	8.619
Não circulante	10.483	33.048	4.302.871	4.852	63.014
Empréstimos e financiamentos	7.532	30.721	409.664	120	63.014
Patrimônio líquido	47.027	82.212	4.926.795	26.522	94.871
Total do passivo	63.994	139.647	10.155.646	59.695	211.258
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	17.023	83.190	1.232.079	53.405	49.979
Custos operacionais	(5.328)	(74.794)	(239.504)	(54.773)	(27.227)
Depreciação e amortização	(1.427)	(18.470)	(4.379)	(2.338)	(10.584)
Lucro bruto	11.695	8.396	992.575	(1.368)	22.752
Despesas gerais e administrativas	(1.798)	(7.451)	(126.364)	(10.829)	(1.531)
Receitas financeiras	1.885	72	81.258	186	3.982
Despesas financeiras	(2.241)	(2.855)	(335.162)	(1.581)	(7.411)
Resultado operacional	9.541	(1.838)	612.307	(13.592)	17.792
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	488.816	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.122)	(273)	(99.264)	4.606	(2.942)
Resultado líquido do exercício	8.419	(2.111)	1.001.859	(8.986)	14.850
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	8.419	(2.111)	1.001.859	(8.986)	14.850
Resultado abrangente do exercício	8.419	(2.111)	1.001.859	(8.986)	14.850

2019	Hidrelétrica Cachoeirão	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Aliança Norte	Guanhães Energia
Ativo					
Circulante	34.631	10.542	68.182	1.155	1.195
Caixa e equivalentes de caixa	30.341	2.395	55.676	1.113	422
Não circulante	82.183	89.940	342.954	1.266.023	267.384
Total do ativo	116.814	100.482	411.136	1.267.178	268.579
Passivo					
Circulante	7.165	11.196	33.939	725	1.062
Empréstimos e financiamentos	-	6.581	13.703	-	484
Não circulante	-	26.571	77.665	-	14
Empréstimos e financiamentos	-	26.454	68.468	-	-
Patrimônio líquido	109.649	62.715	299.532	1.266.453	267.503
Total do passivo	116.814	100.482	411.136	1.267.178	268.579
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	37.844	30.260	70.341	-	-
Custos operacionais	(16.832)	(14.575)	(30.119)	-	(1.502)
Depreciação e amortização	(2.773)	(3.143)	(8.841)	-	(10)
Lucro bruto	21.012	15.685	40.222	-	(1.502)
Despesas gerais e administrativas	-	(66)	(3.582)	(1.717)	-
Receitas financeiras	1.483	395	2.989	57	360
Despesas financeiras	(13)	(3.629)	(8.174)	(3)	(42)
Resultado operacional	22.482	12.385	31.455	(1.663)	(1.184)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	18.867	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.775)	(928)	(3.301)	-	(10)
Resultado líquido do exercício	20.707	11.457	28.154	17.204	(1.194)
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	20.707	11.457	28.154	17.204	(1.194)
Resultado abrangente do exercício	20.707	11.457	28.154	17.204	(1.194)

2019	Amazônia Energia	Madeira Energia	Baguari Energia	Aliança Geração
Ativo				
Circulante	81	749.937	59.577	826.868
Caixa e equivalentes de caixa	67	77.538	8.827	700.451
Não circulante	1.380.150	21.679.635	187.511	2.194.151
Total do ativo	1.380.231	22.429.572	247.088	3.021.019
Passivo				
Circulante	553	1.176.997	15.571	591.190
Empréstimos e financiamentos	-	73.428	-	152.305
Não circulante	-	17.547.815	4.533	571.924
Empréstimos e financiamentos	-	10.924.960	-	68.518
Patrimônio líquido (negativo)	1.379.678	3.704.760	226.984	1.857.905
Total do passivo	1.380.231	22.429.572	247.088	3.021.019
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	-	3.197.523	68.433	1.015.746
Custos operacionais	(199)	(2.508.203)	(23.132)	(629.653)
Depreciação e amortização	-	-	(8.868)	(122.102)
Lucro bruto	(199)	689.320	45.301	386.093
Despesas gerais e administrativas	(16)	(98.771)	-	(29.607)
Receitas financeiras	1	131.422	4.232	34.172
Despesas financeiras	(1)	(1.683.378)	(669)	(68.912)
Resultado operacional	(215)	(961.407)	48.864	321.746
Resultado de Equivalência Patrimonial	20.481	-	-	16.264
Imposto de renda e contribuição social	-	9.574	(16.581)	(109.048)
Resultado líquido do exercício	20.266	(951.833)	32.283	228.962
Resultado abrangente do exercício				
Resultado líquido do exercício	20.266	(951.833)	32.283	228.962
Resultado abrangente do exercício	20.266	(951.833)	32.283	228.962

Os saldos principais das coligadas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2018, são como segue:

2018	Centroeste	Ativas Data Center	Taesa
Ativo			
Circulante	18.722	17.196	1.679.363
Caixa e equivalentes de caixa	11	1.060	19.480
Não circulante	36.574	105.776	6.750.218
Total do ativo	55.296	122.972	8.429.581
Passivo			
Circulante	6.527	22.526	606.003
Empréstimos e financiamentos	3.204	9.326	8.294
Não circulante	10.161	16.214	3.251.526
Empréstimos e financiamentos	10.161	13.236	402.441
Patrimônio líquido	38.608	84.232	4.572.052
Total do passivo	55.296	122.972	8.429.581
Demonstração do resultado			
Receita líquida de vendas	14.093	69.607	1.244.561
Custos operacionais	(1.019)	(72.103)	(184.768)
Depreciação e amortização	-	-	(279)
Lucro bruto	13.074	(2.496)	1.059.793
Despesas gerais e administrativas	-	(16.102)	(138.869)
Receitas financeiras	1.086	579	53.203
Despesas financeiras	(2.973)	(2.578)	(274.588)
Resultado operacional	11.187	(20.597)	699.539
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	481.799
Imposto de renda e contribuição social	(1.132)	-	(110.033)
Resultado líquido do exercício	10.055	(20.597)	1.071.305
Resultado abrangente do exercício			
Resultado líquido do exercício	10.055	(20.597)	1.071.305
Resultado abrangente do exercício	10.055	(20.597)	1.071.305

2018	Hidrelétrica Cachoeirão	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Aliança Norte
------	-------------------------	---------------------	--------------	---------------



Ativo				
Circulante	22.771	11.994	46.994	478
Caixa e equivalentes de caixa	17.792	3.721	35.582	453
Não circulante	84.902	94.867	354.135	1.247.161
Total do ativo	107.673	106.861	401.129	1.247.639
Passivo				
Circulante	7.239	11.521	32.174	332
Empréstimos e financiamentos	-	6.578	13.660	-
Não circulante	-	32.831	90.890	-
Empréstimos e financiamentos	-	32.831	81.905	-
Patrimônio líquido	100.434	62.509	278.065	1.247.307
Total do passivo	107.673	106.861	401.129	1.247.639
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	50.188	29.270	71.137	-
Custos operacionais	(29.315)	(12.161)	(29.327)	-
Depreciação e amortização	(2.763)	(3.095)	(10.084)	-
Lucro bruto	20.873	17.109	41.810	-
Despesas gerais e administrativas	-	(324)	(3.945)	(2.481)
Receitas financeiras	1.593	596	1.953	995
Despesas financeiras	(169)	(4.033)	(10.511)	(1.093)
Resultado operacional	22.297	13.348	29.307	(2.579)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	96.665
Imposto de renda e contribuição social	(2.218)	(1.203)	(2.835)	-
Resultado líquido do exercício	20.079	12.145	26.472	94.086
Resultado abrangente do exercício				
Resultado líquido do exercício	20.079	12.145	26.472	94.086
Resultado abrangente do exercício	20.079	12.145	26.472	94.086

2018	Amazônia Energia	Madeira Energia	Baguari Energia	Renova	Aliança Geração
Ativo					
Circulante	111	618.230	44.420	294.783	711.921
Caixa e equivalentes de caixa	97	68.645	8.161	69	344.155
Não circulante	1.359.669	22.453.401	201.025	1.228.919	2.277.501
Total do ativo	1.359.780	23.071.631	245.445	1.523.702	2.989.422
Passivo					
Circulante	538	1.281.333	6.795	441.524	534.585
Empréstimos e financiamentos	-	53.259	-	341.568	149.120
Não circulante	-	17.133.705	4.857	1.158.667	596.932
Empréstimos e financiamentos	-	10.219.548	-	-	140.000
Patrimônio líquido	1.359.242	4.656.593	233.793	(76.489)	1.857.905
Total do passivo	1.359.780	23.071.631	245.445	1.523.702	2.989.422
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	3.005.553	73.856	-	906.852
Custos operacionais	-	(2.689.459)	(30.753)	(3.969)	(555.446)
Depreciação e amortização	-	-	(8.844)	(3.969)	(125.325)
Lucro bruto	-	316.094	43.103	(3.969)	351.406
Despesas gerais e administrativas	(1.278)	(194.849)	-	(93.123)	(31.091)
Receitas financeiras	2.213	127.777	3.038	1.045	30.345
Despesas financeiras	(2.076)	(1.880.828)	(950)	(84.317)	(67.013)
Resultado operacional	(1.141)	(1.631.806)	45.191	(180.364)	283.647
Resultado de Equivalência Patrimonial	104.936	-	-	(675.933)	10.714
Imposto de renda e contribuição social	(684)	(111.830)	(4.041)	-	(96.042)
Resultado líquido do exercício	103.111	(1.743.636)	41.150	(856.297)	198.319
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	103.111	(1.743.636)	41.150	(856.297)	198.319
Resultado abrangente do exercício	103.111	(1.743.636)	41.150	(856.297)	198.319



Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a MESA apresentou prejuízo de R\$951.833 (R\$1.743.636 em 31 de dezembro de 2018) e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$427.060 (R\$663.103 em 31 de dezembro de 2018). Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Cemig GT e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo por meio da qual a Cemig GT possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$678 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$678 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678.551, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.



Adicionalmente, a SAAG e a Cemig GT instauraram Procedimento Arbitral, na qualidade de acionistas da Madeira, visando desconstituir o aumento de capital aprovado em assembleia geral extraordinária ocorrida em 28 de agosto de 2018. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova”)

A controlada em conjunto Renova, atualmente em processo de recuperação judicial, vem incorrendo em prejuízos recorrentes e apresentando capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em decorrência da apresentação de patrimônio líquido negativo da investida, a Cemig GT reduziu a zero o saldo contábil de seu investimento na Renova, em 31 de dezembro de 2018, e não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante esta investida.

Adicionalmente, diante do agravamento da situação financeira da Renova e de um potencial pedido de recuperação judicial, a Companhia passou a provisionar, a partir de 30 de junho de 2019, momento, uma perda estimada na realização dos créditos decorrente de contratos de compra e venda de energia e termos de reconhecimento de dívida que possuía junto a esta controlada em conjunto pelo valor integral do saldo a receber, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 corresponde a R\$688 milhões.

Alteração no controle da Renova

Em 15 de outubro de 2019, a Light alienou pelo valor de R\$1,00 (um real) a totalidade das ações na controlada em conjunto Renova, equivalentes a 17,17% de seu capital social, para o CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Adicionalmente, a Lightcom Comercializadora de Energia S.A., celebrou um Termo de Cessão por meio do qual cedeu todos os créditos detidos em face da Renova à CG I. Transcorrido o prazo previsto no Acordo de Acionistas da Renova, a controlada Cemig GT não exerceu o seu direito de preferência nem seu direito de venda conjunta, não alterando assim a sua participação acionária direta na Renova.



Pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo o pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova e pelas demais empresas do grupo (“Grupo Renova”), determinando, entre outras medidas: (i) nomeação de uma empresa independente para atuar como administradora judicial; (ii) suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005; (iii) apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005; (iv) dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e (v) determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Em 17 de dezembro de 2019, a Renova protocolou o seu Plano de Recuperação Judicial, o qual deve ser submetido à aprovação da Assembleia Geral de Credores conforme termos e prazos estabelecidos na Lei 11.101/2005. A controlada em conjunto está em fase de discussão do referido plano, sendo que, até a presente data, não foram mensurados os possíveis efeitos sobre os seus saldos contábeis.

No contexto da recuperação judicial, a Renova celebrou com a Companhia empréstimo do tipo “debtor-in-possession” (“DIP”), no montante total de R\$36.500, sendo de R\$10.000, R\$6.500 e R\$20.000, nas datas de 25 de novembro de 2019, 27 de dezembro de 2019 e 28 de janeiro de 2020, respectivamente. Os recursos desses empréstimos, na modalidade de mútuo pós concursal, ou seja, durante o processo de Recuperação Judicial, são necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Renova, foram autorizados pelo juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, e são garantidos por alienação fiduciária de ações de uma empresa constituída por um projeto eólico de propriedade da Renova, além de possuírem prioridade no recebimento no decorrer do processo de recuperação judicial. Adicionalmente, em 25 de outubro de 2019, a Cemig GT concedeu à Renova um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 5.000.

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que a recuperação judicial ajuizada por esta investida não produzirá nenhum impacto adicional em suas demonstrações financeiras.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.



Em 31 de dezembro de 2019, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$3.309.499 e ainda despenderá quantias em projetos previstos pelo seu contrato de concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.962.000 (R\$1.643.000 em 31 de dezembro de 2018).

c) Combinação de negócios - Centroeste

Em 13 de janeiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição da participação societária detida pela Eletrobras na Centroeste, correspondente a 49% do capital social desta investida, passando a ser titular, assim, da totalidade de suas ações. A aquisição, que resultou na obtenção do controle da investida pela Companhia, é resultado do exercício do direito de preferência da Companhia na aquisição da participação societária objeto do Leilão Eletrobras 01/2018, Lote P, realizado em 27 de setembro de 2018, homologado em 15 de janeiro de 2019.

A Centroeste atua na construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas – Pimenta.

A contraprestação transferida pela aquisição do controle da investida, integralmente em caixa, corresponde a R\$44.775, resultante do preço constante do Edital do Leilão, corrigido pela variação acumulada da taxa Selic ocorrida até a data da conclusão da operação, descontados os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio pagos ou declarados em favor da Eletrobras no período.

Em 31 de dezembro de 2019 e antes de adquirir o controle da investida, a Companhia detinha participação de 51% no seu capital social, sem exercer controle, de acordo com previsões do seu acordo de acionistas. Dessa forma, nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da controladora, as informações financeiras dessa investida foram reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Conforme previsto no pronunciamento contábil IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, a Companhia remensurou pelo valor justo a participação detida anteriormente, e reconhecerá a diferença no resultado do exercício de 2020, conforme demonstrado a seguir:

	Centroeste
Valor justo na data da transação (1)	120.494
Participação detida pela Companhia antes da aquisição de controle	51%
Valor da participação original da Companhia avaliada pelo valor justo na data da aquisição	61.452
Valor contábil original	(23.983)
Remensuração da participação anterior de controladas adquiridas, a ser reconhecida no resultado em 2020	37.469

- (1) A avaliação dos ativos líquidos da investida, considerada na contabilização inicial da combinação de negócios, foi calculada com base no fluxo de caixa descontado do acionista (FCFE – Free cash flow to equity), a partir do custo de capital próprio da transmissão. Durante o período de mensuração das operações de combinações de negócios, que não pode exceder a um ano da data de aquisição, podem ocorrer ajustes aos valores provisórios reconhecidos. Considerando que o contrato de concessão é identificável e pode ser mensurado em condição objetiva e confiável, o reconhecimento da mais valia será realizado separadamente no subgrupo do ativo intangível nas demonstrações consolidadas e será considerado parte do investimento nas demonstrações individuais, em conformidade com o ICPC 09. A amortização da mais valia se dará durante o prazo da concessão.

A alocação do valor justo da participação adquirida e da remensuração da participação anterior, cujos impactos serão reconhecidos em 2020, está apresentada a seguir:

	Centroeste
Valor total da contraprestação paga por 49% de participação na Centroeste	44.775
Valor da participação original avaliada pelo valor justo na data da aquisição – 51%	61.452
Compra vantajosa	14.267
Total	120.494
Ativo intangível da concessão	73.467
Valor dos ativos e passivos líquidos	47.027
Total do valor justo dos ativos líquidos	120.494

- (1) Mais valia correspondente ao direito de autorização de transmissão de energia elétrica concedido à investida, identificável e com vida útil definida.

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data da transação encontram-se apresentados na tabela a seguir:

Ativos	Valor justo na data de aquisição	Passivos	Valor justo na data de Aquisição
Circulante	28.817	Circulante	6.484
Caixa e equivalentes de caixa	27.110	Empréstimos e financiamentos	3.095
Outros ativos circulantes	1.707	Dividendos e juros sobre capital próprios	2.388
Não circulante	108.644	Outros passivos circulantes	1.001
Ativo de infraestrutura	34.517	Não circulante	10.483
Ativo intangível da concessão	73.467	Empréstimos e financiamentos	7.352
Depósitos judiciais	389	Provisões	3.131
Outros ativos não circulantes	271	Total dos ativos líquidos ao valor justo	120.494

Os efeitos acima serão apresentados no segmento operacional de transmissão.



a) Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento através da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Cemig GT por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buena Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna independente adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas demonstrações financeiras da Companhia.

Madeira Energia S.A (“MESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.



A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas demonstrações financeiras.

Renova Energia S.A. (“Renova”)

Desde 2017, a Renova é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e outras autoridades públicas relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Companhia e sua controlada Cemig GT, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da investida Renova em São Paulo, para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação de serviços mantidos por esta investida em períodos anteriores a 2015. Em 25 de julho de 2019, foi iniciada a segunda fase da operação.

A Renova tem a informação de que os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ainda não foram concluídos, sendo que as autoridades governamentais poderão levar tempo adicional para concluir todos os seus procedimentos de apuração dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro. Caso venha a ser ajuizada ação criminal em face de agentes que lesaram a investida, a Renova tem a intenção de auxiliar a acusação em eventuais processos criminais e, posteriormente, requerer a reparação civil pelos danos sofridos.

No decorrer de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Renova e a controlada indireta Espira, questionando a apuração de IRPJ, CSLL e o recolhimento de IRRF, tendo como objeto contratos firmados para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação, nos montantes estimados de R\$89.318 e de R\$1.788, respectivamente.

Em razão dessas investigações, concomitantemente, os órgãos de governança da Renova instauraram de uma investigação interna, conduzida por empresa independente com o suporte de escritório de advocacia externo, cujo escopo compreendeu a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo descumprimentos à legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, ao Código de ética e às políticas de integridade da Renova. Adicionalmente, foi constituído na Renova um comitê de monitoramento que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharam essa investigação. A investigação interna foi concluída em 20 de fevereiro de 2020 e não foram identificadas provas concretas de atos de corrupção ou de desvios para campanhas políticas.

Todavia, os investigadores independentes identificaram irregularidades na condução dos negócios e efetivação de contratos pela Renova, incluindo (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços no montante global aproximado de R\$40 milhões, (ii) pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança no montante global aproximado de R\$137 milhões e (iii) falhas nos controles internos da investida.

Em resposta às irregularidades encontradas, e com base nas recomendações do Comitê de monitoramento e de assessores jurídicos, o Conselho de Administração da Renova deliberou tomar todos os atos necessários para preservar os direitos da investida, dar continuidade às medidas visando à obtenção do ressarcimento dos prejuízos causados e reforçar os seus controles internos.

Uma vez que o saldo do investimento mantido na Renova em 31 de dezembro de 2019 é zero e que não foram assumidas pela Companhia e suas controladas obrigações contratuais ou construtivas perante a controlada em conjunto, não são esperados que efeitos resultantes do processo de recuperação judicial, das investigações e das atividades operacionais dessa investida possam impactar significativamente as demonstrações financeiras da Companhia, mesmo que eventualmente ainda não tenham sido registrados pela controlada em conjunto.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Cemig GT na Guanhães e na MESA. Adicionalmente, em 11 de abril de 2019, agentes da Polícia Federal estiveram na sede da Companhia para cumprir um mandato de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal de São Paulo, em conexão com a operação intitulada “E o Vento Levou”, conforme descrito anteriormente.

Esses procedimentos estão sendo realizados por meio da análise de documentos solicitados pelas autoridades públicas e por oitivas de testemunhas.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações que estão sendo realizadas na Companhia e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos, assim como dos fatores que levaram a Companhia a ser autuada pela Receita Federal pelo não recolhimento de IRRF na aquisição de participação da Ligth, junto a Enlighted (vide nota nº 27). Essa investigação independente está sendo supervisionada por Comitê Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança.

A primeira fase da investigação interna e independente da Companhia foi concluída e o relatório foi entregue em 13 de maio de 2019. A segunda fase da investigação foi substancialmente concluída e o seu relatório preliminar foi entregue em 20 de fevereiro de 2020. Considerando os resultados das investigações internas apresentados até o momento, não foram apurados efeitos para registro nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019. A segunda fase das investigações continuam em andamento, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2020.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e colaborará com as autoridades nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

19. IMOBILIZADO

Consolidado	2019			2018		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	247.535	(19.178)	228.357	231.223	(16.174)	215.049
Reservatórios, barragens e adutoras	3.279.784	(2.199.659)	1.080.125	3.282.178	(2.131.683)	1.150.495
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.091.660	(818.141)	273.519	1.114.229	(800.430)	313.799
Máquinas e equipamentos	2.597.685	(1.869.186)	728.499	2.772.738	(1.918.442)	854.296
Veículos	20.616	(17.687)	2.929	31.747	(27.222)	4.525
Móveis e utensílios	14.073	(10.939)	3.134	16.385	(12.718)	3.667
	7.251.353	(4.934.790)	2.316.563	7.448.500	(4.906.669)	2.541.831
Em curso						
Ativos em curso	133.562	-	133.562	119.754	-	119.754
Imobilizado líquido	7.384.915	(4.934.790)	2.450.125	7.568.254	(4.906.669)	2.661.585

Controladora	2019			2018		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	55	(21)	34	408	(297)	111
Máquinas e equipamentos	5.298	(4.379)	919	5.840	(4.627)	1.213
Móveis e utensílios	749	(698)	51	2.238	(1.878)	360
	6.184	(5.098)	1.086	8.568	(6.802)	1.766
Em curso						
Ativos em curso	460	-	460	484	-	484
Imobilizado líquido	6.644	(5.098)	1.546	9.052	(6.802)	2.250

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações (2)	Saldo em 31/12/2019
Em serviço						
Terrenos (1)	215.049	-	(153)	(3.478)	16.939	228.357
Reservatórios, barragens e adutoras	1.150.495	-	(4.756)	(80.045)	14.431	1.080.125
Edificações, obras civis e benfeitorias	313.799	-	(5.762)	(18.672)	(15.846)	273.519
Máquinas e equipamentos	854.296	43	(80.501)	(78.720)	33.381	728.499
Veículos	4.525	-	-	(1.538)	(58)	2.929
Móveis e utensílios	3.667	-	(303)	(314)	85	3.135
	2.541.831	43	(91.475)	(182.767)	48.932	2.316.564
Em curso	119.754	70.347	(11.337)	-	(45.203)	133.561
Imobilizado líquido	2.661.585	70.390	(102.812)	(182.767)	3.729	2.450.125

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
(2) Foram transferidos saldos para o imobilizado provenientes do ativo intangível, no montante total de R\$3.735. Adicionalmente, o montante de R\$6 foi transferido do imobilizado para o ativo de contrato.

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Depreciação	Transferência p/ mantidos para venda	Ajuste Combinação de Negócios	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/12/2018
Em Serviço								
Terrenos (1)	211.272	-	(3)	(2.523)	-	-	6.303	215.049
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.233.576	-	(2.041)	(81.296)	-	-	256	1.150.495
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	331.362	-	(263)	(18.760)	-	-	1.460	313.799
Máquinas e Equipamentos	873.551	-	(9.086)	(69.826)	(255.758)	296.585	18.830	854.296
Veículos	3.105	-	-	(1.429)	-	20	2.829	4.525
Móveis e Utensílios	3.395	-	(3)	(360)	-	136	499	3.667
	2.656.261	-	(11.396)	(174.194)	(255.758)	296.741	30.177	2.541.831
Em Curso	106.049	76.998	(22.522)	-	-	-	(40.771)	119.754
Imobilizado líquido	2.762.310	76.998	(33.918)	(174.194)	(255.758)	296.741	(10.594)	2.661.585

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Em serviço						
Terrenos	82	-	-	-	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	111	-	(75)	-	(1)	35
Máquinas e equipamentos	1.213	44	-	25	(363)	919
Móveis e utensílios	360	-	(301)	-	(9)	50
	1.766	44	(376)	25	(373)	1.086
Em curso	484	1	-	(25)	-	460
Imobilizado líquido	2.250	45	(376)	-	(373)	1.546

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Adição	Incorporação Telecom (1)	Transferência p/ mantidos para venda	Transferências (2)	Depreciação	Baixa	Saldo em 31/12/2018
Em Serviço								
Terrenos	-	-	82	-	-	-	-	82
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	-	-	116	-	-	(5)	-	111
Máquinas e Equipamentos	1.338	-	262.137	(255.758)	-	(6.036)	(468)	1.213
Móveis e Utensílios	13	-	406	-	-	(59)	-	360
	1.351	-	262.741	(255.758)	-	(6.100)	(468)	1.766
Em Curso	459	25	9.025	-	(9.025)	-	-	484
Imobilizado Líquido	1.810	25	271.766	(255.758)	(9.025)	(6.100)	(468)	2.250

- (1) Refere-se à incorporação da subsidiária integral Cemig Telecom.
(2) O valor de R\$9.025 foi transferido para a conta estoque.

As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração e estão descritas a seguir:

Geração	(%)	Administração	(%)
Reservatório, Barragem e Adutora	2	Software	20
Edificação - Casa de Força	2	Veículos	14,29
Edificação - Outras	3,33	Equipamento Geral de Informática	16,67
Gerador	3,33	Equipamento geral	6,25
Turbina Hidráulica	2,5	Edificação - Outras	3,33
Condutor Forçado	3,13		
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57		
Urbanização e Benfeitorias	3,33		

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,13%, que segregadas por atividade representa:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Geração Eólica	Administração
2,83	4,13	4,87	8,29

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Cemig GT e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Cemig GT pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

20. INTANGÍVEIS

A composição do saldo dos intangíveis em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

Consolidado	2019			2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	11.749	(3.292)	8.457	11.749	(2.664)	9.085
Concessão onerosa	19.169	(12.609)	6.560	19.169	(11.930)	7.239
Ativos de concessão (1)	20.039.489	(8.522.488)	11.517.001	18.674.138	(7.994.650)	10.679.488
Outros	77.159	(66.507)	10.652	84.868	(66.071)	18.797
	20.147.566	(8.604.896)	11.542.670	18.789.924	(8.075.315)	10.714.609
Em curso	81.801	-	81.801	62.582	-	62.582
Intangível líquido	20.229.367	(8.604.896)	11.624.471	18.852.506	(8.075.315)	10.777.191

- (1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante de R\$126.678, bem como de concessão de distribuição de gás, concedidos à Gasmig, no montante de R\$426.760, são considerados nas demonstrações financeiras da Cemig GT e da Companhia, respectivamente, como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Controladora	2019			2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	13.564	(9.593)	3.971	14.880	(8.946)	5.934
Marcas e patentes	8	(8)	-	8	(8)	-
Outros	231	(73)	158	231	(73)	158
	13.803	(9.674)	4.129	15.119	(9.027)	6.092
Em curso	46	-	46	33	-	33
Intangível líquido	13.849	(9.674)	4.175	15.152	(9.027)	6.125

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa (2)	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 31/12/2019
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	9.085	-	-	(628)	-	8.457
Concessão onerosa	7.239	-	-	(679)	-	6.560
Ativos de concessão	10.679.488	891.167	(40.681)	(698.274)	685.301	11.517.001
Outros	18.797	6.450	(197)	(4.719)	(9.679)	10.652
	10.714.609	897.617	(40.878)	(704.300)	682.072	11.542.670
Em curso	62.582	36.029	-	-	(16.810)	81.801
Intangível Líquido	10.777.191	933.646	(40.878)	(704.300)	658.812	11.624.471

- (1) As transferências foram realizadas entre o ativo intangível, ativo de contrato, ativo financeiro e imobilizado conforme segue: (1) R\$685.068, transferidos do ativo de contrato para o ativo intangível; (2) (R\$3.735) transferidos do ativo intangível para o imobilizado e (3) (R\$22.521) transferidos do ativo intangível para o ativo financeiro.
- (2) Inclui a redução ao valor recuperável do ativo intangível relativo à mais valia da concessão da controlada Volta do Rio, no montante de R\$21.684, reconhecido no resultado em "outras despesas". O teste de impairment do ativo intangível, referente à autorização de geração de energia eólica concedida a Volta do Rio, reconhecido em 2018 no âmbito da combinação de negócios, decorre do não atingimento da performance operacional esperada em 2019 para os ativos de geração eólica da controlada. O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, trazidos a valor presente pelo custo de capital ponderado (wacc) definido para a atividade pela Companhia, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Ativos oriundos de Combinação de Negócios	Adoção Inicial do CPC 47/IFRS 15	Adição	Baixa	Amortização	Transferência p/ mantidos para venda	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Em Serviço									
Com Vida Útil Definida									
Servidão	9.759	-	-	-	-	(674)	-	-	9.085
Concessão Onerosa	7.918	-	-	-	-	(679)	-	-	7.239
Ativos de Concessão	10.435.391	162.106	-	-	(23.155)	(668.421)	-	773.567	10.679.488
Outros	17.188	4.464	-	1.064	(115)	(5.125)	(6.947)	8.268	18.797
	10.470.256	166.570	-	1.064	(23.270)	(674.899)	(6.947)	781.835	10.714.609
Em Curso	685.672	-	(621.247)	33.191	(3.971)	-	-	(31.063)	62.582
Intangível Líquido	11.155.928	166.570	(621.247)	34.255	(27.241)	(674.899)	(6.947)	750.772	10.777.191

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Amortização	Saldo em 31/12/2019
Em serviço					
Com vida útil definida					
Direito de uso de softwares	5.934	-	(197)	(1.766)	3.971
Outros	158	-	-	-	158
	6.092	-	(197)	(1.766)	4.129
Em curso	33	13	-	-	46
Intangível líquido	6.125	13	(197)	(1.766)	4.175

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Incorporação Telecom (1)	Transferência p/ mantidos para venda	Transferência	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2018
Em serviço							
Com vida útil definida							
Direito de uso de softwares	41	11.716	(6.947)	2.345	-	(269)	6.886
Marcas e patentes	2	-	-	231	-	(1.027)	(794)
	43	11.716	(6.947)	2.576	-	(1.296)	6.092
Em curso	2.414	-	-	(2.576)	195	-	33
Intangível líquido	2.457	11.716	(6.947)	-	195	(1.296)	6.125

(1) Em 31 de março de 2018 a Cemig Telecom foi incorporada pela Companhia. Mais detalhes na nota explicativa nº 1.

Ativos da concessão

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição de energia e gás que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 17.

Em 19 de setembro de 2019, foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo ao contrato de concessão para exploração dos serviços de gás canalizado da controlada Gasmig, consistindo na substituição da obrigação contratual, de construção do gasoduto para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-V), que seria construída pela Petrobras na região do Triângulo Mineiro, pelo pagamento de uma contraprestação ao Poder Concedente, a título de bônus de outorga, no valor de R\$891.168. O referido termo assegurou a extensão do prazo de vigência do contrato de concessão da Gasmig até 2053. O pagamento da outorga ocorreu em 26 de setembro de 2019 e o seu valor foi acrescido à base de remuneração de ativos da Gasmig, sendo considerado no processo de revisão tarifária pelo poder concedente como um ativo intangível a ser amortizado até o final do contrato de concessão, produzindo efeitos imediatos na fixação e revisão das tarifas.

Os ativos intangíveis de Servidão, Concessão Onerosa, Ativos de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear, considerando o padrão de consumo destes direitos. Dentre as adições realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estão incluídos os encargos financeiros capitalizados, no montante de R\$2.002, conforme nota explicativa nº 24.

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o seu padrão de consumo esperado e são revisadas anualmente pela Administração, encontram-se apresentadas a seguir:

Distribuição de energia	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão – classe tensão inferior a 69kV	4,35		

Distribuição de gás	(%)	Administração	(%)
Tubulações	3,33	Software	20,00
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	Veículos	20,00
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10,00	Equipamentos Processamento de Dados	20,00
Máquinas e Equipamentos	5,00 a 20,00	Móveis	10,00



A taxa média de amortização da Companhia é de 4,01%, que representa, por atividade:

Geração Hidrelétrica	Geração Eólica	Gás	Distribuição	Administração
19,74	16,90	2,87	3,88	16,03

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

21. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.4, a partir de 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor a norma IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia e suas controladas avaliaram os seus contratos e reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sedes administrativas;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do exercício de 2019 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência a dívidas contratadas pela Companhia e por meio de cotações junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia.

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A composição do saldo por classe de ativo identificado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2019	01/01/2019
Imóveis	206.045	238.482	3.330	19.844
Veículos	70.676	103.557	-	-
Outros	103	411	-	-
	276.824	342.450	3.330	19.844

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	238.482	103.557	411	342.450
Adição	27.652	3.459	-	31.111
Baixa	(12.969)	-	-	(12.969)
Amortização (1)	(36.657)	(38.765)	(308)	(75.730)
Remensuração (2)	(10.463)	2.425	-	(8.038)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	206.045	70.676	103	276.824

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$4.563.
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

Controladora	Imóveis
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	19.844
Baixa	(12.969)
Amortização (1)	(2.603)
Remensuração	(942)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.330

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$217.
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 (1)	342.450	19.844
Adição	31.111	-
Baixa	(12.969)	(12.969)
Juros incorridos (2)	36.007	529
Arrendamentos pagos	(95.664)	(2.856)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5.150)	(127)
Remensuração (3)	(8.038)	(942)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	287.747	3.479
Passivo circulante	85.000	1.646
Passivo não circulante	202.747	1.833

- (1) A taxa de empréstimo incremental da Companhia aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da adoção inicial foi de 7,96% a.a., 10,64% a.a. 13,17% a.a., para contratos com prazo de vencimento, respectivamente, de até 2 anos, entre 2 a 5 anos e acima de 5 anos. As taxas aplicadas para os contratos celebrados durante o ano de 2019 foram de 6,87% a.a., 7,33% a.a. e 8,08% a.a., para contratos com prazo de vencimento, respectivamente, de até 3 anos, entre 3 a 4 anos e acima de 4 anos. Para determinação da taxa incremental de empréstimo, a Companhia utilizou como referência cotações obtidas junto a instituições financeiras, sendo essa função do risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação.
- (2) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, nos montantes de R\$2.173 e R\$44, para as demonstrações consolidadas e da controladora, respectivamente.
- (3) Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de PIS/Pasep e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado na tabela a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	703.754	287.747	8.368	3.479
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	56.106	18.128	766	315

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de maturidade de seus contratos é apresentada a seguir:

	Consolidado (nominal)	Controladora (nominal)
2020	86.165	1.711
2021	58.136	305
2022	25.712	272
2023	25.644	264
2024	25.552	264
2025 a 2045	482.545	5.552
Valores não descontados	703.754	8.368
Juros embutidos	(416.007)	(4.889)
Passivo de arrendamento	287.747	3.479

22. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2019	2018
Energia de curto prazo - CCEE	401.482	139.375
Encargos de uso da rede elétrica	144.975	122.374
Energia elétrica comprada para revenda	763.652	775.336
Itaipu binacional	242.766	268.004
Gás comprado para revenda	143.358	123.664
Materiais e serviços	383.658	372.499
	2.079.891	1.801.252

23. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
ICMS	111.608	167.886	-	1.587
Cofins	134.580	146.004	45.364	18.404
PIS/Pasep	29.298	31.664	9.827	3.988
INSS	24.819	22.730	1.684	2.226
Outros (1)	58.542	41.541	35.765	18.809
	358.847	409.825	92.640	45.014
Não circulante				
Cofins	757	25.280	79	-
PIS/Pasep	126	4.116	12	-
	883	29.396	91	-
	359.730	439.221	92.731	45.014
Valores a serem restituídos a consumidores				
Não circulante				
PIS/Pasep e Cofins	4.193.329	1.123.680	-	-
	4.193.329	1.123.680	-	-

(1) Inclui a retenção na fonte de imposto renda sobre o juros sobre o capital próprio, cujo recolhimento ocorreu no primeiro decêndio de 2020, em conformidade à legislação tributária.



Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores são referentes aos créditos a serem recebidos pela Cemig D em razão da inclusão do ICMS à base de cálculo destas contribuições. Mais informações na nota explicativa nº 10.

24. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado			
				2019			2018
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - bônus diversos (1) (4)	2024	Diversas	U\$	1.842	16.209	18.051	25.936
Eurobonds (2)	2024	9,25%	U\$	45.691	6.046.051	6.091.742	5.856.124
KFW (2)	2019	1,78%	EUR\$	-	-	-	229
(-) Custos de transação				-	(18.656)	(18.656)	(21.319)
(±) Recursos antecipados (3)				-	(30.040)	(30.040)	(34.269)
Dívida em moeda estrangeira				47.533	6.013.564	6.061.097	5.826.701
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.(4) (11)	2022	146,50% do CDI	R\$	-	-	-	502.531
Caixa Econômica Federal (4) (11)	2022	146,50% do CDI	R\$	-	-	-	626.632
Caixa Econômica Federal (5)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	60.516	-	60.516	55.576
Caixa Econômica Federal (6)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	117.710		117.710	107.791
Eletrobrás (4)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R\$	11.221	9.047	20.268	33.182
Grandes consumidores (4)	2024	IGP-DI + 6,00%	R\$	3.485	2.097	5.582	4.985
Consórcio Pipoca (2)	2020	IPCA	R\$	185	-	185	185
Sonda (7)	2021	110,00% do CDI	R\$	-	48.529	48.529	45.531
Nota promissória - 9ª Emissão - Série Única (4) (11)	2019	151,00% do CDI	R\$	-	-	-	425.571
Nota Promissória - 1ª Emissão - Série Única (8)	2020	107,00% do CDI	R\$	875.247	-	875.247	-
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (9)				(3.031)	-	(3.031)	(23.508)
(-) Custos de Transação					(277)	(277)	(12.524)
Dívida em moeda nacional				1.065.333	59.396	1.124.729	1.765.952
Total de empréstimos e financiamento				1.112.866	6.072.960	7.185.826	7.592.653
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (2)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	-	-	-	156.361
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (2)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	396.330	691.659	1.087.989	1.049.331
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série (2)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	17.292	-	17.292	33.322
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2) (12)	2021	140,00% do CDI	R\$	289.381	288.686	578.067	1.022.646
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	568.312	540.633	1.108.945	1.596.419
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (4)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	42.109	948.784	990.893	955.722
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (4) (11)	2022	146,50% do CDI	R\$	-	-	-	1.580.121
Debêntures - 6ª Emissão - Série Única (4) (11)	2020	CDI + 1,75%	R\$	-	-	-	551.214
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª Série (4)	2024	CDI + 0,45%	R\$	274.083	1.890.000	2.164.083	-
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série (4)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	2.420	1.516.622	1.519.042	-
Debêntures - - 4ª emissão - 1ª série (8)	2022	TJLP+1,82%	R\$	10.930	19.393	30.323	39.857
Debêntures - 4ª emissão - 2ª série (8)	2022	Selic + 1,82%	R\$	4.395	8.677	13.072	17.367
Debêntures - 4ª emissão - 3ª série (8)	2022	TJLP + 1,82%	R\$	11.955	22.476	34.431	46.180
Debêntures - 4ª emissão - 4ª série (8)	2022	Selic + 1,82%	R\$	5.238	10.326	15.564	20.681
Debêntures - 4ª emissão - 7ª série (8)	2020	TJLP + 1,82%	R\$	450	-	450	716
Debêntures - 6ª emissão - Série única (8)	2019	116,50% do CDI	R\$	-	-	-	50.086
Debêntures - 7ª emissão - Série única (8)	2023	CDI + 1,50%	R\$	20.018	60.000	80.018	100.033
(-) Deságio na emissão de debêntures (10)				-	(21.606)	(21.606)	-
(-) Custos de Transação				(9.530)	(18.828)	(28.358)	(40.881)
Total de debêntures				1.633.383	5.956.822	7.590.205	7.179.175
Total geral consolidado				2.746.249	12.029.782	14.776.031	14.771.828

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Controladora			
				2019			2018
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Sonda (7)	2021	110,00% do CDI	R\$	-	48.529	48.529	45.531
(-) Custos de transação				-	(277)	(277)	(450)
Total de empréstimos e financiamentos				-	48.252	48.252	45.081

- (1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$ 181.716, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$ 163.666. As taxas de juros variam entre 2% a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- (2) Cemig Geração e Transmissão.
- (3) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.
- (4) Cemig Distribuição.
- (5) Central Eólica Praias de Parajuru.
- (6) Central Eólica Volta do Rio.
- (7) Cemig Controladora. Decorrente da Incorporação da Cemig Telecom.
- (8) Gasmig.
- (9) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo vide nota explicativa nº 32.
- (10) Deságio no preço de venda da 2ª série da 7ª emissão da Cemig Distribuição.
- (11) Os recursos incorporados ao caixa da Cemig D por meio da distribuição de sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 22 de julho de 2019, permitiram o pré-pagamento integral do saldo devedor da 9ª emissão de notas promissórias, com vencimento final em outubro de 2019, da 6ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2020, da 5ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2022, e de Cédulas de Crédito Bancário, com vencimentos finais em junho de 2022. Tais pré-pagamentos, realizados em 24 de julho de 2019, totalizaram R\$3.644 milhões em principal, juros e encargos. Essas iniciativas, equilibraram o fluxo de caixa e melhoraram a qualidade de crédito da Companhia. As alterações no novo perfil de dívida consistiram na extinção de contratos existentes e celebração de novos, sendo os efeitos contábeis das transações refletidas em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC 48 ("Instrumentos Financeiros").
- (12) Em 24 de julho de 2019, a Cemig GT realizou amortização extraordinária de sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$125 milhões, com vencimento final em dezembro de 2021.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo "simples" não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig D, GT ou da Companhia, superior a R\$50 milhões ("cross default").

Em 26 de setembro de 2019, a Gasmig concluiu a Primeira Emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única, no valor de R\$850.000, com prazo de vencimento de 12 meses e juros remuneratórios de 107% da taxa DI, sem garantia ou aval. Os recursos provenientes dessa emissão foram integralmente utilizados para pagamento do bônus de outorga do contrato de concessão de distribuição de gás em 26 de setembro de 2019. Para mais informações, vide nota explicativa nº 20.

Captações de recursos

Financiadores	Data de entrada dos recursos	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (1)	Julho de 2019	2024	CDI + 0,454%	2.160.000
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (1)	Julho de 2019	2026	IPCA+4,10%	1.500.000
Nota Promissória - 1ª emissão (2)	Setembro de 2019	2020	107,00% do CDI	850.000
(-) Custos de transação				(10.183)
(-) Deságio (3)				(23.095)
Total de captações				4.476.722

- (1) Cemig Distribuição
- (2) Gasmig
- (3) Deságio na 7ª emissão das debêntures - 2ª série, pela Cemig Distribuição.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2019, é garantido da seguinte forma:

	31/12/2019
Nota promissória, aval e fiança	9.247.367
Aval e Recebíveis	3.652.078
Recebíveis	309.213
Ações	608.385
Sem garantia	958.988
TOTAL	14.776.031

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Moedas								
Dólar Norte-Americano	47.533	-	-	-	6.062.260	-	-	6.109.793
Total por moedas	47.533	-	-	-	6.062.260	-	-	6.109.793
Indexadores								
IPCA (1)	1.026.648	881.301	588.187	237.196	237.196	995.507	758.311	4.724.346
UFIR/RGR (2)	11.221	3.407	3.265	2.375	-	-	-	20.268
CDI (3)	1.465.331	906.683	569.535	560.000	270.000	-	-	3.771.549
URTJ/TJLP (4)	201.561	20.902	20.967	-	-	-	-	243.430
IGP-DI (5)	3.485	623	590	590	294	-	-	5.582
Total por indexadores	2.708.246	1.812.916	1.182.544	800.161	507.490	995.507	758.311	8.765.175
(-) Custos de transação	(9.530)	(10.167)	(905)	(881)	(19.168)	(3.392)	(3.248)	(47.291)
(±) Recursos antecipados	-	-	-	-	(30.040)	-	-	(30.040)
(-) Deságio	-	-	-	-	-	(10.803)	(10.803)	(21.606)
Total geral	2.746.249	1.802.749	1.181.639	799.280	6.520.542	981.312	744.260	14.776.031

Controladora	2020	2021	Total
Indexadores			
CDI (3)	-	48.529	48.529
Total por indexadores	-	48.529	48.529
(-) Custos de transação	-	(277)	(277)
Total geral	-	48.252	48.252

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
(4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ) / Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);
(5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada em 2019	Variação % Acumulada em 2018	Indexador	Variação % Acumulada em 2019	Variação % Acumulada em 2018
Dólar Norte-Americano	4,02	17,13	IPCA	4,31	3,75
			CDI	5,97	6,40
			TJLP	(20,20)	(0,29)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Saldos iniciais	14.771.828	14.397.697	45.081	-
Saldo de empréstimos advindo da incorporação da Cemig Telecom	-	-	-	65.032
Passivos oriundos de Combinação de Negócios	-	163.367	-	-
Saldo inicial para fins de consolidação	14.771.828	14.561.064	45.081	65.032
Empréstimos e financiamentos obtidos	4.510.000	2.996.269	-	-
Custo de transação	(10.183)	(16.141)	-	-
Recursos antecipados	-	9.625	-	-
Deságio na emissão de títulos	(23.095)	-	-	-
Financiamentos Obtidos Líquidos dos Custos de Captação	4.476.722	2.989.753	-	-
Variação monetária	141.782	133.815	-	-
Variação cambial	225.992	582.193	-	-
Encargos financeiros provisionados	1.249.632	1.287.260	2.998	3.109
Amortização do custo de transação	37.616	32.907	173	434
Encargos financeiros pagos	(1.264.800)	(1.290.348)	-	(894)
Amortização de principal	(4.883.218)	(3.526.800)	-	(22.600)
Subtotal	14.755.554	14.769.844	48.252	45.081
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	20.477	1.984	-	-
Saldos finais	14.776.031	14.771.828	48.252	45.081

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

As controladas Cemig D e Gasmig incorporaram ao custo de construção da infraestrutura de concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2019	2018
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.249.632	1.287.260
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - intangível e ativo de contrato (1) (notas 17 e 20)	(22.735)	(30.801)
Efeito líquido no resultado	1.226.897	1.256.459

(1) A taxa média de capitalização foi de 6,79% a.a. em 2019 (9,64% a.a. em 2018).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido Cemig (garantidora)	Índice requerido Parajuru e Volta do Rio	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures Cemig GT (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	-	Semestral e anual
Eurobonds Cemig GT (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	-	Semestral e anual
7ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida Líquida / Ebitda ajustado	Manter índice igual ou inferior a: 3,8 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 em diante	-	Semestral e anual
	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	-	Anual
Debêntures	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	-	Anual
GASMIG (3)	EBITDA/Resultado Financeiro Líquido	Igual ou maior que 2,5	-	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 4,0 em 31/12/2019 Igual ou menor que 2,5 a partir de 31/12/2020	-	-	Anual
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	-	-	Manter índice igual ou superior a 1,20	Anual (durante o período de amortização)
Parajuru e Volta do Rio (4)	Patrimônio Líquido/Passivo Total	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente
	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente

- (1) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.
- (2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 1,75x (2,0 x em dez/17) e um covenant “de incorrência” de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x.
- (3) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados da data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).
- (4) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem Covenants Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020.

As cláusulas restritivas permanecem em conformidade em 31 de dezembro de 2019, com exceção do descumprimento de “Covenant” não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Desta forma, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o montante de R\$178.226, referente aos empréstimos dessas controladas, que originalmente estavam classificados no passivo não circulante, exclusivamente, para atendimento ao requerimento do item 69 do CPC 26 (R1). Adicionalmente, a Companhia avaliou os possíveis desdobramentos desse assunto nos seus demais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que não seriam necessários ajustes adicionais.



As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento permanente foram atendidas em 31 de dezembro de 2019.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 33.

25. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	2019	2018
Passivo		
Reserva global de reversão – RGR	30.494	29.068
Conta de desenvolvimento energético – CDE	58.327	122.217
Taxa de fiscalização da Aneel	2.620	2.329
Eficiência energética	254.595	257.956
Pesquisa e desenvolvimento	199.385	224.970
Pesquisa expansão sistema energético	3.206	2.536
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	6.325	4.746
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - PROINFA	8.353	6.631
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	9.767	5.804
Encargo de capacidade emergencial	26.325	30.994
Outros	4.640	5.686
	604.037	692.937
Passivo circulante	456.771	514.412
Passivo não circulante	147.266	178.525

26. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig e suas controladas são patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.



Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A tem a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Cemig, Cemig GT e Cemig D mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) /IAS 19 - Benefícios a empregados e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2019.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - FORLUZ

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$566.381 (R\$651.966 em 31 de dezembro de 2018). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2019, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência dos déficits de 2015, 2016 e 2017 apurados no Plano A é de R\$550.151 (R\$377.449 em 31 de dezembro de 2018, referente aos déficits de 2015 e 2016). A celebração dos contratos ocorreu em maio de 2017, março de 2018 e abril de 2019 para os déficits de 2015, 2016 e 2017, respectivamente. As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, e até 2033 para o déficit de 2017. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas são conforme segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total em 31/12/2019
Valor Presente das Obrigações	13.285.833	3.102.178	60.504	573.876	17.022.391
Valor Justo dos Ativos do Plano	(10.366.512)	-	-	-	(10.366.512)
Passivo Líquido inicial	2.919.321	3.102.178	60.504	573.876	6.655.879
Ajuste ao Teto de Ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	52.815	-	-	-	52.815
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	2.972.136	3.102.178	60.504	573.876	6.708.694

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total em 31/12/2018
Valor Presente das Obrigações	11.073.328	2.343.799	47.552	427.383	13.892.062
Valor Justo dos Ativos do Plano	(9.062.611)	-	-	-	(9.062.611)
Passivo Líquido inicial	2.010.717	2.343.799	47.552	427.383	4.829.451
Ajuste ao Teto de Ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	158.893	-	-	-	158.893
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	2.169.610	2.343.799	47.552	427.383	4.988.344

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2017	10.545.473	1.809.441	38.505	269.880	12.663.299
Custo do serviço corrente	3.522	9.702	231	1.592	15.047
Juros sobre a obrigação atuarial	959.279	172.621	3.581	25.448	1.160.929
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas					
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	466.630	401.690	8.149	26.800	903.269
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(20.080)	68.231	(457)	112.824	160.518
	446.550	469.921	7.692	139.624	1.063.787
Benefícios pagos	(881.496)	(117.886)	(2.457)	(9.161)	(1.011.000)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2018	11.073.328	2.343.799	47.552	427.383	13.892.062
Custo do serviço corrente	935	14.109	329	2.555	17.928
Juros sobre a obrigação atuarial	963.077	208.235	4.225	38.405	1.213.942
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	6.165	290	15	(55)	6.415
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	2.058.532	575.763	11.311	130.034	2.775.640
Decorrentes de ajustes com base na experiência	83.209	91.155	(434)	(14.295)	159.635
	2.147.906	667.208	10.892	115.684	2.941.690
Benefícios pagos	(899.413)	(131.173)	(2.494)	(10.151)	(1.043.231)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2019	13.285.833	3.102.178	60.504	573.876	17.022.391

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017	8.546.329
Retorno real dos investimentos	1.220.248
Contribuições do Empregador	177.530
Benefícios pagos	(881.496)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2018	9.062.611
Retorno real dos investimentos	2.003.879
Contribuições do Empregador	199.435
Benefícios pagos	(899.413)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2019	10.366.512

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2019 e 2018 são como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do Serviço Corrente	935	14.109	329	2.555	17.928
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	963.077	208.235	4.225	38.405	1.213.942
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(767.316)	-	-	-	(767.316)
Estimativa de despesa total em 2019 conforme cálculo atuarial	196.696	222.344	4.554	40.960	464.554

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do Serviço Corrente	3.522	9.702	231	1.592	15.047
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	959.279	172.621	3.581	25.448	1.160.929
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(770.865)	-	-	-	(770.865)
Estimativa de despesa total em 2018 conforme cálculo atuarial	191.936	182.323	3.812	27.040	405.111

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	2.068.355	1.809.441	38.505	269.880	4.186.181
Despesa reconhecida no resultado	191.936	182.323	3.812	27.040	405.111
Contribuições pagas	(177.530)	(117.886)	(2.457)	(9.161)	(307.034)
Perdas (ganhos) atuariais	86.849	469.921	7.692	139.624	704.086
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	2.169.610	2.343.799	47.552	427.383	4.988.344
Despesa reconhecida no resultado	196.696	222.344	4.554	40.960	464.554
Contribuições pagas	(199.435)	(131.173)	(2.494)	(10.151)	(343.253)
Perdas (ganhos) atuariais	805.265	667.208	10.892	115.684	1.599.049
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	2.972.136	3.102.178	60.504	573.876	6.708.694
Passivo Circulante				31/12/2019	31/12/2018
Passivo Não Circulante				287.538	252.688
				6.421.156	4.735.656

Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	333.484	111.568	2.659	11.786	459.497
Despesa reconhecida no resultado	31.668	10.774	257	1.281	43.980
Contribuições pagas	(8.735)	(7.223)	(155)	(335)	(16.448)
Perdas (ganhos) atuariais	937	17.069	437	3.979	22.422
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	357.354	132.188	3.198	16.711	509.451
Despesa reconhecida no resultado	32.589	12.255	303	1.649	46.796
Contribuições pagas	(9.812)	(8.588)	(168)	(406)	(18.974)
Perdas (ganhos) atuariais	123.661	47.926	1.504	3.144	176.235
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	503.792	183.781	4.837	21.098	713.508
Passivo circulante				31/12/2019	31/12/2018
Passivo não circulante				23.747	13.774
				689.761	495.677

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$408.464 (R\$337.005 em 2018), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$56.090 (R\$68.106 em 2018).

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2020 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.495	20.987	506	3.690	26.678
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	886.651	215.075	4.216	40.695	1.146.637
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(682.361)		-	-	(682.361)
Estimativa da despesa total em 2020 conforme laudo atuarial	205.785	236.062	4.722	44.385	490.954

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2020 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	898.250	140.869	2.666	16.825	1.058.610

A Companhia e suas controladas Cemig GT e Cemig D têm a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2020 no montante de R\$285.576 para amortização de déficit do Plano A e de R\$79.499 para o plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida
Plano A	Plano B			
9,54	11,55	12,82	13,17	16,93

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2019	2018
Ações	9,51%	7,11%
Títulos de Renda Fixa	72,28%	71,92%
Imóveis	3,79%	4,69%
Outros	14,42%	16,28%
Total	100,00%	100,00%

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

	2019	2018	2017
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia e suas controladas	398.652	379.786	363.616
Ações emitidas pela Companhia	23.852	34.947	9.826
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia e suas controladas	502.751	662.429	725.000
	925.255	1.077.162	1.098.442

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2019			2018		
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	6,87%	7,09%	7,19%	9,02%	9,60%	9,57%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	6,87%	Não aplicável	Não aplicável	9,02%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	3,61%	3,61%	3,61%	4,01%	4,00%	4,00%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	3,61%	Não aplicável	4,85%	4,01%	Não aplicável	6,08%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-49 M	MI-85 F	MI-85 F	AT 49 M	Winklevoss D30%	Winklevoss D30%
Crescimento real das contribuições acima da inflação (1)	-	1%	-	-	1%	-

(1) A partir de 2018, foi adotada a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação, de 1% a.a.

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2019:

Efeitos na obrigação de benefício definido - consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Desagravamento da tabela de mortalidade em 1 ano	334.825	84.387	1.341	(14.837)	405.716
Agravamento da tabela de mortalidade em 1 ano	(336.099)	(60.594)	(1.351)	15.812	(382.232)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	1.582.601	496.595	9.988	121.758	2.210.942

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial.

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

27. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2019
Trabalhistas	456.889	179.913	(43.766)	(95.716)	497.320
Cíveis					
Relações de consumo	18.876	20.642	(795)	(20.409)	18.314
Outras ações cíveis	29.011	16.119	(12.286)	(15.077)	17.767
	47.887	36.761	(13.081)	(35.486)	36.081
Tributárias	51.894	1.236.419	(8.314)	(19.558)	1.260.441
Regulatórias	36.691	2.368	(590)	(1.680)	36.789
Outras	47.310	13.752	(2.519)	(1.110)	57.433
Total	640.671	1.469.213	(68.270)	(153.550)	1.888.064

	Consolidado				
	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2018
Trabalhistas	473.874	67.076	(25.387)	(58.674)	456.889
Cíveis					
Relações de consumo	18.632	17.273	(524)	(16.505)	18.876
Outras ações cíveis	43.105	9.878	(14.340)	(9.632)	29.011
	61.737	27.151	(14.864)	(26.137)	47.887
Tributárias	57.048	4.670	(9.332)	(492)	51.894
Regulatórias	39.812	8.593	(10.393)	(1.321)	36.691
Outras	45.642	7.809	0	-2.184	47.310
Total	678.113	115.299	(63.933)	(88.808)	640.671

	Controladora				
	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2019
Trabalhistas	32.807	17.663	(2.266)	(6.026)	42.178
Cíveis					
Relações de consumo	931	267	(390)	(261)	547
Outras ações cíveis	759	1.041	(531)	(13)	1.256
	1.690	1.308	(921)	(274)	1.803
Tributárias	11.269	178.351	(6.816)	(21.391)	161.413
Regulatórias	17.180	476	(175)	(270)	17.211
Outras	1.258	179	(615)	-	822
Total	64.204	197.977	(10.793)	(27.961)	223.427

	Controladora					
	31/12/2017	Incorporação da Cemig Telecom	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2018
Trabalhistas	38.603	22	7.406	(7.620)	(5.604)	32.807
Cíveis		-				
Relações de consumo	1.024	-	697	(100)	(690)	931
Outras ações cíveis	958	-	3.180	(444)	(2.935)	759
	1.982	-	3.877	(544)	(3.625)	1.690
Tributárias	7.473	-	4.076	(263)	(17)	11.269
Regulatórias	13.959	-	4.190	-	(969)	17.180
Outras	1.177	-	257	(67)	(109)	1.258
Total	63.194	22	19.806	(8.494)	(10.324)	64.204

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da posição financeira da Companhia e de suas controladas.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.



O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.678.903 (R\$1.724.929 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$487.101 foram provisionados (R\$456.889 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos. O montante estimado da contingência é de R\$106.484 (R\$87.573 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$10.219 foram provisionados mediante avaliação da Companhia dos efeitos da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3), em maio de 2019, acerca do acórdão publicado pelo TST, nos processos classificados com probabilidade de perda provável que se encontram em fase de execução. Nenhuma provisão adicional foi constituída, uma vez que a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou a probabilidade de perda do mérito como possível, em função da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$67.771 (R\$66.399 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$18.314 (R\$18.876 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$299.921 (R\$277.048 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$17.767 (R\$29.011 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.



Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é, aproximadamente, de R\$203.872 (R\$160.420 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$42.999 (R\$46.472 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R\$78.883 (R\$142.210 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$4.002 foram provisionados (R\$5.422 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido decisões favoráveis em alguns casos, sendo este o principal fato que levou à redução do valor da contingência.

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.450.963 (R\$1.264.460 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$1.213.440 foram provisionados em 2019, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$46.911 (R\$15.154 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$55 foram provisionados (R\$1.257 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.



Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionados, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$280.293 (R\$259.800 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$36.789 (R\$36.691 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$40.762 (R\$36.280 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$321.567 (R\$291.262 em 31 de dezembro de 2018) dos quais R\$4.002 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$451.941 (R\$188.743 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$12.614 foram provisionados (R\$11.030 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:



Indenização do anuênio

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia e suas controladas impetraram mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, que atualizado representa o valor de R\$282.071 (R\$274.871 em 31 de dezembro de 2018), registrado na conta de depósitos vinculados a litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$289.086 (R\$303.584 em 31 de dezembro de 2018) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é, aproximadamente, R\$112.311 (R\$155.177 em 31 de dezembro de 2018). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$160.277 (R\$145.689 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).



Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, por meio da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$229.906 (R\$221.414 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$400.075 (R\$349.760 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços – ICMS

Em 26 de dezembro de 2019, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou auto de infração contra a controlada Gasmig, no valor total de R\$4.446, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 01 a 31 de dezembro de 2014, alegando divergência entre a fórmula de cálculo utilizada pela controlada e o entendimento do fisco. O auto é composto de R\$1.341 de principal, R\$2.161 de multas e R\$945 de juros. Em 23 de janeiro de 2020, foi emitido o segundo auto de infração, no valor de R\$4.330, relativo ao período de 01 a 31 de janeiro de 2015, com a mesma alegação, composto de R\$1.308 de principal, R\$2.108 de multas e R\$913 de juros.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Companhia, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 31 de dezembro de 2019, o valor estimado da contingência para o período de prescrição de cinco anos é de R\$89.232.



Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$959.269 (R\$975.196 em 31 de dezembro de 2018), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas nas Resoluções 414 e 456 da Aneel.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$343.469 (R\$317.460 em 31 de dezembro de 2018). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.



Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Cemig GT é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Cemig GT efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Em junho de 2019, o processo foi baixado, tendo em vista que a ação anulatória proposta pela Autora (APINE) transitou em julgado, tornando definitivo e irreversível o provimento jurisdicional que declarou a nulidade da Resolução CNPE nº 3/2013, na parte em que esta inclui os agentes de geração no rateio do custo do despacho adicional de usina para garantir o suprimento energético, mantendo-se definitivamente intacta a sistemática da Resolução CNPE nº 8/2007.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$326.719 (R\$302.890 em 31 de dezembro de 2018). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Cemig GT invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Cemig GT interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, sendo a decisão final de competência do STJ e do STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$165.299 (R\$148.205 em 31 de dezembro de 2018).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$95.215 (R\$87.159 em 31 de dezembro de 2018).

Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$425.927 (R\$412.054 em 31 de dezembro de 2018) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Desequilíbrio Contratual

A Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$148.904 (R\$90.288 em 31 de dezembro de 2018). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Companhia era de R\$7.293.763, representado por 487.614.213 ações ordinárias e 971.138.388 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00, conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	Quantidade de Ações em 2019					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	248.516.953	51	11.323	-	248.528.276	17
Outras Entidades do Estado	19.896	-	1.411.276	-	1.431.172	-
FIA Dinâmica Energia S.A.	48.700.000	10	55.133.744	6	103.833.744	7
BNDES Participações	54.342.992	11	26.220.938	3	80.563.930	6
Outros						
No País	101.170.317	21	328.982.856	34	430.153.173	29
No Exterior	34.864.055	7	559.378.251	57	594.242.306	41
Total	487.614.213	100	971.138.388	100	1.458.752.601	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 2018					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	248.480.146	51	-	-	248.480.146	17
Outras Entidades do Estado	56.703	-	647.647	-	704.350	-
FIA Dinâmica Energia S.A.	48.200.000	10	55.905.344	6	104.105.344	7
BNDES Participações	54.342.992	11	26.220.938	3	80.563.930	5
Outros						
No País	105.402.202	22	370.338.947	38	475.741.149	33
No Exterior	31.132.170	6	518.025.512	53	549.157.682	38
Total	487.614.213	100	971.138.388	100	1.458.752.601	100

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

b) Lucro por ação

	Quantidade de ações	
	2019	2018
Ações ordinárias já capitalizadas	487.614.213	487.614.213
Ações em tesouraria	(69)	(69)
	487.614.144	487.614.144
Ações preferenciais já capitalizadas	971.138.388	971.138.388
Ações em tesouraria	(560.649)	(560.649)
	970.577.739	970.577.739
Total	1.458.191.883	1.458.191.883

Lucro básico e diluído por ação

As ações preferenciais da Companhia têm direito a um dividendo mínimo obrigatório, conforme descrito no item “e”.

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 33 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	3.127.398	1.700.099
Dividendo mínimo obrigatório para as ações preferenciais oriundo do lucro do exercício	508.639	577.311
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações preferenciais	1.572.958	554.281
Total do lucro para as ações preferenciais (A)	2.081.597	1.131.592
Dividendo mínimo obrigatório para as ações ordinárias	255.542	290.039
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações ordinárias	790.259	278.468
Total do lucro para as ações ordinárias (B)	1.045.801	568.507
Lucro básico e diluído por ação (A/número de ações)	2,14	1,17
Lucro básico e diluído por ação (B/número de ações)	2,14	1,17

	2019	2018
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas	2.903.331	1.377.530
Dividendo mínimo obrigatório para as ações preferenciais oriundo das atividades em continuidade	508.639	577.311
Lucro não distribuído oriundo de operações em continuidade – ações preferenciais	1.423.818	339.573
Total do lucro para as ações preferenciais oriundo das atividades em continuidade (A.1)	1.932.457	916.884
Dividendo mínimo obrigatório para as ações ordinárias oriundo das atividades em continuidade	255.542	290.039
Lucro não distribuído oriundo de operações em continuidade – ações ordinárias	715.332	170.607
Total do lucro para as ações ordinárias oriundo das atividades em continuidade (B.1)	970.874	460.646
Lucro básico e diluído por ações preferenciais – operações em continuidade (A.1/número de ações)	1,99	0,95
Lucro básico e diluído por ações ordinárias – operações em continuidade (B.1/número de ações)	1,99	0,95

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	2019	2018
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(343.602)	(256.943)
Controlada e controlada em conjunto		
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(2.650.198)	(1.681.484)
Custo atribuído de imobilizado	586.379	611.191
Ajustes de conversão de balanço	362	362
Outros	139	87
	(2.063.318)	(1.069.844)
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.406.920)	(1.326.787)

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial.



Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

d) Reservas

Reservas de Capital

	2019	2018
Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
Ágio na Emissão de Ações	394.448	394.448
Correção Monetária do Capital	7	7
Ações em Tesouraria	(1.362)	(1.362)
	2.249.721	2.249.721

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se, basicamente, à compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

Reservas de Lucros

	2019	2018
Reserva legal	853.018	853.018
Reserva estatutária	57.215	57.215
Reserva de retenção de lucros	5.500.330	3.965.160
Reserva de lucros a realizar	834.603	-
Reserva de incentivos fiscais	85.039	66.783
Reserva de dividendos obrigatórios não distribuído	1.419.846	1.419.846
	8.750.051	6.362.022

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

Reserva Estatutária

Destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social da Companhia.



Reserva de Retenção de Lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia suportados pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

O cálculo da reserva de retenção de lucros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	3.127.398	1.700.099
Dividendos prescritos	-	42.464
Reserva de Incentivos Fiscais	(18.256)	(9.237)
Realização do custo atribuído	24.812	42.497
Ajuste de adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 e CPC 47/ IFRS 15	-	(157.266)
Dividendos propostos	(764.181)	(867.350)
Reserva de lucros a realizar	(834.603)	
Retenção de lucros para garantir a execução do programa de investimentos	1.535.170	751.207

Reserva de Lucros a Realizar

O artigo 197 da Lei das SA permite que a Companhia constitua reserva de lucros a realizar quando o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

Em 2019, a Cemig apresentou um resultado líquido positivo de equivalência patrimonial de R\$2.834.411, que poderia ser considerado como parcela não realizada do lucro líquido do exercício, em conformidade ao previsto no referido artigo da Lei, bem como o resultado de equivalência patrimonial das investidas pode não ser realizado financeiramente em 2020, tendo em vista o atual cenário macroeconômico, não sendo ainda possível estimar os possíveis efeitos no caixa e nos resultados das investidas em função da pandemia do COVID-19 – coronavírus, conforme divulgado na nota explicativa nº 39.

Por sua vez, a constituição da reserva de lucros a realizar não poderá prejudicar o pagamento dos dividendos estatutários das ações preferenciais, que representam o valor de R\$485.569, conforme descrito em maiores detalhes na letra “f” desta nota. Adicionalmente, considerando que a constituição da reserva de lucros a realizar é opcional, a Administração decidiu propor remunerar de forma igualitária os acionistas portadores de ações ordinárias, tendo em vista a expectativa de capacidade financeira da Companhia.

Desta forma, considerando que os dividendos estatutários se destacados integralmente, correspondentes a 50% do lucro líquido, representariam o valor de R\$1.563.699 e as expectativas de realização financeira do resultado do exercício, conforme mencionado anteriormente, a Administração da Companhia está propondo a constituição de reserva de lucros a realizar no montante de R\$834.603, cujo cálculo está demonstrado a seguir.



	2019
Dividendos mínimos obrigatórios conforme estatuto (50% do lucro líquido)	1.563.699
Dividendos mínimos obrigatórios das ações preferenciais	(485.569)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos para ações ordinárias	(243.527)
Reservas de lucro a realizar	834.603

Os valores constantes da reserva de lucros a realizar somente poderão ser utilizados no pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Assim, tais valores deverão acrescer ao primeiro dividendo declarado após a realização financeira da reserva, salvo nas hipóteses de já terem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes.

Reserva de Incentivos Fiscais

As controladas Cemig D e GT possuem o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O valor do incentivo registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$18.256 (R\$9.237 em 2018), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. O saldo da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2019 alcança o montante de R\$85.039 (R\$66.783 em 31 de dezembro de 2018). Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos

	2019
Dividendos retidos sob o lucro de 2015	622.530
Dividendos retidos sob o lucro de 2014	797.316
	1.419.846

Estes dividendos foram retidos nos exercícios de 2015 e 2014, na conta de Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, e, conforme proposta já aprovada nas Assembléias Gerais Ordinárias de 2016 e 2015, os dividendos retidos serão pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir. A Administração da Companhia, face às incertezas presentes no cenário macroeconômico atual, concluiu que a situação financeira ainda não permite o pagamento desses dividendos retidos.

e) Direitos e preferências das ações ordinárias e preferenciais

Todos os detentores de ações ordinárias da Cemig têm direito de voto na eleição de membros de nosso Conselho de Administração. Nos termos da Lei Brasileira das Sociedades por Ações, qualquer acionista detentor de no mínimo 5% das ações ordinárias em circulação da Cemig pode requerer a adoção de procedimento de voto múltiplo, que confere a cada ação um número de votos igual ao número de membros a serem eleitos para o nosso Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de acumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.



Os detentores de ações ordinárias representativas de no mínimo 15% do capital social da Cemig, bem como detentores de ações preferenciais representativas de no mínimo 10% de nosso capital social (que não do acionista controlador) terão o direito de nomear um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente em votação em separado. Caso nenhum dos detentores de ações ordinárias ou ações preferenciais se enquadre nos limites mínimos mencionados acima, os acionistas que representarem no total no mínimo 10% de nosso capital social poderão combinar suas participações para eleger um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente.

Em conformidade ao artigo 171 da Lei das SA, é estabelecido que cada acionista possui direito de preferência genérico na subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações emitidos em qualquer aumento de capital, na proporção de seu percentual de participação acionária, exceto na hipótese do exercício de qualquer opção para adquirir ações de nosso capital social. Os acionistas devem exercer seus direitos de preferência no prazo de 30 dias a contar da publicação do aviso de aumento de capital.

Os direitos de dividendos das ações preferenciais e ordinárias estão descritos no item a seguir.

f) Dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam na distribuição de bonificações em igualdade de condições com as ações ordinárias. Adicionalmente, as ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores: (i) 10% sobre o seu valor nominal e, (ii) 3% do valor do patrimônio líquido das ações, quando da ocorrência de lucro.

Nos exercícios em que a Companhia não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, as ações emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, garantido pelo Estado de Minas Gerais, e não pela Companhia, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951 e da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004.

De acordo com o Estatuto Social, caso a Companhia seja capaz de pagar dividendos acima do mínimo obrigatório exigido para os acionistas preferenciais, e o restante do lucro líquido seja suficiente para oferecer dividendos iguais para ambas as ações ordinárias e preferenciais, então o dividendo por ação será o mesmo para ambos os detentores de ações ordinárias e preferenciais. Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Cálculo dos dividendos mínimos propostos

O cálculo dos dividendos mínimos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício, considerando a existência de parcela não realizada do lucro líquido do exercício, está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2019	2018
Cálculo dos dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais		
Valor nominal das ações preferenciais já capitalizadas	4.855.692	4.855.692
	4.855.692	4.855.692
Percentual sobre o valor nominal das ações preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	485.569	485.569
Valor do patrimônio líquido	15.886.615	14.578.719
Percentual das ações preferenciais sobre o patrimônio líquido (líquido de ações em tesouraria)	66,56%	66,56%
Participação das ações preferenciais no patrimônio líquido	10.574.131	9.703.595
Percentual sobre o valor do patrimônio líquido das ações	3,00%	3,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	317.224	291.108
Dividendos estatutários mínimos obrigatórios das ações preferenciais	485.569	485.569
Cálculo dos dividendos mínimos estatutários com base no lucro líquido do exercício		
Dividendos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	3.127.398	1.700.099
	50%	50%
Dividendo obrigatório – 50,00% do lucro líquido	1.563.699	850.050
Constituição de reserva de lucros a realizar	(834.603)	-
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	35.085	17.300
	764.181	867.350
Dividendos registrados em conformidade ao previsto no Estatuto		
Juros sobre o capital próprio	400.000	210.000
Dividendos ordinários	364.181	657.350
	764.181	867.350
Total dos dividendos para ações preferenciais	508.639	577.311
Total dos dividendos para ações ordinárias	255.542	290.039
Dividendos por valor unitário – R\$		
Dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais	0,50	0,50
Dividendo obrigatório (incluindo o IRRF sobre os juros sobre o capital próprio)	0,52	0,59
Dividendos propostos - ON	0,52	0,59
Dividendos propostos - PN	0,52	0,59

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	863.703	861.420
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	764.181	764.181
Dividendos propostos – Participação de não controladores	727	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(35.085)	(35.085)
Dividendos retidos – Governo do Estado de Minas Gerais (nota 13)	(147.798)	(147.798)
Dividendos pagos	(701.137)	(700.199)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	744.591	742.519



Destinação do Resultado de 2019 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada em 30 de abril de 2020, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2019, no montante de R\$3.127.398 e do saldo de realização do custo atribuído de Imobilizado no montante de R\$24.812.

- R\$764.181 sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia, conforme segue:
 - R\$400.000 na forma de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”), a ser pago em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2020 e a segunda até 30 de dezembro de 2020, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 23 de dezembro de 2019;
 - R\$364.181 na forma de dividendos de 2019, a ser pago em parcela única até 30 de dezembro de 2020, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO.
- R\$834.603 sejam destinados à Reserva de Lucros a Realizar, considerando o resultado líquido positivo em equivalência patrimonial de controladas e coligadas e ainda não realizado financeiramente.
- R\$1.535.170 sejam destinados à Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2020, conforme orçamento de capital.
- R\$18.256 sejam destinados à Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2019 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

Conforme previsto no artigo 202 da lei das SA, caso ocorra o recebimento dos dividendos das investidas referentes ao exercício de 2019, ainda pendentes da realização financeira por parte dessas investidas, a reversão da reserva de lucros a realizar fará parte do cálculo do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2020.

g) Aumento de Capital – Proposta da Administração

Considerando que, em 31 de dezembro de 2019, as reservas de lucros, exceto as reservas de incentivos fiscais, excedem o capital social em R\$536.646, o Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a proposta de aumento do capital social de R\$7.293.763 para R\$7.593.763, conforme art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76.

h) Participação de não controladores no patrimônio líquido

A movimentação das participações acumuladas de não controladores no patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

Investida	Gasmig	Light S.A	LightGer	Guanhães	Axxion	UHE Itaocara	Total
31 de dezembro de 2018	4.306	1.277.098	21.973	50.158	4.402	2.671	1.360.608
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores	675	-	-	-	-	-	675
Aumento de capital de acionistas não controladores	-	-	-	10.291	-	-	10.291
Outros resultados abrangentes	(4)	-	-	-	-	-	(4)
Dividendos propostos a acionistas não controladores (1)	(727)	-	-	-	-	-	(727)
Baixa da participação de não controladores em razão da perda de controle (nota 34)	-	(1.277.098)	(21.973)	(60.449)	(4.402)	(2.671)	(1.366.593)
31 de dezembro de 2019	4.250	-	-	-	-	-	4.250

(1) Foram declarados dividendos para acionistas não controladores referentes ao exercício de 2018 no montante de R\$489 e juros sobre o capital próprio a serem imputados aos dividendos obrigatórios referentes ao exercício de 2019, no montante de R\$238.

Lucro líquido alocado às participações de não controladores:

Empresa	Consolidado	
	2019	2018
Gasmig	675	761
Total	675	761

29. RECEITA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecida em bases mensais na medida em que ocorre: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

	Consolidado	
	2019	2018
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	26.927.559	24.871.995
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	2.722.444	2.044.599
CVA e outros componentes financeiros (c)	57.988	1.973.064
Receita de transmissão		
Receita de concessão da transmissão (d)	504.314	410.852
Receita de construção de transmissão (e)	220.390	95.712
Receita de indenização de transmissão (f)	155.013	250.375
Receita de indenização de geração	-	55.332
Receita de construção de distribuição (e)	979.308	801.778
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (g)	17.839	325
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (h)	318.266	321.427
Transações com energia na CCEE (i)	431.994	217.218
Fornecimento de gás	2.298.114	1.995.406
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(57.897)	(44.326)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins (Nota 10)	1.427.786	-
Outras receitas operacionais (j)	1.723.059	1.584.094
Impostos e encargos incidentes sobre a receita (k)	(12.335.871)	(12.311.634)
Receita operacional líquida	25.390.306	22.266.217

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

Reconhecidas por meio da entrega de energia elétrica, sendo a receita registrada na medida do faturamento, com base nas tarifas homologadas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor (cliente).

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	2019	2018	2019	2018
Residencial	10.538.342	10.266.434	9.668.228	8.658.157
Industrial	16.024.427	17.689.182	4.759.705	4.892.887
Comércio, serviços e outros	9.567.381	8.380.346	5.438.774	4.683.418
Rural	3.795.374	3.615.402	2.058.354	1.793.459
Poder público	904.879	871.325	653.551	574.975
Iluminação pública	1.357.293	1.383.878	614.318	585.260
Serviço público	1.371.992	1.315.479	724.904	646.399
Subtotal	43.559.688	43.522.046	23.917.834	21.834.555
Consumo Próprio	37.827	41.244	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	133.930	47.602
	43.597.515	43.563.290	24.051.764	21.882.157
Suprimento a outras concessionárias (2)	11.447.786	11.991.355	2.942.687	3.001.538
Suprimento não faturado líquido	-	-	(66.892)	(11.700)
Total	55.045.301	55.554.645	26.927.559	24.871.995

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores, cobrados com base na tarifa definida pelo órgão regulador.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no exercício corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

d) Receita de Concessão da Transmissão

A Receita de Concessão de Transmissão corresponde à parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção (O&M) da rede de linhas de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo de contrato, decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R\$14.389 no exercício de 2019 (R\$12.934 em 2018). A Companhia está sujeita à penalidade pecuniária denominada Parcela Variável – PV a qual é aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. Essa penalidade é reconhecida como redução da receita de operação e manutenção da rede de transmissão no período em que ocorre. Em 31 de dezembro de 2019 os efeitos da Parcela Variável na receita de transmissão foram de R\$8.842 (R\$11.497 em 31 de dezembro de 2018).

e) Receita de Construção

Corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pelas controladas no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com as adições aos ativos da infraestrutura. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

f) Receita de Indenização de Transmissão

Correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização de transmissão a receber, conforme descrito na nota explicativa nº 16.

g) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

h) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 16.

i) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

j) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	2019	2018
Serviço taxado	17.351	13.915
Prestações de serviços	183.292	188.361
Subvenções (1)	1.266.021	1.136.097
Aluguel e arrendamento	188.887	90.404
Ressarcimentos contratuais	64.640	144.433
Outras	2.868	10.884
	1.723.059	1.584.094

(1) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios governamentais incidentes nas tarifas aplicáveis aos clientes do serviço de distribuição e transmissão de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobras.

k) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	2019	2018
Tributos sobre a Receita		
ICMS	6.357.695	5.656.793
COFINS	2.395.494	2.547.105
PIS-PASEP	521.228	552.969
Outros	8.061	7.456
	9.282.478	8.764.323
Encargos do Consumidor		
Reserva global de reversão – RGR	16.007	19.178
Programa de eficiência energética – PEE	68.584	64.309
Conta de desenvolvimento energético – CDE	2.448.472	2.603.050
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	40.662	38.241
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	40.662	38.241
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	20.331	19.121
Encargos do consumidor – PROINFA	52.042	39.971
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	29.555	26.231
Compensação financeira utilização recursos hídricos	43.010	44.487
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	294.004	654.470
Outros	64	12
	3.053.393	3.547.311
	12.335.871	12.311.634

30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Pessoal (a)	1.271.518	1.410.491	26.768	35.879
Participação dos empregados e administradores no resultado	263.008	76.761	17.426	9.677
Obrigações pós-emprego (nota 26)	408.464	337.005	44.036	40.629
Materiais	91.138	104.416	3.396	1.438
Serviços de terceiros (b)	1.238.550	1.087.409	36.569	34.521
Energia elétrica comprada para revenda (c)	11.286.174	11.084.194	-	-
Depreciação e amortização (1)	958.234	834.593	4.525	1.278
Provisões e ajustes para perdas operacionais (d)	2.401.106	466.768	188.461	59.677
Encargos de uso da rede básica de transmissão	1.426.278	1.479.414	-	-
Gás comprado para revenda	1.435.728	1.238.085	-	-
Custos de construção da infraestrutura (e)	1.199.698	897.490	-	-
Outras despesas operacionais líquidas (f)	499.115	403.601	6.079	18.076
	22.479.011	19.420.227	327.260	201.175

(1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$4.563 no consolidado e R\$217 na controladora.

Para detalhes sobre os custos e despesas de operações descontinuadas, vide nota explicativa nº 34.

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2019

Em dezembro de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019), com período de adesão de 07 a 31 de janeiro de 2019, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, sem previsão de pagamento de prêmio adicional.

Em março de 2019, a Companhia aprovou a reabertura do programa de desligamento voluntário (PDVP 2019), com período de adesão de 1º a 10 de abril de 2019 e alteração dos requisitos para tanto, mantendo-se as mesmas condições financeiras.

O montante apropriado referente ao PDVP 2019 foi de R\$87.087 (613 empregados) sendo R\$ 65.596 (458 empregados) registrado no resultado de 2018 e R\$21.491 (155 empregados) registrado em março de 2019, quando da reabertura do Programa.

b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	127.947	128.732	-	-
Comunicação	68.552	79.782	2.171	12.683
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	403.690	323.395	29	28
Conservação e limpeza de prédios	109.598	110.088	248	850
Mão de obra contratada	16.912	21.209	15	356
Frete e passagens	6.958	7.372	1.216	1.974
Hospedagem e alimentação	13.970	11.918	198	233
Vigilância	17.989	20.350	-	-
Consultoria	23.822	15.851	8.327	8.824
Manutenção/conservação de móveis utensílios	5.381	4.101	15	15
Tecnologia da informação	63.026	58.969	1.313	3.071
Manutenção e conservação de veículos	2.944	2.147	3	1
Corte e religação	70.366	61.653	-	-
Meio ambiente	13.853	13.803	-	-
Serviços advocatícios	27.850	27.013	1.616	3.128
Podas de árvores	45.991	27.895	-	-
Limpeza de faixa	61.342	41.267	-	-
Reprografia e publicações legais	21.473	21.112	428	767
Inspeção de unidades consumidoras	14.124	9.562	-	-
Outras despesas	122.762	101.190	20.990	2.591
	1.238.550	1.087.409	36.569	34.521

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	2019	2018
Energia de Itaipu Binacional	1.429.355	1.350.891
Contratos por cotas de garantia física	714.957	679.153
Cotas das usinas de Angra I e II	269.173	266.846
Energia de curto prazo	1.886.472	1.817.746
PROINFA	375.442	324.545
Contratos bilaterais	310.979	483.836
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	3.021.012	3.345.848
Energia adquirida no ambiente livre	4.097.596	3.871.297
Geração distribuída	206.863	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(1.025.675)	(1.055.968)
	11.286.174	11.084.194

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 8)	237.733	264.416	-	-
Perdas estimadas (reversões) em outros créditos a receber (1)	10.706	(4.927)	1.277	7
Perdas estimadas em mútuos com partes relacionadas (3) (nota 32)	688.031	-	-	-
Provisão (reversão) para Contingências (2) (nota 27)				
Trabalhistas	136.147	41.689	15.397	(214)
Cíveis	23.680	12.287	387	3.333
Tributárias	1.228.105	(4.662)	171.535	3.813
Ambientais	(1.202)	1.239	-	-
Regulatórias	1.778	(1.800)	301	4.190
Outras	12.435	2.613	(436)	190
	1.400.943	51.366	187.184	11.312
	2.337.413	310.855	188.461	11.319
Ajustes para perdas				
Opção de venda RME e LEPSA	-	48.358	-	48.358
Opção de venda SAAG (nota 33)	63.693	107.555	-	-
	63.693	155.913	-	48.358
	2.401.106	466.768	188.461	59.677

(1) A perda estimada para outros créditos a receber é apresentada na demonstração de resultado como despesa operacional.

(2) As provisões para contingências da controladora são apresentadas na demonstração dos resultados do exercício como custos operacionais.

(3) Perdas estimadas sobre os valores a receber da Renova, como resultado de avaliação do risco de crédito da controlada em conjunto.

e) Custo de Construção de Infraestrutura

	Consolidado	
	2019	2018
Pessoal e administradores	85.469	69.960
Materiais	595.244	378.907
Serviços de terceiros	421.430	364.019
Outros	97.555	84.604
	1.199.698	897.490

f) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Arrendamentos e aluguéis (1)	19.572	93.572	2.156	5.143
Propaganda e publicidade	8.655	18.652	583	1.461
Consumo próprio de energia elétrica	20.582	26.511	-	-
Subvenções e doações	40.103	22.040	-	2.796
Concessão onerosa	2.958	2.681	-	-
Seguros	12.222	6.527	1.865	1.634
Anuidade CCEE	6.115	6.317	1	1
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	92.054	6.690	529	-
Forluz – custeio administrativo	30.086	28.001	1.460	1.255
Agentes arrecadadores	87.792	78.328	-	-
Obrigações derivadas de contratos de investimento (2)	32.088	-	-	-
Impostos e taxas	10.347	8.899	895	630
Outras despesas (3)	136.541	105.383	(1.410)	5.156
	499.115	403.601	6.079	18.076

- (1) A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos e aluguéis que se enquadram nos requisitos do IFRS 16 / CPC 06 passaram a ser registrados de acordo com a IFRS 16/ CPC 06 (R2), conforme notas explicativas nº 2.4 e 21. A Companhia e suas controladas possuem contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia e suas controladas. Nessa linha, permanecem os arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16 /CPC 06.
- (2) Refere-se a processos no âmbito de acordo realizado entre Aliança Geração, Vale S.A. e Cemig. O valor total das ações alcança o montante de R\$98 milhões, cabendo à Cemig o valor de R\$32 milhões.
- (3) As perdas registradas em ativos em curso (obras canceladas) estão líquidas da reversão das provisões constituídas em períodos anteriores. Inclui o ajuste por redução ao valor recuperável do intangível, no valor de R\$21.684.

31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	102.440	115.658	11.769	13.456
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	361.044	352.053	-	76
Variação monetária	29.623	19.296	2	36
Variação monetária – CVA (nota 16)	105.402	62.023	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	49.702	34.176	17.525	18.666
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas financeiras (1)	(128.033)	(68.040)	(64.166)	(26.753)
Ganhos com instrumentos financeiros (nota 33)	997.858	893.301	-	-
Rendas de Antecipação de Pagamento	4.809	28.345	2	123
Atualização financeira obtida em processo de arbitragem	-	76.896	-	-
Encargos de créditos com partes relacionadas	47.654	56.320	59	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (nota 10)	1.580.463	-	306.082	-
Outras	55.888	135.651	1.480	3.944
	3.206.850	1.705.679	272.753	9.548
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 24)	(1.226.897)	(1.256.459)	(2.998)	(3.109)
Amortização do custo de transação (nota 24)	(37.616)	(32.907)	(173)	(434)
Variações cambiais – empréstimos e financiamentos (nota 24)	(225.992)	(582.193)	-	-
Variações cambiais – Itaípu Binacional	(13.054)	(29.038)	-	-
Variação monetária – empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 24)	(141.782)	(133.815)	-	-
Variação monetária – Concessão Onerosa	(2.912)	(3.068)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego (nota 26)	(56.090)	(68.106)	(2.760)	(3.351)
Atualização financeira – adiantamento de clientes (nota 8)	(1.457)	(11.088)	-	-
Variação monetária de arrendamento (nota 21)	(33.834)	-	(485)	-
Despesas financeiras de P&D e PEE	(23.598)	(23.596)	-	-
Outras	(83.341)	(83.891)	(20.274)	(16.071)
	(1.846.573)	(2.224.161)	(26.690)	(22.965)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	1.360.277	(518.482)	246.063	(13.417)

(1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.

32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e revendedores (1)	345.929	244.960	-	-	166.263	163.152	-	-
ICMS - Antecipação (2)	-	-	-	-	-	10.902	-	-
Não circulante								
Contas a receber - AFAC (3)	115.202	245.566	-	-	17.448	18.182	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	13.622	12.957	39.623	34.510	(165.595)	(164.568)
Prestação de serviços (5)	626	1.792	-	-	7.195	11.884	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	103.033	90.664	-	-	-	-	-	-
Contingência (6)	-	-	32.088	-	-	-	(32.088)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	924	969	-	-	(7.958)	(10.614)
Prestação de Serviços (5)	-	211	-	-	1.021	898	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	5.745	5.669	57.860	64.111	67.648	70.491	(729.647)	(778.455)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (7)	-	6.785	-	-	-	8.767	-	-
Ressarcimento de energia descontratada (8)	3.504	42.046	-	-	4.246	1.532	-	-
Não circulante								

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ressarcimento de energia descontratada (8)	-	3.504	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	130	24.459	23.413	21.566	15.913	(227.625)	(202.301)
Adiantamento de entrega futura de energia (9)	40.081	-	-	-	-	-	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	1.541	-	-	-	(21.011)	(21.132)
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	1.387	1.303	-	-	(18.698)	(19.154)
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	567	544	4.916	4.151	(5.210)	(4.751)
Juros sobre capital próprio e dividendos	6.474	5.718	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.536	2.460	-	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	-	515	4.447	-	-	(81.453)
Não circulante								
Contas a receber (10)	-	594.323	-	-	93.708	106.078	(688.031)	-
Mútuo partes relacionadas (11)	16.559	-	6.418	-	58	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	312	374	1.311	502	97.560	60.364	(9.110)	(1.116)
Juros sobre capital próprio e dividendos	72.737	10.261	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	8.523	8.295	-	-	(96.347)	(109.313)
Prestação de serviços (5)	170	130	-	-	594	556	-	-
Hidrelétrica Itaocara								
Circulante								
Ajuste para perdas (12)	-	-	21.809	-	-	-	-	-
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviços (13)	-	-	3.306	195	-	-	-	-
Centroeste								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.218	1.218	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	36.434	273.570	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	742.561	727.011	-	-	7.947	1.106.421	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (nota 24)	(3.031)	(23.508)	-	-	-	-	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	1.825	101.151	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (14)	-	-	144.828	123.184	-	-	(196.696)	(191.937)
Contribuições para suplementação de Aposentadoria - plano de contribuição definitiva (15)	-	-	-	-	-	-	(77.530)	(78.423)
Custeio administrativo (16)	-	-	-	-	-	-	(30.085)	(28.000)
Arrendamento operacional (17)	178.504	-	35.458	1.778	-	-	(55.212)	(46.066)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (14)	-	-	2.827.308	2.046.426	-	-	-	-
Arrendamento operacional (17)	-	-	149.415	-	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (18)	-	-	140.830	120.344	-	(226.898)	-	(186.134)
Não circulante								

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Plano de saúde e odontológico (18)	-	-	3.021.852	2.271.007	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel a través de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, o Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019 encontram-se 20 parcelas em aberto. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Do total da dívida do Governo do Estado de Minas Gerais, R\$189.685 estão provisionados na forma de PECLD.
- (2) Antecipação de ICMS conforme Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais ocorrida em 2018.
- (3) Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 13;
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (5) Refere-se ao contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- (6) Refere-se ao conjunto de valores de processos realizados e de processos provisionados oriundos do acordo realizado entre Aliança Geração, Vale S.A. e Cemig. O total das ações alcança o montante de R\$98 milhões, cabendo à Cemig o valor de R\$32 milhões;
- (7) Em 2017, foram antecipados R\$70.100 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia, sendo R\$51.874 pela Cemig GT, e R\$11.917 e R\$6.309 pela Sá Carvalho e Rosa, respectivamente. O pagamento da última parcela foi realizado em janeiro de 2019;
- (8) Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, totalizando o montante de R\$84.092 a ser liquidados em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela Selic, com vencimento até janeiro de 2020. O valor remanescente em 31/12/2019 é R\$3.504;
- (9) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feito em 2019 à Norte Energia S.A., estabelecido por meio de Leilão e contrato registrado na CCEE. No período de 01/01/2020 à 31/12/2020 a Norte Energia entregará energia elétrica contratada referente ao montante total de R\$40.081. Não há previsão de atualização financeira para o contrato;
- (10) Conforme mencionado na nota explicativa nº 18 (b), em junho de 2019, face às incertezas relacionadas à continuidade da Renova, foi registrada uma perda estimada na realização dos créditos pelo valor integral do saldo dos recebíveis detidos pela Companhia contra a investida, no montante total de R\$688 milhões;
- (11) Em 25 de novembro de 2019 e 27 de dezembro de 2019, foram celebrados contratos de mútuo pós-concursal, denominados "DIP" e "DIP 2", entre a Companhia e a investida Renova Energia S.A, que está em recuperação judicial, nos montantes de R\$10 milhões e R\$6,5 milhões, respectivamente. Os contratos preveem juros correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescidos de sobretaxa ao ano, *pro rata die* (base 252 dias úteis), de 1,083% para o contrato "DIP" e 2,5% para o contrato "DIP 2", até a data do respectivo pagamento integral. Os recursos desse empréstimo se destinam às necessidades mínimas de caixa da investida. Os contratos preveem garantia, outorgada pela investida e sua garantidora, por meio de fiança e alienação fiduciária das Ações da SPE Mina de Ouro, que representa 120% do valor principal do empréstimo, conforme avaliação independente. O repasse do montante de R\$6,5 milhões foi realizado em janeiro de 2020;
- (12) Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide Nota Explicativa nº 18);
- (13) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
- (14) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 26);
- (15) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (16) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (17) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até novembro de 2020 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e agosto de 2024 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Com objetivo de reduzir os custos com instalações, em novembro de 2019, a Cemig realizou a devolução parcial do edifício Aureliano Chaves para a Forluz;
- (18) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 26).

Mútuo partes relacionadas

Em setembro de 2018 foi firmado contrato de mútuo entre a Cemig GT (mutuante) e Cemig (mutuário), no montante de R\$400.000. O mútuo é acrescido de juros anuais de 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Companhia uma Nota Promissória no valor global de R\$442.258, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período de 15 meses de vigência do contrato. Em 13 de março de 2019 foram amortizados R\$46.598 e, em 19 de julho de 2019, houve liquidação integral do mútuo, pelo montante de R\$377.980.

Dividendos a receber

Dividendos a receber	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Cemig GT	-	-	781.769	659.622
Cemig D	-	-	822.183	267.435
Gasmig	-	-	46.578	-
Light	72.737	-	72.737	12.319
Aliança Geração	103.033	90.664	-	-
Outras (1)	10.228	29.079	3.628	6.208
	185.998	119.743	1.726.895	945.584

(1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "outras" estão divulgadas na tabela anterior na linha de "Juros sobre Capital Próprio e Dividendos".

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas que não são consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de coligadas e controladas em conjunto:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	2019	Vencimento
Light (1)	Coligada	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.555.049	2042
Santo Antônio Energia (SAESA) (2)	Coligada	Aval	Financiamento	939.262	2034
Santo Antônio Energia (SAESA) (2)	Coligada	Fiança	Debêntures	423.693	2037
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	5.328	2023
				4.606.947	

(1) Relacionada ao financiamento da Norte Energia.

(2) Garantia pela Companhia Energética de Minas Gerais, à SAESA na forma de Fiança Corporativa.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de "Debêntures" no passivo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2019.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:



Emissor do título	Tipo	Condições contratuais anuais	Vencimento	2019	2018				
				Total 29,93%	Cemig 4,65%	Cemig GT 0,75%	Cemig D 24,47%	Demais controladas 14,33% (1)	Total 44,20%
ETAU (1)	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	-	468	75	2.463	1.442	4.448
LIGHT	Nota promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	-	334	54	1.754	1.130	3.272
				-	802	129	4.217	2.572	7.720

(1) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são demonstrados na tabela abaixo:

	2019	2018
Remuneração	24.768	34.088
Participação nos resultados	5.648	4.170
Benefícios assistenciais	1.592	2.342
Total	32.008	40.600

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2019		2018	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários – Aplicações financeiras	2	102.109	102.109	116.513	116.513
Consumidores, revendedores e concessionários – Transporte de energia	2	4.600.605	4.600.605	4.172.611	4.172.611
Fundos vinculados	2	12.337	12.337	90.993	90.993
Contas a receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)	2	115.202	115.202	245.566	245.566
Ativos financeiros da concessão - Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	881.614	881.614	1.080.693	1.080.693
Reembolso de subsídios tarifários	2	96.776	96.776	90.845	90.845
Subvenção baixa renda	2	29.582	29.582	30.232	30.232
Depósitos vinculados a litígios	2	2.540.239	2.540.239	2.501.512	2.501.512
Bonificação pela outorga – concessões de geração	3	2.468.216	2.468.217	2.408.930	2.408.930
Indenizações a receber – Transmissão		1.280.652	1.280.651	1.296.314	1.296.314
Contas a receber – Renova	2	-	-	532.393	532.393
Ressarcimento – desconstrução de energia	2	-	-	97.284	97.284
Ressarcimento Cessão de Contrato		-	-	10.196	10.196
		12.127.332	12.127.332	12.674.082	12.674.082
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras		326.352	326.352	783.288	783.288
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	267	267	-	-
Letras financeiras do tesouro (LFTs)	1	94.184	94.184	253.868	253.868
Letras financeiras – Bancos	2	557.018	557.018	434.735	434.735
Debêntures	2	103	103	7.118	7.118
		977.924	977.924	1.479.009	1.479.009
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	3	1.690.944	1.690.944	813.335	813.335
Instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda Ativas e Sonda)	3	2.614	2.614	4.460	4.460
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	483.374	483.374	395.743	395.743
Indenizações a receber – geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		3.971.058	3.971.058	3.508.749	3.508.749
		16.098.390	16.098.390	16.182.831	16.182.831
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2	(14.776.031)	(14.776.031)	(14.771.828)	(14.771.828)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(566.381)	(566.381)	(651.966)	(651.966)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	2	(550.151)	(550.151)	(377.449)	(377.449)
Concessões a pagar	3	(19.692)	(19.692)	(18.747)	(18.747)
Fornecedores	2	(2.079.891)	(2.079.891)	(1.801.252)	(1.801.252)
Operações de arrendamento mercantil (2)	2	(287.747)	(287.747)	-	-
Adiantamento de Clientes	2	-	-	(79.405)	(79.405)
		(18.279.893)	(18.279.893)	(17.700.647)	(17.700.647)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda SAAG)	3	(482.841)	(482.841)	(419.148)	(419.148)
		(482.841)	(482.841)	(419.148)	(419.148)
		(18.762.734)	(18.762.734)	(18.119.795)	(18.119.795)

(1) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros;

(2) Os arrendamentos foram reconhecidos em função da adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2). Mais informações na nota explicativa nº 21.



No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição e Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 16 destas demonstrações financeiras.



Indenizações a receber – Transmissão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função da aceitação dos termos da Lei 12.783/13, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. Os critérios de VNR e taxas do WACC regulatório são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig.

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da SAAG, RME e Sonda. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das demonstrações financeiras.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros: a Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 133,37% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles empréstimos, financiamentos e debêntures e para dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 8,07%, CDI + 0,38% a CDI + 2,24%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos financeiros – derivativos

Opções de venda

A Companhia e suas controladas possuem determinadas opções de venda para as quais realiza-se o cálculo do valor justo da opção com base no modelo *Black and Scholes Merton* (BSM), no qual as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2019; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Analiticamente, o cálculo do preço de exercício das opções, da taxa de juros livre de risco e do tempo até o vencimento é primariamente determinístico, de modo que a principal divergência entre as PUT's se dá na mensuração do preço de fechamento e na volatilidade do ativo objeto.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as opções da Companhia são como segue:

Consolidado	2019	2018
Opção de venda SAAG	482.841	419.148
Opção de venda /compra – Ativas e Sonda	(2.614)	(4.460)
	<u>480.227</u>	<u>414.688</u>

Opção de venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo por meio dos resultados.

A Cemig GT utiliza para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”). Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como participações diretas na MESA. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 31 de dezembro de 2019 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIPs. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas demonstrações financeiras um passivo no valor de R\$482.841 (R\$419.148 em 31 de dezembro de 2018), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.



A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	311.593
Variação do valor justo	107.555
Saldo em 31 de dezembro de 2018	419.148
Variação do valor justo	63.693
Saldo em 31 de dezembro de 2019	482.841

A Cemig GT efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 2,29% a 6,29% ao ano e volatilidade entre 13% e 73% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$467.156 e R\$499.151, respectivamente.

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

Opções Sonda

Como parte do processo de reestruturação societária, foram assinados, entre a Cemig Telecom e Sonda, Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitida por Cemig Telecom) e Venda (emitida por Sonda). Com a incorporação da Cemig Telecom pela Cemig, ocorrida em em 31 de março de 2018, o contrato de opção passa a ser entre a Cemig e a Sonda.

Assim, a Cemig fica simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra). O preço de exercício da opção de venda será equivalente a quinze vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. O preço de exercício da opção de compra, por sua vez, será equivalente a dezessete vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detida pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas (“Opções Ativas”) foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. De acordo com o valor das opções, o valor líquido das Opções Ativas pode constituir um ativo ou um passivo da Companhia.

A mensuração foi efetuada mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2019, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício.



A data base da avaliação é 31 de dezembro de 2019, mesma data de fechamento das demonstrações financeiras da Companhia, e a metodologia utilizada para cálculo do valor justo da Empresa é o Fluxo de Caixa Descontado (FCD) no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016. O cálculo da taxa de juros livre de risco foi embasado em rendimentos de Letras do Tesouro Nacional. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data de exercício em 31 de dezembro de 2021.

Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis com ações listadas em bolsa.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Cemig GT é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$997.858 (ajuste positivo de R\$892.643 em 31 de dezembro de 2018), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual e a Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato 2019	Valor justo 2019	Valor conforme contrato 2018	Valor justo 2018
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	813.534	1.235.102	679.530	626.888
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	108.532	455.842	32.781	186.447
					922.066	1.690.944	712.311	813.335
Ativo circulante						234.766		69.643
Ativo não circulante						1.456.178		743.692

- (1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI.
- (2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do Swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes, que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.690.944 (R\$813.335 em 31 de dezembro de 2018), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de dezembro de 2019, porém os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (accrual) de R\$922.066 em 31 de dezembro de 2019 (R\$712.311 em 31 de dezembro de 2018).

A Cemig GT está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado seria afetado pelos instrumentos derivativos (swap e call spread), ao fim do período contábil, em R\$1.044.833 referente à opção (call spread) e R\$266.137 referentes ao swap, totalizando R\$1.310.970.

A Cemig GT mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem como da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e consolidado	Cenário base 31/12/2019	Cenário provável	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	6.427.369	6.004.214	5.175.929	4.404.928
Swap ponta passiva	(5.774.089)	(5.738.077)	(5.855.347)	(5.965.125)
Opção/Call Spread	1.037.664	1.044.833	433.862	100.005
Instrumento derivativo de hedge	<u>1.690.944</u>	<u>1.310.970</u>	<u>(245.556)</u>	<u>(1.460.192)</u>

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos, financiamentos, fornecedores e no fluxo de caixa, cuja exposição líquida é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2019		2018	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 24)	(1.515.814)	(6.109.793)	(1.518.029)	(5.882.060)
Fornecedores (Itaipu Binacional)	(60.229)	(242.766)	(69.994)	(268.004)
	<u>(1.576.043)</u>	<u>(6.352.559)</u>	<u>(1.588.023)</u>	<u>(6.150.064)</u>
Euro				
Empréstimos e financiamentos – Euro (nota 24)	-	-	(52)	(229)
Passivo Líquido Exposto		<u>(6.352.559)</u>		<u>(6.150.293)</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2020 será uma redução de 0,76% para o dólar (R\$4,00). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$4,00	Cenário possível Dólar R\$5,00	Cenário remoto Dólar R\$6,00
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos	(6.109.793)	(6.063.257)	(7.579.072)	(9.094.886)
Fornecedores (Itaipu Binacional)	(242.766)	(240.917)	(301.146)	(361.375)
	(6.352.559)	(6.304.174)	(7.880.218)	(9.456.261)
Passivo líquido exposto	(6.352.559)	(6.304.174)	(7.880.218)	(9.456.261)
Efeito líquido da variação cambial	-	48.385	(1.527.659)	(3.103.702)

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano pela variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico “ Operações de Swap” desta nota explicativa.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às taxas de juros nacionais	Consolidado	
	2019	2018
Ativos		
Equivalentes de caixa (nota 6) – CDI	326.352	783.288
Títulos e valores mobiliários (nota 7) - CDI/Selic	753.681	812.234
Contas a receber – Renova (nota 32) – CDI	-	532.393
Fundos vinculados – CDI	12.337	90.993
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 16)	881.614	1.080.693
Ressarcimento – descontratação de energia – CDI (nota 32)	-	97.284
Ressarcimento Cessão de Contratos	-	10.196
	1.973.984	3.407.081
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 24)	(3.771.549)	(4.919.571)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 24)	(243.430)	(249.454)
Adiantamento de clientes – CDI	-	(79.405)
	(4.014.979)	(5.248.430)
Passivo Líquido Exposto	(2.040.995)	(1.841.349)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 4,25% e a taxa TJLP será de 5,03% em 31 de dezembro de 2020. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/12/2019	31/12/2020		
	Valor contábil	Cenário provável Selic 4,2500% TJLP 5,0285%	Cenário possível Selic 5,3125% TJLP 6,2856%	Cenário remoto Selic 6,7500% TJLP 7,5428%
Ativos				
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras (nota 6)	326.352	340.222	343.689	347.157
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	753.681	785.712	793.720	801.728
Fundos vinculados	12.337	12.861	12.992	13.123
CVA e outros componentes financeiros – Selic	881.614	919.083	928.450	937.817
	1.973.984	2.057.878	2.078.851	2.099.825
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 24)	(3.771.549)	(3.931.840)	(3.971.913)	(4.011.985)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 24)	(243.430)	(255.671)	(258.731)	(261.791)
	(4.014.979)	(4.187.511)	(4.230.644)	(4.273.776)
Ativo (Passivo) exposto líquido	(2.040.995)	(2.129.633)	(2.151.793)	(2.173.951)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(88.638)	(110.798)	(132.956)

Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de aumento da inflação em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à redução da inflação	2019	2018
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	483.374	395.743
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (TARD) – IGPM (nota 13 e 32)	-	247.010
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (nota 13 e 32)	115.202	245.566
Transmissão – indenização a receber – IPCA (nota 16)	1.280.652	1.296.314
Bonificação de outorga – IPCA (nota 16)	2.468.216	2.408.930
	4.347.444	4.593.563
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 24)	(4.729.928)	(3.791.340)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) – IPCA	(566.381)	(651.966)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) – IPCA	(550.151)	(377.449)
	(5.846.460)	(4.820.755)
Ativo (Passivo) líquido	(1.499.016)	(227.192)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 3º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 3,43% e a taxa de IGPM será de 4,88% em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Alta da inflação	31/12/2019	31/12/2020		
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 3,4293% IGPM 4,8766%	Cenário possível (25%) IPCA 4,2866% IGPM 6,0958%	Cenário remoto (50%) IPCA 5,1440% IGPM 7,3149%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	483.374	499.950	504.094	508.239
Valores a receber do governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (nota 32)	115.202	120.820	122.224	123.629
Transmissão – indenização a receber – IPCA (nota 16)	1.280.652	1.324.569	1.335.548	1.346.529
Bonificação de outorga – IPCA (Nota 16)	2.468.216	2.552.859	2.574.019	2.595.181
	4.347.444	4.498.198	4.535.885	4.573.578
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures – IPCA e IGP-DI	(4.729.928)	(4.892.131)	(4.932.681)	(4.973.235)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA	(566.381)	(585.804)	(590.659)	(595.516)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	(550.151)	(569.017)	(573.734)	(578.451)
	(5.846.460)	(6.046.952)	(6.097.074)	(6.147.202)
Ativo (Passivo) líquido	(1.499.016)	(1.548.754)	(1.561.189)	(1.573.624)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(49.738)	(62.173)	(74.608)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia e de suas controladas pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	36.299	1.118.862	1.335.321	14.572.158	1.911.185	18.973.825
Concessões a pagar	223	452	1.983	8.858	12.655	24.171
Dívida pactuada c/fundo de pensão Forluz (nota 26)	12.024	24.241	110.558	556.875	-	703.698
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 26)	5.317	10.710	122.728	211.937	630.621	981.313
	53.863	1.154.265	1.570.590	15.349.828	2.554.461	20.683.007
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.785.887	292.868	988	-	148	2.079.891
	1.839.750	1.447.133	1.571.578	15.349.828	2.554.609	22.762.898

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	51.688	-	51.688
Mútuo com partes relacionadas						
Dívida pactuada c/fundo de pensão (Forluz) (nota 26)	592	1.193	5.439	27.398	-	34.622
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 26)	262	527	6.038	10.427	31.027	48.281
	854	1.720	11.477	89.513	31.027	134.591
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.705	-	-	-	-	2.705
	3.559	1.720	11.477	89.513	31.027	137.296

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Cemig D utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2019, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$ 809.725.



No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Companhia e suas controladas administram o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna.

Esta política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria. Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza aplicações financeiras que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia e suas controladas dividem a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) ¹
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 30%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 30%	Entre 5% e 7%

¹ O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta a extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão de distribuição foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.



Risco de antecipação do vencimento de dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas encontram-se adimplentes com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente, exceto pelo descumprimento de “Covenant” não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Mais detalhes na nota explicativa nº 24.

Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Total do Passivo	34.036.187	43.915.346	1.865.610	1.987.772
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(535.757)	(890.804)	(64.356)	(54.330)
(-) Fundos vinculados	(12.337)	(90.993)	(129)	(129)
Passivo líquido	33.488.093	42.933.549	1.801.125	1.933.313
Total do patrimônio líquido	15.890.865	15.939.327	15.886.615	14.578.719
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,11	2,70	0,11	0,13

34. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os ativos e passivos classificados como mantidos para venda e os resultados de operações descontinuadas, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são conforme segue:

Consolidado e controladora	2019
	Investimentos
Ativos	1.258.111
Passivos	-
Ativo Líquido	1.258.111
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas	224.067
Resultado líquido proveniente de operações em continuidade	72.738

	2018					
	Consolidado			Controladora		
	Investimentos	Ativos de Telecom	Total	Investimentos	Ativos de Telecom	Total
Ativos	19.446.033	-	19.446.033	1.573.967	-	1.573.967
Passivos	(16.272.239)	-	(16.272.239)	-	-	-
Ativo Líquido	3.173.794	-	3.173.794	1.573.967	-	1.573.967
Atribuível aos acionistas controladores	1.817.746	-	1.817.746	1.573.967	-	1.573.967
Atribuível aos acionistas não controladores	1.356.048	-	1.356.048	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	72.880	290.542	363.422	31.465	276.012	307.477
Atribuível aos acionistas controladores	32.027	290.542	322.569	31.465	276.012	307.477
Atribuível aos acionistas não controladores	40.853	-	40.853	-	-	-

Em 27 de novembro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia deliberou por manter como prioridade para 2019, no contexto do programa de desinvestimentos da Cemig, o compromisso firme para a alienação das ações de emissão da controlada Light S.A. ("Light") de sua propriedade, em condições compatíveis com o mercado e que atenda ao interesse dos acionistas.

Adicionalmente, a Companhia avaliou que o seu investimento na Light atendia aos critérios do Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e que sua venda era considerada altamente provável no futuro próximo. A Companhia avaliou também os efeitos nos investimentos detidos nas empresas LightGer, Axxiom, Guanhões e UHE Itaocara, controladas em conjunto com a Light.

Alienação de participação e controle da Light

Em 17 de julho de 2019, no âmbito da oferta pública de ações realizada pela Light, a Companhia alienou 33.333.333 de ações desta investida de sua titularidade ao preço de R\$18,75 por ação e no valor total de R\$625.000.

Adicionalmente, com a conclusão da oferta pública de ações pela Light, a participação da Companhia no capital social total desta investida, que era de 49,99%, passou a ser de 22,58%, o que limitou o seu direito de voto nas assembleias dos acionistas e, consequentemente, a sua capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Assim, nessa data, com a alteração da participação societária da Light, a Companhia perdeu o poder que lhe garantia o controle sobre esta investida. Nessas circunstâncias, a Companhia baixou os ativos e passivos da ex-controlada e reconheceu, pelo valor justo, a sua participação remanescente como investimento em coligada ou empreendimento controlado em conjunto, nos termos do IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas.

Uma vez que a Companhia mantém o compromisso firme de alienação da participação remanescente na Light, o investimento nesta empresa continuou classificado como ativo mantido para venda de acordo com as previsões estabelecidas no CPC 31 / IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, pelo seu valor justo, subtraindo-se o seu custo de venda. A diferença entre o valor contábil da participação remanescente e o seu valor justo foi reconhecida no resultado líquido de operações descontinuadas do exercício.

A Companhia baixou também os ativos e passivos das ex-controladas Itaocara, Guanhões, Lightger e Axxiom e reconheceu a sua participação remanescente nessas investidas a valor justo como investimento em empreendimento controlado em conjunto, avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Esses investimentos, que são controlados em conjunto com a Light, não foram classificados como mantidos para venda e operações descontinuadas, tendo em vista que a Companhia não tem a intenção de alienação dessas participações. Para mais informações, ver nota explicativa nº 18.

Os efeitos contábeis decorrentes da alienação de participação e da perda de controle da Light estão demonstrados na tabela a seguir:

Consolidado	Resultado de alienação de participação	Remensuração da participação remanescente					
	Light	Light	Lightger	Guanhões	Axxion	Itaocara	Total
Participação anterior – ativos mantidos para venda	(514.597)	(1.059.370)	(125.858)	(141.357)	(4.397)	(5.195)	(1.850.774)
Receita de alienação de participação	625.000	-	-	-	-	-	625.000
Remensuração a valor justo da participação remanescente	-	1.258.111	127.970	131.260	4.438	4.812	1.526.591
Outros	-	-	-	3.234	5.093	-	8.327
Efeito no resultado antes dos impostos	110.403	198.741	2.112	(6.863)	5.134	(383)	309.144
Imposto de Renda e Contribuição Social	(37.537)	(47.540)	-	-	-	-	(85.077)
Resultado líquido proveniente das operações descontinuadas	72.866	151.201	2.112	(6.863)	5.134	(383)	224.067

Do resultado total decorrente da alienação do controle da Light, no montante de R\$224.067, o valor de R\$72.866 refere-se ao ganho de capital líquido de tributos resultante da venda das 33.333.333 ações, considerando como custo destas ações o resultado da aplicação do percentual da participação vendida sobre o ativo mantido para venda na data da alienação. A remensuração a valor justo da participação remanescente na Light considerou o preço de venda das ações na data da perda do controle (nível 1 de hierarquia do valor justo), reduzida dos custos estimados para a venda no montante de R\$28.538.

As informações dos ativos e passivos da Light, cujo investimento detido pela Companhia encontra-se classificado como ativo mantido para venda em 31 de dezembro de 2019, estão apresentadas a seguir:

	2019		2019
ATIVO		PASSIVO	
Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	1.678.028	Fornecedores	2.546.345
Consumidores e revendedores	2.536.599	Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.387.318
Tributos compensáveis	216.028	Impostos, taxas e contribuições	172.339
Ativos financeiros do setor	549.547	Outros débitos	1.071.554
Outros ativos circulantes	374.024	Total do Passivo Circulante	5.177.556
Total do Ativo Circulante	5.354.226		
Consumidores e revendedores	1.113.040	Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.379.222
Tributos compensáveis	6.257.037	Impostos, taxas e contribuições	348.485
Ativo financeiro da concessão	5.357.767	Tributos diferidos	400.484
Imobilizado	1.586.955	Outros passivos não circulantes	4.307.477
Intangível	2.836.915	Total do Passivo Não Circulante	12.435.668
Investimento	579.344		
Outros ativos não circulantes	758.484	Capital social	4.051.285
	18.489.542	Reservas de capital	3.179
		Reservas de lucros	1.957.524
		Ajustes de avaliação patrimonial	218.556
		Total do Patrimônio Líquido	6.230.544
Total do Ativo	23.843.768	Total do Passivo	23.843.768

Manutenção da participação na Light como ativo disponível para venda

Em 2019, a Administração não concluiu o processo de alienação da totalidade do investimento na Light em função de fatores externos, fora do seu controle e, notadamente, condições desfavoráveis de mercado.

A Administração da Cemig mantém inalterado o seu compromisso firme de alienação da participação remanescente na Light e estima como altamente provável a conclusão do processo em 2020. Considerando se tratar de investimento em coligada, este foi classificado como ativo mantido para venda, porém não mais como operação descontinuada, de acordo com as previsões estabelecidas no CPC 31/IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Diante da interrupção da mensuração do investimento pelo método da equivalência patrimonial a partir de sua classificação como ativo mantido para venda, os dividendos declarados pela investida em dezembro de 2019, no montante de R\$72.738, foram reconhecidos no resultado de operações em continuidade.

35. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Companhia Energética de Minas Gerais				
Instalações prediais	Incêndio	08/01/2020 a 08/01/2021	R\$8.661	R\$2
Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico - Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco	29/04/2019 a 29/04/2020	US\$4.385	US\$49
	Responsabilidade Civil	29/04/2019 a 29/04/2020	US\$14.000	
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2019 a 02/11/2020	R\$20.771	R\$20
Instalações prediais	Incêndios	08/01/2020 a 08/01/2021	R\$275.773	R\$75
Equipamentos de telecomunicações (3)	Incêndios	08/07/2019 a 08/07/2020	R\$2.650	R\$2
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência de valores acima de R\$1.000 mil.	(2)	07/12/2019 a 07/12/2020	R\$959.243	R\$1.262
Cemig Distribuição				
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco	29/04/2019 a 29/04/2020	US\$3.370	US\$34
	Responsabilidade Civil		US\$14.000	
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2019 a 02/11/2020	R\$120.007	R\$117
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2019 a 08/01/2020	R\$744.134	R\$201
Equipamentos de telecomunicações (3)	Incêndios	08/07/2019 a 08/07/2020	R\$31.083	R\$28
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 mil (2)	Total	07/12/2019 a 07/12/2020	R\$528.071	R\$695
Gasmig				
Rede de Distribuição de Gás/Terceiros	Responsabilidade Civil	15/12/19 a 15/12/20	R\$60.000	R\$398
Automotivo Frota Própria (operação)	Cobertura Apenas de Danos a Terceiros	07/07/19 a 07/07/20	R\$500	R\$3
Automotivo Frota Própria (Diretoria)	Cobertura Total	25/10/19 a 25/10/20	R\$100	R\$2
Multirriscos Instalações	Roubo, Furto e Incêndios	01/01/20 a 01/01/21	R\$41.374	R\$44,8

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil

(2) O limite de indenização (LMI) é de R\$230.662 mil

(3) Nova contratação do seguro em processo administrativo

A Companhia e suas controladas, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não solicitaram propostas e não possuem apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos acima mencionados. A Companhia e suas controladas não têm sofrido perdas significativas em função destes riscos.

36. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, compra de energia elétrica de Itaipu, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Compra de energia elétrica de itaipu	1.701.227	1.538.050	1.537.912	1.567.925	1.551.030	32.724.454	40.620.598
Compra de energia - leilão	4.408.643	4.080.857	4.034.567	4.281.313	4.724.086	55.729.536	77.259.002
Compra de energia - bilaterais	334.424	333.518	333.518	333.518	223.322	147.784	1.706.084
Cotas usinas Angra 1 e Angra 2	295.527	289.053	291.332	299.304	301.752	6.352.342	7.829.310
Transporte de energia elétrica de Itaipu	239.871	251.157	264.301	251.212	237.782	1.441.069	2.685.392
Outros contratos de compra de energia	3.618.849	3.347.187	3.808.010	3.679.343	3.912.612	35.082.451	53.448.452
Cotas de garantias físicas	844.520	757.428	717.926	680.755	653.048	13.601.081	17.254.758
Total	11.443.061	10.597.250	10.987.566	11.093.370	11.603.632	145.078.717	200.803.596



37. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL DA CEMIG D

Em 28 de maio de 2019, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig Distribuição. O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 8,73%, sendo a variação de custos da parcela B responsável por 1,60% desse índice tarifário. O percentual remanescente, de 7,13%, tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos por meio da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 0,34% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, e; (ii) aumento de 9,24% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a CVA em processamento, com efeito de 10,79%, e (iii) retirada de 2,45% dos componentes financeiros do processo anterior. Esse reajuste vigorará de 28 maio de 2019 até 27 de maio de 2020.

38. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$22.735 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$30.801 em 31 de dezembro de 2018);
- incorporação das subsidiárias integrais RME e LUCE, em 24 de abril de 2019, sem efeitos no fluxo de caixa da Companhia, exceto pelo saldo de caixa e equivalentes recebido das incorporadas, no montante de R\$22.444;
- liquidação do contas a receber do Estado de Minas Gerais por meio de retenção de dividendos, nos montantes de R\$17.892 e R\$129.906, em 28 de junho de 2019 e 27 de dezembro de 2019.



39. EVENTOS SUBSEQUENTES

COVID-19 – Coronavírus – Impactos nos negócios da Cemig

A Companhia está acompanhando de perto os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível estimar possíveis efeitos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica, destacando-se eventual redução no consumo de energia elétrica e consequentemente da receita de venda de energia, bem como incremento na inadimplência, além de alteração de premissas utilizadas para cálculo de valor justo e recuperável de determinados ativos financeiros e não financeiros.

A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagem nacionais e internacionais, suspensão de visitas técnicas e de eventos nas instalações da Cemig, utilização de meios de comunicação remota, home office para determinado grupo de empregados, etc.

A Companhia poderá adotar medidas adicionais para reduzir a exposição dos seus empregados aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade.

* * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Distribuição

Daniel Faria Costa
Diretor Cemigpar

Paulo Mota Henriques
Diretor de Geração e Transmissão

Luciano de Araújo Ferraz
Diretor de Regulação e Jurídico

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Carolina Luiza F. A. C. de Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC-MG 77.839

